UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

LILIANE MOITEIRO CAETANO

**A comunicação pública no século XXI: epistemologias educacionais nas redes
sociais digitais**

São Paulo

2018

LILIANE MOITEIRO CAETANO

**A comunicação pública no século XXI: epistemologias educomunicativas nas redes
sociais digitais**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de doutora em comunicação.

Área de concentração: Políticas e estratégias de comunicação

Orientadora: Profa. Dra. Heloiza Helena Matos e Nobre.

São Paulo

2018

FICHA CATALOGRÁFICA

Nome: CAETANO, Liliane Moiteiro

Título: A comunicação pública no século XXI: epistemologias educacionais nas redes sociais digitais

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, na linha de pesquisa Políticas e Estratégias de Comunicação, para obtenção do título de doutora em comunicação.

Aprovado em:

Banca examinadora

Prof. Dr.	_____
Instituição	_____
Julgamento:	_____
Prof. Dr.	_____
Instituição	_____
Julgamento:	_____
Prof. Dr.	_____
Instituição	_____
Julgamento:	_____
Prof. Dr.	_____
Instituição	_____
Julgamento:	_____

Dedicatória

Este trabalho é dedicado para as pessoas que acreditam nas utopias. Não é fácil, mas é muito necessário.

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos - aos grupos e núcleos de pesquisa dos quais participei durante o doutorado: COMPOL - grupo de pesquisa em comunicação pública e política, liderado pela professora Heloiza Helena Matos e Nobre, e colegas, pessoas que fizeram do trabalho de leitura científica a prioridade no entendimento humano voltado ao bem comum. Ao OBCOM Observatório de comunicação e liberdade de expressão, sua atenta coordenadora Jaqueline Pithan da Silva, aos colegas, e à professora Maria Cristina Castilho Costa, incansável, liderando pesquisas na casa mais importante do Arquivo Miroel Silveira. Para as professoras e professores da Escola de Comunicações e Artes, que continuam a inspirar o desenvolvimento intelectual humano com graça, sabedoria e paciência, porque o trabalho na universidade pública demanda muita responsabilidade. Aos colegas que leram (o meu) ou disponibilizaram seus relatórios de qualificação (para que eu lesse): Walter Souza, Andrea Limberto e Mara Rovida: “É nós, parça”. Às trabalhadoras e trabalhadores da Universidade de São Paulo, e das muitas instituições de ensino, pesquisa e extensão, importantes para o desenvolvimento social humano. Às pessoas que dispuseram-se e dispõem-se à representação discente na pós-graduação, porque o acúmulo de responsabilidades é muito e variado. Agradeço aos colegas da educação básica, homens e mulheres que fazem do trabalho de ensinar e aprender uma perspectiva de vida que tenta apresentar às pessoas o quanto o mundo pode ser melhor. Para a população brasileira, pois confia e sustenta a pesquisa científica na universidade pública. Agradeço às minhas famílias materna e paterna.

Eu gosto tanto de você
Que até prefiro esconder
Deixo assim, ficar
Subentendido

RESUMO

O presente trabalho de pesquisa propôs-se, ao final do doutorado, uma pesquisa-ação-participante, objetivando a constituição de itens metodológicos para pesquisas empíricas em deliberação online, nos grupos de redes sociais digitais. Inicialmente o objetivo era desenvolver um aplicativo que possibilitasse a coleta de dados online, para que perfis participantes de grupos de redes sociais digitais pudessem deliberar sobre temas de políticas públicas, notadamente na área educacional. Durante o trabalho de pesquisa, os cenários políticos e econômicos indicaram mudanças sociais que refletiram nas possibilidades de coletas dos dados. Algumas noções sobre liberdade de expressão, censura, autocensura e novas epistemologias, aqui denominadas educomunicativas, guiaram as decisões sobre observação das conversações digitais e o resultado para a elaboração de políticas públicas. Concluímos com a indicação de formatos para design de ferramentas online para deliberação pública nas redes sociais digitais, e observamos que esses espaços não aumentam ou diminuem a democracia, mas somente são um recurso a mais para aquelas pessoas que acreditam na importância da participação cívica e política.

Palavras-chave: comunicação, conversações, comunicação pública, políticas públicas em educação, redes sociais digitais, mulheres e trabalho, internet, epistemologias educomunicativas.

ABSTRACT

At the end of the PhD, the research was proposed as an action-participant research, aiming at the constitution of methodological items for empirical research in online deliberation in digital social network groups. Initially, the objective was to develop an application that would allow the collection of data online, so that profiles from digital social networking groups could deliberate on public policy issues, especially in the educational area. During the research work, the political and economic scenarios indicated social changes that reflected in the possibilities of collecting the data. Some notions about freedom of expression, censorship, self-censorship and new epistemologies, here denominated educomunicativas, guided the decisions about observation of the digital conversations and the result for the elaboration of public policies. We conclude with the indication of formats for designing online tools for public deliberation in digital social networks, and we note that these spaces do not increase or decrease democratic spaces, but they are only an additional resource for those who believe in the importance of civic participation and policy.

Keywords: communication, conversations, public communication, public policies in education, digital social networks, women and work, internet, educommunication epistemologies.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Comparativo da Proporção de Professores da Educação Básica por Sexo, Brasil-São Paulo (2007).....	38
Tabela 2: Informação sobre forma de contratação (efetiva ou precária) de professores da rede estadual paulista	39
Tabela 3: Característica dos professores da educação básica	40
Tabela 4: Remuneração de docentes na Prefeitura de São Paulo (1975-2010).....	46

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: <i>PrintScreen</i> de publicação feita no Facebook sobre preservação da privacidade de usuários	88
Figura 2: Grafo elaborado para proposição metodológica.....	103
Figura 3: Dados de votação das eleições para o SINPEEM.....	103
Figura 4: Imagem do vídeo The Machine is Us/ing Us	112
Figura 5: quadro de regras de moderação do Grupo ‘Relações Públicas’ no Facebook.....	119

Sumário

INTRODUÇÃO.....	13
1. EPISTEMOLOGIAS EDUCOMUNICATIVAS PARA O SÉCULO XXI.....	Erro! Indicador não definido.
2. PROFESSORAS E PROFESSORES QUEREM OPINAR SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO.....	30
2.1. Políticas públicas em educação e produção de dados: Brasil	30
2.2. Primeiro silenciamento: uma intensa transição para a educação de massas (1960-1980)	32
2.3. Sobre mídia impressa especializada em educação.....	43
2.4. Segundo silenciamento: redemocratização, Constituição Cidadã, LDB e a precarização do trabalho	46
2.5. Terceiro silenciamento: a construção midiática do imaginário sobre o perfil docente.....	55
3. REDES SOCIAIS E A POSSIBILIDADE DE COMUNICAÇÃO EM COMUNIDADES VIRTUAIS	60
3.1. Pesquisa bibliográfica e redes enquanto territórios de poder	62
3.2. Redes sociais digitais: categorias profissionais, opinião e conversas políticas e deliberativas.....	Erro! Indicador não definido.
3.3. Liberdade e igualdade: fundamentos da liberdade de expressão contemporânea.....	74
3.4. Liberdade de expressão e algumas interpretações do STF	80
3.5. A Constituição de 1988 e o Marco Civil da Internet de 2014	82
3.6. Algumas considerações sobre conversação pública ...	Erro! Indicador não definido.
3.7. As redes sociais digitais e a privacidade.....	86
4. ALGUNS MÉTODOS E TÉCNICAS PARA PESQUISA-AÇÃO-PARTICIPANTE	Erro! Indicador não definido.
4.1. Pesquisas em Redes Complexas: origem e atualizações.....	90

4.2.	Imbricamento cotidiano: as práticas metodológicas e as práticas sociais	93
4.3.	O pré-teste de 2014 e a condição <i>per se</i> de sua natureza original.....	99
4.4.	Liberdade de fala e internet: censura versus comunicação pública.....	115
4.5.	Grupos de Facebook e a sociedade civil sob novas perspectivas para a deliberação.....	117
4.6.	Epistemologias na contemporaneidade: perspectivas	121
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
ANEXOS.....		132
ANEXO 1 - QUESTIONÁRIO SOBRE UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS.....		133
ANEXO 2 - MODELO DE DIÁRIO DE CAMPO.....		134
REFERÊNCIAS		137

INTRODUÇÃO

A presente tese de doutorado faz parte de um trilhar acadêmico que começa a se configurar no ano de 2002, com a conclusão de uma especialização em linguística e língua portuguesa na Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” (UNESP), campus São José do Rio Preto, que aconteceu de forma concomitante com o cursar da disciplina Lexicografia, na pós-graduação stricto sensu em Estudos Linguísticos da mesma instituição.

Em 2004, após a conclusão de uma segunda disciplina, Lexicologia, novamente na pós-graduação em Estudos Linguísticos, e começando a experiência de docente universitária, fez-se a certeza de que a carreira acadêmica seria um dos projetos de vida.

No ano de 2006, acontece meu ingresso na condição de aluna especial na pós-graduação stricto sensu (mestrado) na Faculdade Cásper Líbero, e a participação no grupo de pesquisa Comunicação, Tecnologia e Cultura de Redes, ativo na instituição.

Em 2007, além das atividades de participante do grupo de pesquisa e mestranda, houve o ingresso na docência da educação pública básica, nos dois primeiros anos no interior do estado de São Paulo, e, após 2009, na cidade de São Paulo, primeiro na rede estadual, e depois de 2011, na rede municipal.

Ainda no ano de 2009, o percurso acadêmico teve sequência, novamente sendo aluna ouvinte, desta vez na disciplina Ensino, Subjetividade e Escrita, na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE/USP), e em 2010, Concepções de Linguagem e Ensino, na mesma instituição.

2012 inicia-se com a participação no COMPOL – grupo de pesquisa em comunicação pública e política, vinculado à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), e a assistência à disciplina Comunicação Pública, Capital Social e Comunicação Política: da Mídia de Massa às Redes Sociais.

Nos anos de 2013 e 2014 aconteceu a continuidade de atividades de pesquisa no COMPOL, o começo do doutorado.

O ano de 2015 foi muito intenso e propositivo, com a docência na educação básica e docente no ensino superior, gratuitos, públicos e laicos. Mas não foi simples ou fácil. Trabalhar nos dois níveis de ensino trouxe muitas ausências, faltas justificadas e injustificadas. A atuação na representação discente da pós-graduação, continuando um exercício de participação cívica, realizado durante os anos de minha primeira graduação, as atividades de produção textual e submissão de artigos acadêmicos para publicação, a participação nos eventos científicos, demandaram muito tempo e energia.

2016, 2017 e 2018 foram anos de mais publicações, pesquisa e conclusão de escrita da tese de doutorado, a tímida participação no COMPOL, a docência.

Se à época do mestrado minha inquietação intelectual aconteceu no sentido de compreender como o acesso à internet, rede mundial de computadores, cada vez mais ampliado no Brasil, colaboraria em uma nova estruturação da cadeia produtivo-monetária, desenhada pela produção simbólica e pelo consumo da informação.

Para tanto, estudei a lógica do modelo de negócios da Comunicação Social no Brasil, algumas ferramentas metodológicas que estruturavam o referido modelo de negócios e aspectos técnicos da internet, meio de comunicação de uso massivo, bem como possíveis metodologias para aferição de audiência online.

A pesquisa doutoral foi realizada em um cenário de maior estabilidade e ampliação do acesso populacional às tecnologias de comunicação e informação (computador e o celular).

Trabalhar e pesquisar redes sociais digitais mostrou-se ser observar rastros de narrativas pessoais e coletivas, uma situação que apresentou a pesquisa-ação-participante um instrumento adequado, porquanto a pesquisa seja um instrumento para mudança social.

Entretanto, a intensificação da circulação de boatos, notícias fake, propagação do discurso de ódio, nos grupos de Facebook, e, os jogos de linguagem, publicação e compartilhamento, em espaços que anteriormente propunham conversações deliberativas, foram um desincentivo.

O Brasil de 2016, nos grupos de Facebook, demonstrou que a população demora para se apropriar do conhecimento estruturado, e este comportamento independe do nível escolar. A coleta de dados, de 2016, tornou-se sem sentido, por isso fiz a opção de manter a coleta inicial, do ano de 2014, para a pesquisa empírica da tese.

O que aprendi durante o processo de pesquisa foi o que também ensinei: as ferramentas tecnológicas existem a despeito de qualquer orientação de natureza ideológica, mas a desigualdade econômica e social é ideológica.

Estudar conversações nos grupos virtuais fez pensar que a vida comunitária baseia-se nas relações de comunicação entre as pessoas dentro e fora de comunidades específicas.

Sobre a perspectiva governamental da pesquisa referente a grupos humanos e as relações políticas que surgem a partir da vida coletiva, ela (a vida coletiva) é objeto de recenseamento e estudo realizada por governos e Estados faz milênios. Segundo informações no site do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) o império chinês já recenseava população e produção agrícola.

Depois da revolução industrial, e, particularmente no início do século XXI, com a massificação do advento do acesso aos dispositivos tecnológicos individuais (PC's - computadores pessoais e smartphones), a coleta pública de informações sobre cidadãos e cidadãos adquire uma perspectiva de recenseamento digital, e, muitas vezes, no momento em que a história humana está sendo narrada.

Outra característica desta coleta de dados e informações é que ela não está mais sendo feita somente pelo Estado, pois as empresas de tecnologia também recebem muitas informações, e acumulam gigantescos bancos de dados sobre usuários.

Nesse cenário, a perspectiva da pesquisa científica precisa pautar as relações entre privacidade das pessoas e as necessidades de transparência do Estado, sobre os orçamentos públicos, e ainda, a privacidade relacionada à cidadania, num mundo onde a propriedade privada geralmente é um direito individual, mas as grandes empresas de tecnologia transformam as narrativas pessoais em mercadorias mais importantes do que os bens de consumo, produzidos e consumidos depois da primeira revolução industrial. Este é um componente fundamental da tese defendida neste trabalho acadêmico.

O capítulo 1 'Epistemologias para o século XXI' apresenta reflexões de alguns autores sobre as formas de pensar a humanidade comunitariamente, os usos de ferramentas tecnológicas para comunicação e informação, e a sua influência decisiva nos acontecimentos históricos. As decisões dos Estados quando do estabelecimento de políticas públicas mais ou menos conscienciosas de que a economia nacional e global deva ou não proteger direitos sociais também são objeto de reflexão. As conversações cotidianas e a mídia (incluindo a internet) são, palco, para as discussões e reflexões sobre políticas públicas. Apresentamos alguns aspectos essenciais sobre metodologia de pesquisa para pensar a coleta de dados e informações na internet: a etnografia digital (netnografia), o feminismo (as condições históricas materiais de vida das mulheres) e o desenvolvimento e aplicação de políticas públicas, especificamente na área educacional.

No capítulo 2 existe a narrativa da reforma educacional proposta pelo governo federal por meio de lei federal, que ampliava para oito anos o ensino fundamental obrigatório no país, as reações de comunidades contra algumas mudanças, reflexão sobre dados e informações com referências às políticas públicas na área de educação, e a participação de professores na mídia brasileira, nas decisões sobre o assunto. Algumas informações sobre países da América Latina, por exemplo, a feminilização da atividade docente, também referenciam o capítulo.

No capítulo 3 existem algumas considerações sobre os conceitos de redes sociais digitais e as subjetivações da comunicação digitalizada, a cultura da participação, alguns

instrumentos que professores utilizam ou utilizaram para buscar a publicização de suas narrativas coletivas, veiculados nos veículos de comunicação de grandes empresas de mídia. Argumentamos sobre as possibilidades de politização das conversações nas redes sociais digitais, na proposição de políticas públicas educacionais, abordando também as noções de público e privado na coleta de dados e informações, nos momentos quando acontecem conversações públicas nos espaços digitais, e alguma problematização sobre censura e autocensura.

A legislação brasileira, considerada aqui a Constituição Federal de 1988 e o Marco Civil da Internet, promulgado pela presidência da república no ano de 2014, contemplam o capítulo, enquanto marco legislador para as utilizações das ferramentas da internet.

O capítulo 4 oferece à vista a pesquisa social em redes complexas, e faz uma proposta para estudos empíricos, para a deliberação pública sobre políticas públicas, e acerca do uso de redes sociais digitais, considerando alguns usos. Os resultados da utilização de redes sociais digitais nas campanhas políticas, a judicialização de opiniões publicadas na internet, esvaziando a ferramenta enquanto espaços de conversas deliberativas, também são objeto de discussão no capítulo. Boas práticas, apresentadas nos grupos de publicização Aberta também são referência. A pesquisa-ação-participante é a vertente da literatura acadêmica que descreve a conclusão do capítulo.

Nas Considerações Finais apresento um relato sobre as questões de coletas de dados durante dois anos de pesquisa empírica, e as decisões metodológicas acerca dos progressos para as decisões sobre privacidade de dados de usuários de grupos de Facebook, quando a extração de dados é desabilitada pela empresa nos grupos fechados e secretos. Também apresento os capítulos e o resumo de seu conteúdo.

Finalizo fazendo considerações sobre qualidade de vida nos grandes centros urbanos e a necessidade de acesso à internet para a constituição de ampliação da participação cívica.

1. EPISTEMOLOGIAS EDUCOMUNICATIVAS PARA O SÉCULO XXI

O jovem escritor e professor Hegel substituiu a obra de arte pelo *organismo concreto da vida de um povo* enquanto expressão do *absoluto*, categoria de análise fundamental em sua filosofia. Talvez, as regulações da vida comum, impostas pelas regras sociais, não prescindam da divisão dicotômica entre o *absoluto* e o *concreto*, tendo em vista a importância das estéticas contidas em usos e costumes, juntamente com as decisões políticas individuais e coletivas que os definem.

Na obra *O Sistema da vida ética*, o autor denota as importantes relações entre o comportamento ético do ser humano e possíveis categorias de subjetivo e objetivo para a constituição do reconhecimento social, que, ao contrário, poderia fundamentar a espoliação (do homem pelo homem):

O conceito absoluto, o contrário imediato de si mesmo, é real porque o produto não é de modo algum identidade do subjectivo e do objetivo, mas pura objectividade, ausência de forma. [...] enquanto relação com diferença e determinante pode apenas subtrair a posse [...] Mas o ético, graças a sua natureza de ser inteligência, é ao mesmo tempo objectivamente universal e, portanto, numa relação indiferente com um outro[...] A supressão real do reconhecimento supera também esta relação, que é a espoliação, ou enquanto visa puramente o objeto integrado na relação, é roubo. (HEGEL, 1967, p. 45-46)

A importância das palavras de Hegel para a instituição lexical do termo ética em nossa tese de doutoramento vale para enunciar um pouco da natureza das relações produzidas pelas conversações, e especificamente nas conversações das redes sociais digitais no século XXI.

Enfatizamos as redes sociais digitais no século XXI porque a internet popularizou-se logo a partir dos anos 1990. Entretanto, somente depois dos anos 2010 havia suficiente uso intergeracional e, portanto, massa crítica (muitas gerações humanas) fazendo uso dessa tecnologia, para que ela pudesse ser considerada massiva.

Ao considerarmos que as conversações nas redes sociais digitais podem acontecer entre seres humanos, contando ou não com a participação de robôs, não poderíamos delimitar exatamente a idade dos interlocutores usuários de suas ferramentas, pois a internet é um universo complexo e mutante, e as possibilidades de reconfiguração do uso das redes sociais digitais também são diversas.

Importante também refletir sobre o entendimento de usuário (indivíduo, pessoa, ser humano) que faz uso das ferramentas técnicas conversacionais, bem como sobre o conceito de coletividade social.

O texto de Hegel, que trata inicialmente sobre ética, procura delimitar ao redor do comportamento humano coletivo, social, outras categorias conceituais, por exemplo, povo. Para Hegel povo é “intuição da ideia de eticidade, uma forma em que tal intuição aparece do lado da sua particularidade”. (1967, p. 54)

Não se pretende aqui uma tese genérica a partir de conceitos da filosofia, entretanto, os usos das tecnologias de informação e comunicação, de acordo com o preconizado por Marshall McLuhan, dentre outros pesquisadores e cientistas, são “extensões do homem” e de seu pensamento. Portanto, é de fundamental importância que nas pesquisas relacionadas ao campo da comunicação e da tecnologia estejamos atentos às relações éticas e estéticas da produção da vida humana coletiva, e de possíveis avanços e retrocessos civilizatórios que podem surgir a partir delas.

Na tese de livre-docência do professor Virgílio Noya Pinto (1983) identificamos nas inovações tecnológicas a ampliação das possibilidades comunicacionais entre “indivíduos” e “povos [...] para a ação comum”:

No mundo contemporâneo é sensível e visível a presença da comunicação [...]. É necessário, portanto, acompanhar principalmente as inovações tecnológicas que permitiram ao homem absorver o espaço entre indivíduos e povos entre si. Somente a marcha das civilizações permite vislumbrar tal processo e verificar que uma civilização planetária deu seu primeiro passo no momento em que dois indivíduos se encontraram [...] para a ação comum (PINTO, 1983, p. 53).

Nesse sentido, a pesquisa científica contemporânea precisa estar no centro das necessidades do corpo social, das comunidades às quais está relacionada, para que a função precípua da universidade e dos institutos de pesquisa seja a construção de espaços e tempos que priorizem o bem comum, e que estas instituições possam se conectar às proposições iniciais e finais de quem pesquisa.

Ademais, ainda de acordo com McLuhan (2005), faria pouco sentido insistir na instituição dicotômica da realidade, tendo em vista as intensas relações de mudanças possíveis nos usos das tecnologias. O autor, ainda na década de 1960, afirmava que o lançamento de

satélites provocaria “uma resposta automática em todo o corpo político da Humanidade. Aconteceria uma “nova intensificação da proximidade imposta pelo Telstar.”¹”(2005, 119)

De acordo com o verbete da Wikipedia:

Telstar foi o nome de um projeto comum da NASA e da empresa estadunidense de telecomunicação AT&T, responsável pelo primeiro satélite de telecomunicação civil. Os satélites Telstar foram os primeiros satélites que permitiam ligações eventuais entre as estações munidas de grandes antenas de acompanhamento.

Mais uma vez, corroborando McLuhan, Pinto (1983, p. 91) também menciona o potencial comunicativo do desenvolvimento tecnológico depois da revolução industrial, escrevendo sobre Telstar, e todo o aparato que:

influiu decisivamente no desenvolvimento de técnicas de comunicação, requisito básico para a própria evolução do capitalismo. O vapor, associado à navegação [...] à locomotiva [...] à inauguração de estradas de ferro [...], o telégrafo e o cabo submarino acabam por alterar a relação entre o espaço e o tempo.[...] a imprensa se transforma em empresa capitalista, a propaganda começa a orientar a opinião pública[...] [com] a radiodifusão [...] rompia-se a barreira do analfabetismo (PINTO, 1983, p. 89-90).

O professor da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo discorre sobre o poder de “uma premissa básica para uma visão da comunicação na perspectiva histórica”, incluindo a arte e a educação enquanto ferramentas coletivas sociais (1983, p. 96). Seria o cenário brasileiro, descrito por Renato Ortiz, na obra *Moderna tradição brasileira*, constituindo as condições do capitalismo incipiente no Brasil, que traz a tecnologia para a vida social antes que o Estado seja responsável pela alfabetização da população.

A educação está inclusa entre os objetos de atenção no texto de livre-docência, pois a história da comunicação fornece “uma visão do processo da comunicação integrada aos fenômenos a ela referentes e, de forma mais genérica, fornecendo visões expressas pela arte” (1983, p. 99). Educação, arte e poder são dispositivos sociais humanos, que articulam relações complexas:

na medida em que o poder é exercido por uma parcela da sociedade, as relações com todo o corpo social se fazem principalmente através da educação e do lazer. A educação, desde os seus primórdios, tem como

¹ Disponível em <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Telstar>>. Acesso em 05 mai. 2018

finalidade transmitir conhecimentos, tradições, padrões de comportamento [...] em si mesma um meio de comunicação [...] tem exercido tanto a função conservadora e veiculadora da ideologia dominante, como reformadora e mesmo revolucionária (PINTO, 1983, p. 97).

Pinto (1983) elabora reflexões sem ingenuidade, propondo a função conservadora dos sistemas educativos, mas lembra também de suas possibilidades reformistas e revolucionárias.

Nas reflexões de McLuhan haveria um cenário de capilarização da comunicação, e a consequente redistribuição de todos os órgãos (no sistema social, e não apenas de dispositivos técnico e tecnológicos), a fim de que a energia e o equilíbrio do sistema se conservassem. Professor de literatura, propunha que “para as crianças, o processo de ensinar e aprender” seria afetado historicamente ainda na segunda metade do século XX. O “fator tempo” adquiriria “novas formas no mundo dos negócios e das finanças. E estranhos turbilhões de poder” apareceriam inesperadamente entre os povos do mundo (McLuhan, 2005, p. 119).

Talvez, o potencial imaginativo sobre as próximas etapas históricas do comportamento social humano, exemplo das profetizadas por McLuhan, o tenham aproximado da condição de epistemólogo das ciências da comunicação, uma vez que ele se interessa pela observação sobre das consequências da vivência proporcionada por sistemas imagéticos (a partir dos usos das tecnologias de comunicação e informação). Tais sistemas também seriam objetos de reflexão a exemplo de Jean- Paul Sartre na obra *A imaginação*, sobre elementos epistemológicos da psicologia e da filosofia, fazendo a crítica aos métodos exatos em prol da experiência de pesquisar percepções da realidade sensível.

A crítica de Sartre (1967) caminharia no sentido de tratar-se dicotomicamente a pesquisa empírica, quando fosse necessário escolher: “estamos no ato imaginativo e não *percebemos falso* ou nos despertamos, estamos fora do ato da imaginação, corrigimos nosso juízo: então, não há mais nenhuma ficção, há o real, o juízo verdadeiro” (SARTRE, 1967, p. 104).

Atualmente, os muitos usos da internet e de redes sociais envolvem não só regulações entre público e privado, estando inclusive no limiar das questões do empoderamento psíquico dos direitos sociais, que caracterizam a cidadania enquanto autonomia individual e ação coletiva dos cidadãos contra algum poder excessivo do Estado ou de empresas. Podemos considerar aí o uso normativo feito por instituições do Estado, tais quais secretarias ou departamentos; os usos para consumo de mercadorias e prestação de serviços; os usos para relacionamentos familiares ou laços de amizade.

E isso é um alento aos que perderam o horizonte da utopia, pois participar diretamente das decisões sobre políticas públicas, e as possibilidades que a circularidade cultural permite na constituição de novas estéticas do comportamento da vida em sociedade- no trabalho, na alimentação, no vestuário, no consumo cultural, na arquitetura de prédios públicos ou particulares, nas diversas formas de moradia, no desenvolvimento de utensílios para uso doméstico – são objetivos íntegros para quem prescinde do conhecimento estruturado crendo estar ele distante demais da configuração de sociedades, nos muitos de seus aspectos, menos desiguais.

Marshal McLuhan parecia estar prevendo usos das tecnologias de comunicação e informação e suas consequências sociais. É notável, nesse sentido, o grande evento dos spreads e subprimes (recursos técnicos da área econômica para regular relações do capitalismo financeiro) norte-americanos que ocasionou, a partir de 2008, o desalojamento de suas residências, de milhões de famílias nos Estados Unidos da América, falindo grandes instituições financeiras e causando problemas sociais e econômicos praticamente no mundo todo. (ABRANCHES, 2017)

Seria o fenômeno do neoliberalismo, para Abranches (2017) um espaço cênico expresso na realidade econômica a partir dos anos 1970, porém, enquanto categoria de análise científica, com pouca ou nenhuma validade:

Vale aqui uma digressão sobre a noção de neoliberalismo. É um termo usado principalmente pela esquerda dogmática de forma pejorativa, como uma acusação. (...) Do mesmo modo que a direita dogmática acusa pensadores genericamente no campo socialista ou estruturalista de "comunistas". [...] O fato é que nenhum neoliberal reconheceu o corpus de suas ideias como parte de uma doutrina neoliberal [...]. O neoliberalismo tem mais existência concreta como prática do que como teoria. [...] O que distinguiria o neoliberalismo do liberalismo [...]? O liberalismo foi um produto intelectual íntegro de seus proponentes como alternativa ao mercantilismo e a fisiocracia. (ABRANCHES, 2017, p. 132-135)

Abranches (2017) faz considerações articulando as origens da propagação da palavra neoliberalismo e suas relações com as liberdades individuais nas democracias constitucionais modernas, mesmo que o exemplo notório de sua ascensão prática esteja indicado na eleição de Margareth Thatcher, na década de 1980, no Reino Unido, quando “de ampla vigência dos direitos civis e mínima participação política e social”.

Em nossa tese doutoral adotaremos, entretanto, a contraposição a Abranches (2017) sobre o neoliberalismo, admitindo-o enquanto categoria de um projeto econômico contra a

participação do Estado na vida da sociedade. Nesta outra perspectiva sobre o entendimento da condição do neoliberalismo, este é pensado como um movimento de desincumbência do Estado para com direitos sociais básicos ao cidadão, posição que encontra sua formulação em outros economistas e pensadores. :

contra as correntes das décadas de 1950 e 1960, esse grupo elaborou um detalhado projeto econômico e político no qual atacava o chamado Estado-Providência com seus encargos sociais e com a função de regulador das atividades do mercado, afirmando que esse tipo de Estado destruía a liberdade dos cidadãos e a competição, sem as quais não há prosperidade (ROCHA, 2014, p. 85)

Especificamente sobre a educação pública brasileira, às voltas com políticas públicas tendenciosamente neoliberais, e o posicionamento do estado brasileiro nesta direção, os pesquisadores Mota e Leher, da Universidade Federal do Rio de Janeiro lembram que:

o neoliberalismo foi gestado ainda nos anos 40, mas começou a ser colocado em prática na década de 1970, período em que a crise do petróleo desencadeou uma grande recessão capitalista [...] qualquer governo alinhado ao neoliberalismo deveria reduzir os gastos com o bem estar social, o que aqui podemos compreender como gastos com a saúde, educação e fundos de pensão [...]. No Brasil, que é uma sociedade capitalista, teve-se a ilusão inicial de que o neoliberalismo não seria letal, entretanto, os dirigentes do período ditatorial eram todos liberais, porém, respaldados por um autoritarismo típico dos militares (MOTA; LEHER, 2017, p.2-3).

Assim, a expressão “neoliberalismo” comanda a prática das políticas públicas, no Brasil. Ainda de acordo com Mota e Leher (2017)

O neoliberalismo gerou a abertura de mercados e certo crescimento econômico, porém, o custo deste crescimento foi bastante alto. Ele foi implantado, tendo como prioridade conter a inflação dos anos 1970/1980, tarefa que foi alcançada, mas, levou à derrocada dos movimentos sindicais, dada a diminuição do número de greves na Europa, a partir dos anos 1980, e a contenção dos salários por meio do aumento das taxas de desemprego, tido como mecanismo natural e necessário nas economias de mercado lucrativas. Todas estas medidas foram aplicadas em busca da reanimação do capitalismo avançado e altas taxas de crescimento estável [...]. Isto na Europa, pois, naquele período, o Brasil vivenciou várias greves e a criação de movimentos sindicais como a CUT- Central Única dos Trabalhadores. (MOTA; LEHER, 2017, p.45)

Os autores fazem um breve retrospecto sobre a construção e o promulgar da recente legislação que define as políticas públicas educacionais brasileiras. Uma crítica à redação do

texto é que usam o léxico “deliberações” para indicar os comportamentos autoritários de organismos econômicos internacionais interferindo nos itens propositivos de políticas públicas:

No Brasil, sobretudo após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, 1996, houve uma expansão no acesso à educação escolar nunca antes vista em outro momento histórico. Ocorre que tanto a LDB quanto a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente primaram pela expansão da escolarização, não garantindo condições mínimas de qualidade [...]. Duas das ferramentas utilizadas pelos defensores do neoliberalismo para disseminar seus princípios são o Banco Mundial-BM e o Fundo Monetário Internacional-FMI. O BM e o FMI, instituições fundadas respectivamente em 1945 e 1946, são frutos das deliberações da Conferência de Bretton Woods [...]. As deliberações da conferência caminharam rumo à criação de mecanismos que garantiriam o livre comércio, o fim de qualquer tipo de protecionismo econômico, para a ajuda a países vitimados (MOTA; LEHER, 2017, p. 5-7)

No que se refere ao direito de dizer, conversar, tomar a fala publicamente para discutir assuntos relativos ao desenvolvimento da solidariedade social, que une pessoas na construção e aplicação de políticas públicas, o neoliberalismo aplicado tem na sua natureza potencialidades democráticas, que não se realizam, pois enfatiza as desigualdades econômicas, impedindo possibilidades para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à igualdade social.

Mesmo quando a globalização neoliberal possibilita mais perspectivas circulando na esfera pública a partir do barateamento de dispositivos de acesso a internet, concretizando “movimentos sociais na era da internet”, que Manuel Castells relata em seu *Redes de indignação e esperança*, quando populações de países de norte a sul no globo terrestre protagonizam insurgências contra os Estados instituídos - não existem avanços suficientes na qualidade do acesso à informação pública, na medida que ainda são os grandes conglomerados comunicacionais que fomentam a estrutura física para que conversações aconteçam.

E isso é uma questão importante para pensar o que são as democracias constitucionais modernas. As relações conversacionais tornam-se, nesse cenário, o fermento de uma convivência social ampliada, mas que estão controladas por grandes empresas transnacionais possuindo o poder de manter público ou guardar a privacidade do que cidadãos publicam nas ferramentas oferecidas universalmente pelos grandes conglomerados de comunicação e informação. Nos países populosos - que entre outras nomenclaturas, muitas vezes

coincidentalmente foram tratados de subdesenvolvidos - as políticas públicas nas áreas de saúde e educação denotaram incongruências entre as propostas e sua aplicação.

A partir do final do século XX, os países desenvolvidos, Estados Unidos da América, por exemplo, também abandonam políticas públicas relacionadas ao bem comum, maximizando a desvinculação do papel do Estado no oferecimento básico de serviços para a população e de atendimento relacionado normativamente aos direitos de cidadania.

Sendo assim, há os que acreditam que o desenvolvimento de um país não se resume a responsabilidade do Estado e a consequente elaboração e aplicação de políticas públicas. Algumas correntes de pensamento acreditam que, depois dos anos 1980, o Estado não conseguiria promover o bem comum, havendo a pronta necessidade de novas formas de ação humana coletiva (Organizações Não Governamentais, por exemplo). Dentre as diversas opiniões e pontos de vista sobre as possíveis formas de desenvolvimento orientadas à diminuição das desigualdades sociais, o diálogo, as conversas, as trocas e interações conversacionais estiveram e estão disponíveis como ferramentas, dispositivos à disposição dos que pretendem mudança social..

Entretanto, a estrutura midiática global, concentrada em poucas empresas de comunicação, transformou o século XX num cenário de narrativas pouco complexas. Ao redor do globo, os assuntos das notícias geralmente eram orientados fora dos anseios de cidadãos sobre o que lhes afetava.

A partir dos anos 1970, e intensamente depois dos anos 2000, com a popularização da rede mundial de computadores, as notícias podem ser escritas, narradas e publicizadas além dos grandes centros de mídia.

E, novamente, a partir de possibilidades dos usos cotidianos de ferramentas de comunicação alternativas que a internet apresenta, a imaginação ocupa papel importante na relação entre ciência e sociedade. Jean Paul Sartre (1967), diferentemente de Hegel - quando exclui o abstrato estético para conceituar povo (conjunto social) - afirma que:

[se] quisermos afirmar os direitos de uma ciência positiva da natureza humana elevando-se dos fatos às leis como a física e a biologia, se quisermos tratar os fatos psíquicos como coisas, será preciso que renunciemos a esse mundo de essências que se oferecem à contemplação intuitiva e na qual a generalidade é dada em primeiro lugar. Devemos afirmar este axioma do método: não se pode atingir nenhuma lei sem passar primeiramente pelos fatos. (SARTRE, 1967, p. 17)

Sartre (1967) apresenta uma tentativa de desconstrução dos excessos de objetividade que demandam geralmente os métodos, técnicas e comportamentos da pesquisa nas ciências duras, sem descredenciá-las, pois seria o contrário de seu intuito enquanto crítico da percepção. O autor ainda lembra que:

para uma aplicação legítima desse axioma à teoria do conhecimento, será preciso que reconheçamos as leis do pensamento como saídas, dos fatos, isto é, das sequências psíquicas. Assim, a lógica torna-se uma parte da psicologia, a imagem cartesiana torna-se o fato individual a partir do qual se poderá induzir o princípio epistemológico: ‘a partir dos fatos para induzir as leis’ (SARTRE, 17-18, 1967)

Os grandes conglomerados de mídia do século XX e as grandes empresas de tecnologia são muito poderosas, mas o imaginário humano é livre e está sempre procurando brechas que possibilitem a inversão da expropriação para uma vida melhor que contemple a maioria.

Machado (1993) na sua obra *Máquina e imaginário: desafios das poéticas tecnológicas – o axioma impossível* faz reflexões paralelas às de Sartre, questionando os limites entre a realidade e a imaginação. O autor propõe que mesmo com as possibilidades de vigência da cultura de massa, e o poder da indústria cultural ser um fato social recorrente, conquanto sempre alertaram pesquisadores e estudiosos da escola de Frankfurt, a “linguagem” sempre estará livre de qualquer cerceamento cartesiano:

A vida será sempre infinitamente mais complexa, contraditória e inesgotável do que a sua simulação digital. [...] Certamente, a indústria da cultura poderá dar forma ideológica ao efeito de simulação, assim como o fez e ainda o faz com o efeito de ‘real’ da fotografia e do cinema. Cabe ao discurso crítico denunciar a hipóstase, colocando a nu o caráter escritural ou semiótico de toda simulação da imagem e desenvolvendo a figura digital ao seu verdadeiro lugar: o domínio da linguagem. O resto é apenas retórica de um discurso pseudofilosófico (MACHADO, 1993, p. 111)

Especificamente com relação aos usos das redes sociais digitais, a década de 1990 debateu muitas pesquisas iniciais sobre as relações entre as virtualidades e a realidade. A netnografia, usada ainda atualmente, observava a vida online e a vida real, no sentido de transformar essas reflexões em métodos científicos de participação e análise de usos. Kozinetz (1997), um dos primeiros pesquisadores a trabalhar para constituir a netnografia, escreve que:

Turkle (1995) fala da autoconsciência usando a valorização do acrônimo RL (vida real) muito popular entre membros de comunidades virtuais, para fazer

referência a vida real na oposição a vida na tela do computador. Eu ainda defino ciberculturas puras e comunidades virtuais assim, como culturas e comunidades que não existem na vida real, mas manifestam-se exclusivamente através das tecnologias de informação e comunicação. (KOZINETTS, 1997, 5 – tradução minha)

Depois de mais de vinte anos, estamos no século XXI, e os mesmos questionamentos são pauta de pesquisas. Por isso, não só, mas principalmente, apontamos a importância da pesquisa-ação-participante nos métodos e metodologias de pesquisa. A antropologia cultural deve estar orientada a promover o bem comum. No caso de países populosos e economicamente desiguais, isso significa um posicionamento libertário e atuante das pessoas que pretendem estar no mundo acadêmico. Os investimentos na ciência precisam estar a serviço da sociedade.

Chegamos à proposição desta tese de doutoramento: atuar organicamente na tentativa de ampliar as conversações públicas sobre o tema educação, partindo da perspectiva de mulheres e homens que trabalham nela, pois, a ausência de mais narrativas midiáticas da perspectiva de docentes da educação pública básica, na mídia brasileira, parece ser uma situação recorrente. A perspectiva da realização de uma pesquisa-ação-participante é o destaque proposto.

Para analisar este problema, realizamos pesquisas bibliográficas sistematizadas e coleta de dados (prints de publicações nas redes sociais digitais, extração de dados usando softwares livres – não proprietários, entrevistas, diário de campo).

Primeiro, na entrega do *Projeto de Doutorado*, o resultado da busca bibliográfica veio de um processo de longo prazo, e orientado pela formação intelectual buscada pela pesquisadora, dada a realidade vivida na docência de educação superior e básica, e como pesquisadora nas áreas da comunicação, das ciências sociais, humanas, políticas, linguística e educação.

Num segundo momento, durante a preparação do *Relatório de Qualificação* (2016), a busca foi realizada nas cerca de 60 bases de dados que compõem a Busca Integrada do Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo, utilizando as seguintes palavras e locuções: voz docente, fala docente, liberdade de expressão docente, autocensura docente, censura docente, docente (e/na) mídia, Facebook docente, Facebook professor, meios de comunicação social docente, e-groups; e no Google Acadêmico: voz docente e fala docente.

A terceira pesquisa bibliográfica voltou-se à procura de artigos, dissertações e teses que abordassem a existência ou análise de um “jornalismo educacional”, o que

identificaremos aqui por periódicos impressos, quando a temática principal fosse Educação – apesar de alguns textos que resultaram da pesquisa indicarem que publicações sobre Cultura e Sociedade também sejam objeto de estudo de quem se dedica ao que o jornalismo educacional, de alguma maneira, pautar.

A pesquisa também incluiu a representação do perfil docente na mídia de massa e em jornalismo especializado (jornalismo educacional). É importante notar que considera-se jornalismo educacional o espectro de publicações temáticas, impressas, no formato de revistas periódicas. Essa é uma constatação realizada depois da pesquisa bibliográfica, incluindo teses de doutorado e dissertações de mestrado, tratando sobre Educação e Mídia. A primeira pesquisa bibliográfica apresentou os seguintes resultados:

- a) docentes do Estado e do município de São Paulo evitam falar com profissionais de comunicação sobre suas condições de trabalho;
- b) as pautas que a mídia impressa e *online* de massa publicizam, sobre a educação pública são geralmente sobre as necessidades e possíveis falhas da formação inicial e continuada de quem trabalha na educação pública básica brasileira. Elas indicam um paradoxo recorrente: quanto mais se publica midiaticamente sobre o perfil docente, menos prestígio social esse perfil profissional parece ter;
- c) há poucos perfis editoriais voltados ao tema “Educação” em grandes jornais e revistas, o que denota pouco espaço para o debate midiático sobre o tema;
- d) docentes se apropriam de espaços midiáticos (carta ao leitor, comentários em portais *online*, etc.) para expor pontos de vista e promover relatos de experiência, na tentativa de romper com a prática tradicional de ter um profissional de comunicação narrando aspectos de sua jornada de trabalho.

A segunda busca bibliográfica compôs um cenário de pesquisas sobre a educação pública brasileira desde “as reformas republicanas de 1893” (ROCHA, 2009, p. 24). Alguns assuntos recorrentes foram:

- a) a mudança do perfil socioeconômico dos docentes desde a Primeira República (o recorte temporal escolhido em nossa pesquisa é entre as décadas de 1960 e 2010, mas

os trabalhos encontrados na pesquisa bibliográfica remontam ao final do século XIX), e sua proletarização;

- b) a formação na licenciatura em menor tempo, trazida pela reforma universitária, estruturada no regime militar iniciado na década de 1960;
- c) os arrochos salariais enquanto critério de política pública para contratação docente;²
- d) a feminização do quadro de docentes da educação pública básica brasileira e na América Latina durante o século XX;
- e) a exclusão da fala dos docentes, no que concerne às políticas públicas em educação básica brasileira, na mídia impressa, radiofônica e televisiva.

A terceira etapa da pesquisa bibliográfica, mais específica e determinada, resgatou parte da história da imprensa educacional brasileira, ou do jornalismo especializado (jornalismo educacional), envolvendo trabalhos de pesquisa baseados em compilações de artigos publicados na mídia específica (impressa e *online*) sobre o tema Educação, e pesquisas sobre a representação identitária do docente de educação básica pública, na grande mídia e em mídia especializada.

É importante lembrar que a pesquisa bibliográfica não identificou diferenças entre os termos jornalismo educacional, jornalismo especializado em educação, imprensa educacional, mídia educacional especializada. Além do mais, a pesquisa indicou que no Brasil não existe jornalismo sobre educação. Atualmente não há editorias educacionais nos grandes jornais impressos, o que existem são publicações especializadas sobre aspectos pedagógicos ou gestão escolar, bem como links de alguns portais de notícias, a exemplo do UOL – Universo Online.

Para Rocha (2009), em sua tese sobre políticas públicas de valorização do magistério, existe uma “desvalorização social” do segmento profissional docente (2009, p. 22). A pesquisadora menciona problemas para a obtenção de documentos relativos à gestão da

² Sobre este aspecto, Camargo, Minoto e Jacomini (2014) mostram o rebaixamento salarial sistemático de docentes da carreira da rede pública municipal de educação básica, entre 1975 e 2010, na cidade de São Paulo. Maria da Consolação da Rocha fornece também um cenário pormenorizado da questão no âmbito de Belo Horizonte em *Carreira, remuneração, plano de carreira, condições de trabalho – uma análise da experiência de Belo Horizonte* (2009)

educação pública em diversas esferas governamentais, “seja pelo caráter restrito dos mesmos, como os documentos do MEC destinados aos governos municipais e estaduais ou pela resistência de alguns gestores”. (2009, p.17-18)

Rocha ainda indica que seu trabalho:

Oportuniza conhecer o debate, numa perspectiva das mulheres e homens que trabalham nas escolas públicas, pois, mesmo sendo um estudo específico de uma rede de ensino, ele expressa, em certa medida, vozes oriundas de um lado definido da relação capital-trabalho, o dos trabalhadores e trabalhadoras da educação básica. Vozes tantas vezes silenciadas nas elaborações de políticas públicas educacionais e das regulações de trabalho (ROCHA, 2009, p. 20).

Na presente pesquisa, trataremos do tema ‘falas e silenciamentos’ de docentes da educação pública básica brasileira, dividindo-o em três momentos históricos. O critério utilizado para a divisão desses três momentos parte da conclusão de um processo histórico iniciado nos anos 1930 com Getúlio Vargas, de industrialização nacional em substituição à política de exportação agrária, que começa a se consolidar nos anos 1960.

Nas décadas de 1960 a 1980, período quando propomos o primeiro silenciamento, houve a primeira iniciativa do Estado brasileiro, em sua fase de aumento da importância industrial na economia, de ampliar o acesso à educação pública básica.

O segundo silenciamento é resultado da Carta Magna de 1988, que institui a universalização do acesso à educação um preceito constitucional, mas que o Estado brasileiro não concretiza. A efetivação da universalização de acesso a educação básica encontra barreiras na qualidade. As décadas de 1990 e 2000 as políticas públicas educacionais são implementadas a partir dos subsídios econômicos de instituições internacionais, a exemplo do o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), que exigiram contrapartidas às suas propostas de empréstimos ao país: o investimento na educação básica pública, com o objetivo de universalizar seu acesso.

O terceiro momento do silêncio compreende a vinda do século XXI e a nova realidade de globalização econômica, entre 2000 e 2010, intensificando a flexibilização da contratação de professores, precarizando as atividades na profissão.

2. PROFESSORAS E PROFESSORES QUEREM OPINAR SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO

3.1 Políticas públicas em educação e produção de dados: Brasil

A pesquisa científica que envolve documentação e arquivos, por vezes, esbarra no acesso às fontes, seja por falta de estrutura técnica da guarda de documentos, que, se impressos, precisam de espaços e tratamentos específicos para se perpetuarem no tempo, e, se digitalizados, podem apresentar os mesmos problemas estruturais de acesso dos arquivos impressos, apenas com aspectos técnicos diferentes.

Outra questão muito importante sobre a natureza da pesquisa documental são as decisões políticas que envolvem o que guardar, onde guardar e o acesso ao material de pesquisa.

Para além de todas as discussões que podem envolver a investigação documental, as pesquisas em mídias dependem da boa vontade de quem as editam, no sentido de arquivá-las, ou de projetos de pesquisa que consigam formar bases de dados com arquivos de material midiático.

No que concerne à documentação burocrática, produzida por governos, há um crescente entendimento, dentro e fora do Brasil, de que é uma necessidade democrática promover a transparência pública por meio da guarda e disponibilidade de acesso a documentos produzidos para e por políticas públicas.

A despeito das dificuldades na materialização da transparência pública dos atos de Estado para com a sociedade, a *Lei de Acesso à Informação* promulgada em 2011, trouxe mudanças significativas no comportamento do gestor público, quanto à natureza publicizável de dados governamentais, o que tem gerado uma ampliação do acesso aos mesmos.¹

Para as pesquisas relacionadas à fala docente, dois aspectos do acesso a arquivos de mídia e burocráticos parecem configurar um cenário articulado que acaba por silenciar docentes de educação pública básica, no que concerne à elaboração de políticas públicas da área, sendo eles:

¹ Falo sobre a importância de leis dessa natureza em *A comunicação pública e a rede: podemos o que queremos?*, (2012)..

1. os estudos que usam a mídia são arquivos selecionados pela própria mídia, na medida em que são sua produção;
2. os arquivos contendo dados sobre a educação pública, apesar de serem produzidos, em grande medida, a partir do que acontece dentro da sala de aula, onde os atores são docentes e discentes, têm sua publicização truncada, pois são escritos para públicos específicos, geralmente, para quem elabora ou estuda políticas públicas. Portanto, não promovem uma discussão mais aprofundada com aqueles que produzem os dados no sentido de refletir sobre as condições de trabalho nas quais acontecem o processo ensino-aprendizagem. A pesquisa científica deve trazer mais tempo para reflexão e menos vigilância governamental, que acaba por resultar em silenciamento sobre as reais necessidades de docentes, no sentido de empoderamento da qualidade social nas práticas das políticas públicas elaboradas e aplicadas no cenário brasileiro.

Esse cenário traz indícios de que a desvalorização do magistério têm origem na descontinuidade de políticas públicas na área da educação. As pautas sobre o tema educação, publicadas em veículos de ampla circulação nacional, e os conteúdos dos veículos especializados em Educação, não mostram ganhos na qualidade da educação brasileira, e também não discutem sua continuidade entre diferentes governos eleitos.

2.2 Primeiro silenciamento: uma intensa transição para a educação de massas (1960-1980)

Aconteceu na década de 1960 um rápido processo de extinção de direitos civis para brasileiros. Junto com o enrijecimento legal promotor da perda de direitos democráticos, veio um projeto econômico de Estado cujo ideário governamental e empresarial era baseado em práticas discursivas que incentivavam a produção industrial nacional.

Nesse cenário, os industriais brasileiros concordavam com o governo da ocasião no entendimento de que, para que o país crescesse economicamente, era necessária a ampliação do acesso à educação pública para as massas de trabalhadores.

O sistema educacional, em meados dos anos 1970, foi foco de políticas públicas que pretendiam moldar a sociedade brasileira:

Em síntese: o crescimento econômico acelerado do capitalismo brasileiro durante a ditadura militar impôs uma política educacional que se materializou [...] no exercício da profissão em parâmetros distintos dos anteriores (FERREIRA JR.; BITTAR, 2006, p. 1166).

Porém, houve uma contrapartida, não prevista por parte do Estado, no que se refere ao perfil docente. Precarizar condições de trabalho fomentou reivindicações. Ferreira Jr. e Bittar (2006, p. 1167) apresentam Antonio Gramsci como indicativo para descrever a “transição de uma situação objetiva para outra [...], uma mudança na forma de pensar e agir dos professores. É o que poderíamos chamar de novos processos mentais.” Para os autores, Gramsci analisa elementos mobilizadores de “transformações da autoconsciência e organização de grupos sociais” (p.1167).

Seguindo Gramsci, Ferreira Jr. e Bittar consideram que o espaço mobilizador promovido pelo Estado, mas vivido e reconfigurado por classes de trabalhadores, estaria subdividido em momentos específicos:

O econômico-corporativo: [...] sente-se a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas não ainda a unidade do grupo social mais amplo. Um segundo momento é aquele em que se adquire a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico. Neste momento já se coloca a questão do Estado, mas apenas visando a alcançar uma igualdade

político-jurídica com os grupos dominantes: reivindica-se o direito de participar da legislação e da administração e, talvez, de modificá-las, reformá-las, mas nos quadros fundamentais já existentes. Um terceiro momento é aquele que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, no seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses dos outros grupos subordinados. Esta é a fase mais abertamente política determinando, além da unidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral (GRAMSCI, 1978, p. 49-50)

Portanto, num espaço temporal de transição de perfil profissional, por conta da ampliação numérica da base de trabalhadores, os professores públicos, termo utilizado pelo autor, podem conseguir ou não ampliar espaços de lutas democráticas.

Entretanto, essa participação significativa, que impactou nas “lutas democráticas”, e que corroborou a ampliação de direitos e liberdades civis, não contemplou “o seu rol de reivindicações específicas atendido pela nova ordem institucional estabelecida” (FERREIRA JR.; BITTAR, 2006, p. 1171). Ao contrário, se as lutas de professores trouxeram ganhos democráticos para toda a sociedade brasileira, docentes ficaram, ao longo das décadas de 1970 e 1980, subjugados pelo sistema de valores e crenças, e perderam parte de seu lugar na sociedade:

A combinação entre crescimento quantitativo, formação acelerada e arrocho salarial deteriorou ainda mais as condições de vida e de trabalho do professorado nacional do ensino básico, tanto é que o fenômeno social das greves, entre as décadas de 1970 e 1980, teve como base objetiva de manifestação a própria existência material dos professores públicos estaduais de 1º e 2º graus. [...] Um dos aspectos mais relevantes do processo de proletarianização vivido pelo magistério brasileiro é que ele desmistificou as atividades pedagógicas do professor como ocupação especializada pertencente ao campo dos chamados profissionais liberais, ocorrendo, de forma acentuada, a paulatina perda de seu status social (FERREIRA JR.; BITTAR, 2006, p. 1166).

No referido espectro histórico, a docência acaba por caracterizar-se como profissão liberal, sem registro em carteira de trabalho, por métodos cada vez mais precarizados de vínculos trabalhistas, que deixam salas de aula sem docentes e muitas turmas de alunos sem aula, incluindo a intensa precarização econômica advinda das precárias formas de contratação.

Para Wright Mills (1966), em sua obra *A nova classe média*, médicos, advogados e docentes (principalmente os de educação superior, mas o autor menciona os de educação básica) seriam profissionais liberais: “os professores, especialmente os do primário e secundário são, do ponto de vista econômico, os proletários das profissões liberais.” Uma

profissão possuidora de *status quo* privilegiado² que constituía uma sociedade cujo espaço integrava a materialidade do conhecimento como parte da utopia da emancipação humana.

Com o distanciamento da relação conhecimento versus melhora das condições materiais de vida, de profissionais da educação e da população por eles formada, o reconhecimento da importância do papel social da docência parece desmanchar-se socialmente.

Em trabalho sobre a identidade³ docente e sindicalismo, Ferreira (2007) apresenta a relação entre o que norteia as políticas públicas em educação básica no Brasil no período entre as décadas de 1960 e 2000, e a necessidade de estudos do papel de docentes na construção dessas políticas públicas. Para a autora, o silenciamento da fala docente é prática constante na América Latina, e enfatiza que “trabalhos de caráter histórico-sociológico sobre a constituição dos sistemas educacionais em nossos países não deveriam se abster de recuperar o papel do próprio professorado nesses processos” (2007, p. 383).

Outro aspecto de intersecção que poderíamos identificar na docência na América Latina é a feminização do perfil dessa classe de trabalhadores. Pesquisas sobre a docência na educação básica brasileira apontam essa participação feminina no trabalho docente como confluyente, desde o século XIX. De acordo com Vianna (2002):

[...] desde o século XIX, pouco a pouco os homens vão abandonando as salas de aula nos cursos primários, e as escolas normais vão formando mais e mais mulheres. Essa característica mantém-se por todo o século XX, estimulada, sobretudo, pelas intensas transformações econômicas, demográficas, sociais, culturais e políticas por que passa o país e que acabam por determinar uma grande participação feminina no mercado de trabalho em geral. Tendência, aliás, observada também em muitos outros países, inclusive da América Latina, entre eles Uruguai, Venezuela, México e Brasil (VIANNA, 2002, p. 85).

² Nancy Fraser evoca as noções de “reconhecimento e ética” sob a perspectiva do status social, tratando o reconhecimento não apenas como identidade. Nesse sentido, nos estudos futuros seria interessante acrescentar leituras mais pormenorizadas da bibliografia produzida pela autora. FRASER, N. “Reconhecimento sem ética?” Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n70/a06n70.pdf>. Acesso em dez. 2016.

³ “Estatísticas dos professores no Brasil”. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/474/487>. Acesso em jan. 2016. “O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes”. In: R. bras. Est. pedag., Brasília, v. 83, n. 203/204/205, p. 85-120, jan./dez. 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16102/14646>. Acesso em jan. 2016. “Estudo exploratório sobre o professor brasileiro”. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/estudoprofessor.pdf>. Acesso em janeiro de 2016. “Anuário brasileiro da educação”. Disponível em: <http://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8A8A833F33698B013F346E30DA7B17>. Acesso em jan. 2013.

A ocorrência da precarização das condições de trabalho e o arrocho salarial são apontados mais uma vez, só que sob um olhar mais detalhado em relação ao perfil de quem vem a exercer a docência na educação pública básica.

Para Vianna (2002) a feminização do trabalho docente acontece de maneira a reproduzir preconceitos e estereótipos:

A primeira decorrência indica que o sexo da docência se articula com a reprodução de preconceitos que perpetuam práticas sexistas. O processo de feminização do magistério associa-se às péssimas condições de trabalho, ao rebaixamento salarial e à estratificação sexual da carreira docente, assim como à reprodução de estereótipos por parte da escola (VIANNA, 2002, p. 90).

O ingresso massivo da mulher na docência da educação pública básica chega num momento de aumento do número de anos do ensino fundamental obrigatório (de 4 para 8 anos, conforme a reforma de 1971), mas sem a formação adequada e nem as condições materiais cotidianas para que a qualidade fosse um item dessa reforma.

Outra questão seria a natureza fundante do trabalho docente: o processo comunicativo. Parte das pesquisas que objetivam explicitar a diferença conceitual marcante entre comunicação e trabalho, poderia indicar alguns elementos da feminização e consequente precarização do trabalho docente. Para tais pesquisas, a categoria “trabalho” concorreria para “compreender os valores pelos quais o homem constrói a sociedade” pois a “natureza do trabalho é sempre construir relações”, e onde haveria centralidade da “categoria trabalho na formação societal contemporânea” (Antunes, 2010, p 134).

Fígaro (2009) procura concatenar trabalho como termo chave para os estudos em comunicação e o cenário de precarização laboral da atualidade, quando coloca que:

os mecanismos, tecnologias, instrumentais, processos e procedimentos advindos do campo comunicacional reinventaram a sociedade do trabalho; trazendo maior complexidade para se compreender o que de fato ocorre. A diversidade, a fragmentação e a precarização do trabalho fizeram e fazem emergir um fosso ainda maior entre as camadas sociais. O problema do acesso ao conhecimento socialmente produzido, aos bens de consumo e culturais, incluindo a educação formal e continuada é questão que se coloca como importante a ser enfrentada para que o sujeito consiga manifestar-se como SER genérico [...] discute-se a comunicação como conceito teórico e operacional incorporado pelo mundo do trabalho como parte das forças produtivas (FIGARO, 2009, p. 22-23).

A autora menciona Fairclough (2001) para reafirmar a importância da construção do discurso na elaboração da vida em sociedade, e, a despeito da centralidade da categoria trabalho, para ela “Fairclough nos dá [...] o uso linguístico como parte da produção material.” (FIGARO, 2008b, p 42).

Outros conceitos que tangem as questões dos estudos sobre comunicação e trabalho são as definições de trabalho material, trabalho imaterial e trabalho criativo, que estruturam a produção de bens simbólicos em empresas e organizações.

Entretanto, para além das empresas e organizações, num contexto em que governos orientam a elaboração e aplicação de políticas públicas para a educação básica sob a égide do neoliberalismo, a escola pública passa a representar um espaço humano de reprodução de características de organizações empresariais, onde os trabalhadores estão cotidianamente no embate entre o alijar do seu “corpo-sí” (Fígaro, 2008) - a autonomia própria do fazer docente - e a produção de bens simbólicos desenhados para a manutenção do status quo.

Nesse sentido, observamos a importância de reflexões sobre a relação entre categorias comunicação e trabalho, apoiadas em leituras sobre trabalho material, trabalho imaterial e trabalho criativo, na docência contemporânea.

Segundo Marx e Engels “no que toca à produção imaterial, mesmo quando se realiza exclusivamente para a troca –e, por conseguinte, produza mercadorias- cabem duas hipóteses distintas”, sendo que a segunda hipótese construída pelos autores estaria ligada à docência quando a educação formal fosse tratada como mercadoria:

o produto produzido é inseparável do próprio ato de produzir [...] Por exemplo, em alguns estabelecimentos de ensino, os professores podem ser simples trabalhadores assalariados que trabalham para o empresário (isto é, o proprietário do estabelecimento) [...]. Embora os professores não sejam, de nenhum modo, trabalhadores produtivos em relação a seus alunos, são considerados como tais pelo empresário que os emprega. Este troca seu capital pela força de trabalho dos professores e se enriquece neste processo.” (MARX, K; ENGELS, F. , 2010, p. 154)

De acordo com o pensamento econômico dos escritos de Marx e Engels, a docência seria em si trabalho criativo, considerando a atividade docente como produtora de materialidade simbólica, culturalmente reafirmada durante toda a existência de um indivíduo na sociedade. Entretanto, tal trabalho criativo estaria sendo apropriado por um terceiro elemento que não professor-aluno, que faria da precariedade dessa mesma relação a base para a produção da mais-valia.

No século XIX, esse cenário estaria posto em instituições de ensino particulares. Atualmente, o Estado neoliberal ocuparia o lugar do empresário, a partir da precarização da contratação do trabalhador da educação e da deterioração de suas condições de trabalho, que de alguma maneira configurariam a interdição das possibilidades de criação autônoma diretamente relacionada à atividade docente, por meio da fala, do diálogo e da construção do conhecimento coletivo.

Se não pretendemos abordar com maior profundidade delineamentos conceituais sobre trabalho material, imaterial e criativo, bem como outras categorias marxistas como alienação, é interessante a menção de alguns autores que problematizam o trabalho criativo nos estudos sobre Economia Política da Cultura. Hesmondhalgh e Baker (2011), por exemplo, entendem poder e a justiça social como elementos cruciais para a análise da composição conceitual do que pudéssemos considerar “trabalho criativo” (2011, p. 53).

Ainda no sentido de refletirmos sobre o fazer docente sob o ponto de vista do binômio comunicação e trabalho, nas sociedades constitucionais modernas complexas, num cenário de precarização dos espaços humanos de produção material e imaterial, de acordo com Antunes (1995) houve a “desproletarização relativa do trabalho industrial, através do trabalho parcial, temporário.” Apesar do autor abordar o trabalho fabril, os processos de flexibilização advindos do formato toyotista/taylorista são uma ferramenta discursiva que descrevem, sobremaneira, a realização da precarização da força de trabalho imaterial, nas palavras de Marx e Engels (ANTUNES, p. 28).

Esse cenário apresenta muita semelhança com o cotidiano do trabalho docente, orientado por meio das políticas públicas neoliberais, no que se refere à educação básica no estado de São Paulo, principalmente a partir da década de 1990. Para Antunes (2010) “o toyotismo estrutura-se a partir de um número mínimo de trabalhadores, ampliando-os, através de horas extras, trabalhadores temporários ou subcontratação.” (2010, 28)

O mesmo se dá nas escolas públicas. Com a observação da precarização do trabalho docente de educação pública básica, podemos ainda traçar um paralelo, no que se refere ao cenário pós-fordista quando observamos a relação homem X mulher:

a presença feminina no mundo do trabalho nos permite acrescentar que, se a consciência de classe é uma articulação complexa, comportando identidades e heterogeneidades, entre singularidades que vivem uma situação particular no processo produtivo e na vida social, na esfera da materialidade e da subjetividade, tanto a contradição entre indivíduo e sua classe, quanto aquela que advém da relação entre classe e gênero, tornaram-se ainda mais agudas na era contemporânea (ANTUNES, 2010, p. 46)

A partir de dados de uma pesquisa censitária sobre perfil docente, realizada no ano de 2007, e publicada em 2009, pelo Ministério da Educação e instituições da área educacional, que culminou numa publicação baseada em dados absolutos, podemos criar um cenário a partir das informações consolidadas. Este cenário considera o total de docentes da rede pública básica da secretaria de estado da educação de São Paulo mais o total dos docentes das redes públicas municipais das 645 cidades que compõem o estado de São Paulo. A Tabela 1 do Ministério da Educação indica o total percentual do estado de São Paulo na relação mulheres e homens. O total de mulheres trabalhando na educação básica pública é muito mais expressivo que de homens.

Tabela 1: Comparativo da Proporção de Professores da Educação Básica por Sexo, Brasil-São Paulo (2007)

Fonte: MEC/Inep/Deed

■ Brasil ■ São Paulo

A Tabela 2 indica forma de contratação de acordo com legislação criada pela própria Secretaria de Estado da Educação de São Paulo:

Tabela 2: Informação sobre forma de contratação (efetiva ou precária) de professores da rede estadual paulista

HISTÓRICO - CLASSES DOCENTES ATIVOS
REDE ESTADUAL DE ENSINO
 Distribuição: Categoria Funcional
 Fonte: Cadastro Funcional da Educação
 SEE/CGRH/DEPLAN/CEPEA

Nota ==> Categ "F": é o servidor estável com admissão anterior a 03/06/2007
 Categ "L": é o servidor temporário admitido entre 03/06/2007 a 16/07/2009
 Categ "O": é o servidor temporário com admissão a partir de 17/07/2009
Estão totalizados os docentes em seus cargos de exercício, incluídos os afastados, os designados e os em licença.

ANO	MÊS	EFETIVO	COM ESTABILIDADE		TEMPORÁRIOS			TOTAL DOCENTES
			ESTÁVEL	CLT	Categoria "F"	Categoria "L"	Categoria "O"	
2014	SETEMBRO	138.708	634	2	54.987	1	57.541	251.873
	AGOSTO	137.881	645	2	55.438	1	56.098	250.065
	JULHO	130.186	668	2	56.366	2	54.287	241.511
	JUNHO	124.028	683	2	58.016	2	58.626	241.357
	MAIO	123.340	689	2	58.182	2	59.688	241.903
	ABRIL	122.042	706	2	58.489	2	56.352	237.593

Os dados da Tabela 2 foram obtidos junto à Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, no mês de novembro de 2014, por meio de solicitação feita de acordo com a LAI (Lei de Acesso à Informação).

De acordo com a Tabela 2, cerca de 45% dos docentes não estavam concursados de acordo com as leis que regem a educação pública básica, sejam elas: a Constituição de 1988, LDB-1996, Lei do Fundef-1998, Lei do Fundeb-2007, Lei do Piso-2008⁴ configurando um cenário de intensa precarização do trabalho docente feminino.

Em outro material bibliográfico, desenvolvido a partir da mencionada pesquisa censitária de 2007 temos a Tabela 3 com inferência direta entre ocupação feminina e masculina na docência. O referido estudo menciona também os baixos salários, as

⁴ Lei do Piso 2008 – estados que cumprem a legislação, segundo CNTE: CNTE – lei do piso no Brasil
<http://www.cnte.org.br/index.php/comunicacao/noticias/10757-estados-brasileiros-nao-cumprem-a-lei-do-piso-2.html>. Acesso em mai. 2018.

subcontratações, e a falta de docentes recorrente nos níveis de ensino mais basilares, onde a presença de trabalhadoras docentes é percentualmente mais significativa.

Tabela 3: Característica dos professores da educação básica

O perfil predominantemente feminino dos profissionais vai se modificando à medida que se caminha da educação infantil para o ensino médio e para a educação profissional.

Gráfico 1 – Professores das Etapas da Educação Básica segundo o Sexo – Brasil – 2007

Fonte: MEC/Inep/Deed

Estudo exploratório sobre o professor brasileiro
Com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007

Na sociedade da informação, ou sociedade do conhecimento, quando o trabalho criativo seria o cerne, as condições das relações comunicativas no trabalho docente, e no espaço de trabalho docente, tendo em vista seu inegável caráter de trabalho imaterial, seriam muito importantes.

Portanto, a Tabela 2 apresenta dados que indicam um cenário de precarização do trabalho docente no estado de São Paulo, e a Tabela 3 demonstra a situação brasileira, onde este trabalho é exercido em sua maioria por mulheres. A elas, a precarização atinge de forma ainda mais acentuada.

A Tabela 4 consta de um estudo feito no âmbito de professores municipais da cidade de São Paulo e o declínio do valor da hora-aula paga durante o período dos três silenciamentos propostos na presente tese:

Tabela 4 – Involução do valor da Hora Aula

Valor da hora-aula em reais – início e final de carreira (1975-2010)

Fonte: elaboração dos autores, com base em leis e decretos municipais (1975-2010).

Nota: Valores corrigidos pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI/FGV), ² para 05/2010, data da última tabela de VB da série histórica. Para o cálculo do valor da hora-aula, foram consideradas cinco semanas no mês.

Num cenário onde as políticas públicas em educação básica são objetadas pelos agentes públicos como mercadoria, é bastante viável entendermos a educação e seus “trabalhadores com seu trabalho, processo e produto” (HESMONDHALGH; BAKER, 2011, p. 27). Ainda segundo os autores:

Nosso propósito é apenas sugerir que Marx apontou problemas éticos que rodeiam nossa dependência em relação ao trabalho e ao trabalho dos outros explorados, e o fato de ele ter feito esse apontamento pelo menos nos fornece um ponto de partida para pensarmos alguns problemas concernentes aos trabalhadores em relação ao seu próprio trabalho, como processo e como produto (HESMONDHALGH; BAKER, 2011, p. 27, tradução nossa).

A despeito do entendimento de que o objetivo do trabalho docente teria por preceito a construção de conhecimento coletivo para crítica e reflexão das formas de viver no cotidiano, e não apenas a reprodução simbólica das condições materiais da vida em sociedade, a

precarização do trabalho é um forte elemento para refletirmos sobre as características ontológicas da comunicação social e interpessoal, nas sociedades complexas modernas.

2.3 Sobre mídia impressa especializada em educação

Sobre a produção midiática impressa e especializada em educação, o Grupo de Pesquisa ‘História da Educação no Brasil’ realizou um Projeto Integrado de Pesquisa “Revistas de educação e ensino. São Paulo: 1892-1944”, e desenvolveu trabalhos sobre o tema. De acordo com Mello (2007), são catorze as séries de revistas destacadas pelo grupo. (2007, 3)

Entretanto, não há menção específica sobre pesquisas que identifiquem discursos sobre perfis ideais para a profissão docente, publicizados, defendidos, ou mesmo rechaçados pelas revistas.

Outro trabalho de pesquisa apresentado por Mello (2007) que envolve a mídia impressa especializada como fonte para pesquisas é o “Imprensa periódica educacional paulista”:

Resultante das atividades do Projeto de Pesquisa desenvolvido entre os anos de 1994 e 1999 na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) intitulado Imprensa periódica educacional paulista (1890 – 1996), Denice Barbara Catani e Cynthia Pereira de Souza (1999) organizaram um livro com caráter de catálogo, que reúne informações sobre as revistas de ensino editadas na cidade e no Estado de São Paulo, entre os anos de 1890 a 1996, sob a luz do repertório documental português de António Nóvoa (MELLO, 2007, p. 24).

O artigo “A imprensa periódica educacional”⁵ apresenta um pouco do referido trabalho de Catani (1996). A autora relata que apesar de seu foco ser em revistas circulantes no Estado de São Paulo no que diz respeito à recomposição do quadro que permita historicamente organizar o surgimento das revistas, essa imprensa de ensino tem em grande parte uma marca local bastante acentuada, podendo-se afirmar que é preciso proceder à investigação nos diferentes estados brasileiros. (1996, p. 123)

Ainda de acordo com Catani (1996), o professor, pesquisador e autor português António Nóvoa fez um extenso trabalho sobre a mídia impressa especializada em educação, em seu país:

Antonio Nóvoa [...] elaborou um intenso estudo e rigorosa sistematização acerca das revistas pedagógicas portuguesas editadas desde 1818 [...] *A Imprensa de*

⁵ “Imprensa periódica educacional paulista: as revistas de ensino e o estudo do campo educacional” - Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/viewFile/928/842> Acesso em dez. 2016.

Educação e o Ensino –Repertório Analítico - séculos XIX e XX. O fato das revistas de ensino fazerem circular informações sobre o trabalho docente, a organização dos sistemas de ensino, as lutas da categoria profissional do magistério, bem como os debates polêmicos que incidem sobre aspectos dos saberes ou das práticas pedagógicas, tornam as mesmas uma instância privilegiada para os modos de funcionamento do campo educacional(CATANI, 1996, p. 116).

O que se percebe é que as pesquisas sobre mídia especializada em educação, acerca do período histórico que denominamos “Primeiro Silenciamento (1960-1980)”, são caracterizadas por um forte viés de compilação e identificação de material que contém bases de dados, no que se refere ao material midiático produzido até a primeira metade do século XX.

Encontramos também um trabalho de pesquisa de cunho historiográfico sobre como a *Folha de S. Paulo* reportou, no estado de São Paulo, a reforma educacional prevista pela lei federal de 1971. Frattini (2011), autora da pesquisa que resultou em dissertação de mestrado, relata o uso de “notícias e editoriais publicados no jornal entre os anos de 1971 e 1982, cujos exemplares encontram-se no Arquivo Público do Estado de São Paulo.” Ainda de acordo com a autora:

O momento de implementação do Projeto de Redistribuição da Rede Física, iniciado no Estado de São Paulo no ano de 1976, coincidiu com a mudança na linha editorial da *Folha de S. Paulo*, que deixou de caracterizar-se apenas como um jornal informativo e noticioso e passou a abrir espaços para os discursos e debates acerca das mudanças profundas que ocorriam na rede estadual de ensino com a implantação da Lei 5.692/71 (FRATTINI, 2011, p. 136)

A implementação da Lei 5692/71, no Estado de São Paulo, causou mobilização de todos os atores envolvidos no processo:

[...] pode-se dizer que diante da Lei 5.692/71, que reformulou a organização do ensino até então instituída, a reação dos pais e professores, como pode-se observar em seus discursos, seja nas notícias ou através das cartas enviadas à redação do jornal, foi de resistência às ações praticadas pela SEE/SP. Muitos cidadãos resistiram à sua maneira à incongruência com relação à racionalidade presente no planejamento para a implantação da Lei do ensino. [...] o número de pessoal remanejado foi ínfimo se pensarmos no âmbito geral do Estado de São Paulo. No entanto, o remanejamento dos poucos professores, alunos e funcionários causou muita revolta e tumulto, principalmente na Capital onde as distâncias entre os bairros e as escolas eram maiores, além do mais era na Capital que estava localizada a *Folha de S. Paulo*. Então, esse remanejamento de pessoal repercutiu na sociedade e o jornal teve que noticiar como uma resposta a esta questão. Não obstante, diante da grande quantidade de cartas que os professores paulistas enviavam ao impresso, podemos dizer que os professores eram um público leitor da *Folha*. Diante disso, o diário paulista não poderia deixar de noticiar a ansiedade de seus consumidores naquele momento. Por outro lado, ao publicar a resistência da comunidade escolar o

jornal deixou de discutir o ganho que a escolaridade obrigatória de oito anos representou para a educação brasileira. (FRATTINI, 2007, p. 147).

Ao definir a orientação de políticas públicas, o Estado também dita normas e valores sociais que orientam o *status quo* de um dado período histórico. Ao não ouvir profissionais sobre as especificidades da ação educativa, em momentos de acentuada inserção de mulheres no trabalho docente, o Estado optou, mesmo que de maneira indireta, por silenciar um gênero. Porém, esse silenciamento tem impactos sociais que parecem não terem sido previstos.

De acordo com Ferreira (2007), a não participação de docentes na elaboração de políticas públicas em educação acaba intensificando a deterioração das “relações entre docência e conhecimento” (p.385):

Tiramonti (2001, p. 144) sublinha ser imprescindível recuperar o papel protagônico do professorado no marco das reformas educacionais, ou melhor, que se desenhem políticas que busquem a cooperação dos governos e do professorado “em torno de um eixo que permita a recomposição das relações entre docência e conhecimento” (FERREIRA, 2007, p. 385).

Dá-se a ocorrência de um espaço subjetivo social em larga escala, no qual se vai ampliando a desconstrução do valor social do conhecimento, tendo como um dos instrumentos desse processo a desvalorização de uma categoria profissional.

2.4 Segundo silenciamento: redemocratização, Constituição Cidadã, LDB e a precarização do trabalho

No Brasil, as decisões sobre a elaboração e a aplicação de políticas públicas em educação apresentam-se no desenho de um Estado que pretende estar cada vez menos presente na vida do cidadão, apesar desse mesmo Estado não abrir mão da pesada arrecadação de impostos.

Manuel Castells descreve como os Estados estariam alterando sua relação com a sociedade a partir dos anos 1980, estruturados na flexibilização e na informacionalização de processos, o que foi intensificado na década de 1990:

Houve um esforço mais decisivo a favor da desregulamentação, da privatização e do dismantelamento do contrato social entre capital e trabalho (em resumo, uma série de reformas, tanto no âmbito das instituições como do gerenciamento empresarial, visavam quatro objetivos principais: aprofundar a lógica capitalista de busca do lucro nas relações capital/trabalho; aumentar a produtividade do trabalho e do capital; globalizar a produção, circulação de mercados, aproveitando a oportunidade das condições mais vantajosas para a realização de lucros em todos os lugares; e direcionar o apoio estatal para ganhos de produtividade e competitividade das economias nacionais, frequentemente em detrimento da proteção social e das normas de interesse público). [...] As sociedades agiram/reagiram a esses processos de formas diferentes, conforme a especificidade de sua história, cultura e instituições (CASTELLS, 1999, p. 55-56).

O segundo silenciamento de professores no Brasil, que tem a especificidade de ser, ao mesmo tempo, causa e consequência da precarização do mercado de trabalho, está contextualizado em um espaço de aprofundamento da globalização a partir de um modelo de Estado neoliberal.

Paulo Freire, em uma publicação denominada “Educação e Política”, que reuniu algumas de suas palestras, refletia sobre o equívoco possível quando da aplicação de políticas públicas neoliberais em educação, o que se manifesta no entendimento confuso entre educação e participação popular. Para Freire (1992):

A autonomia da escola não implica dever o Estado de fugir a seu dever de oferecer educação de qualidade e em quantidade suficiente para atender a demanda social. Não aceito certa posição neoliberal que vendo perversidade em tudo o que o Estado faz defende uma privatização *sui generis* da educação. Privatiza-se a educação, mas o Estado a financia. Cabe a ele, então, repassar o dinheiro às escolas que são organizadas por lideranças da sociedade civil. Alguns grupos populares têm engrossado esta linha sem perceber o risco que correm: o deestimar o Estado a lavar as mãos como Pilatos diante de um de seus mais sérios compromissos – o compromisso com a educação popular. Os grupos populares certamente têm o direito de, organizando-se, criar suas escolas comunitárias e de lutar para fazê-las cada vez melhores. Têm o direito inclusive de exigir do Estado, através de convênios de natureza nada paternalista, colaboração. Precisam, contudo, estar advertidos de que sua tarefa não é substituir o Estado no seu dever de atender às camadas populares e a todos os que e as que, das classes favorecidas, procurem suas escolas. Nada deve ser feito, portanto, no sentido de ajudar o Estado elitista a descartar-se de suas obrigações. Pelo contrário, dentro de suas escolas comunitárias ou dentro das escolas públicas, as classes populares precisam, aguerridas, de lutar para que o Estado cumpra com o seu dever. A luta pela autonomia da escola não é antinômica à luta pela escola pública (FREIRE, 1992, p. 39).

A despeito das ideias de Paulo Freire, a década de 1990 foi momento de larga divulgação e implementação da terceirização do espaço de trabalho docente, bem como de outras áreas de atuação do Estado brasileiro, com a privatização de diversas empresas públicas.

Na década de 1970 até meados da década de 1980, a docência na educação pública básica experimentou a ascensão de uma grande massa populacional de trabalhadores, o que possibilitou transfigurar uma categoria profissional em um ideal articulador de transformações sociais na luta pela democracia. Após esse período, ocorreu uma intensa desmobilização da categoria, resultado da pressão de governos estaduais aplicando punições administrativas (faltas injustificadas), contrariando o direito constitucional de greve, por exemplo.

Na segunda metade da década de 1980 e nos 1990, há um apagão midiático sobre a docência na educação básica pública brasileira. É de se notar que não foram encontrados trabalhos que relatassem o fato durante as pesquisas bibliográficas.

Para Ferreira (2007, p.387), a não participação de docentes na elaboração de políticas públicas em educação básica é uma questão de toda a América Latina. Os governos latino-americanos replicaram um modelo de não escuta de docentes em relação ao seu processo de trabalho, impulsionado nas últimas décadas do século XX. Em meados do século XX, Argentina, Chile e Brasil apresentam períodos históricos com processos políticos que

culminaram em ditaduras militares, além de apresentarem praticamente os mesmos modelos de ampliação do acesso à educação para as massas, precarizando o trabalho docente.

Segundo a autora, a América Latina apresenta um perfil que relaciona o silenciamento docente em relação às políticas públicas em educação, a luta de trabalhadores da educação pela democracia, e, por fim, o esgarçamento do protagonismo coletivo organizado por meio de sindicatos. Para ela:

[...] no estado da arte feito por Murillo (2001), escritos abarcando 75 trabalhos sobre sindicalismo docente na América Latina, escritos nas décadas de 1980 e 1990, [...] ‘a maioria dos trabalhos analisados coincide em assinalar a insuficiente participação dos docentes organizados na discussão e definição de políticas educativas e inclusive de suas próprias condições de trabalho’ (p. 37). À mesma conclusão chega Palamidessi (2003, p. 7), para a qual, na maior parte dos países, ‘são escassas e limitadas as iniciativas estatais de geração de dispositivos públicos permanentes de negociação com atores da sociedade civil. Em contrapartida, em muitos casos as reformas contribuíram à debilitação das representações coletivas tradicionais (FERREIRA, 2007, p. 387).

Safiotti (2013) também menciona a inconstância de participação nos sindicatos, principalmente das mulheres, nos países europeus. A autora cita países (Áustria, Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos da América, França e URSS) e tempos históricos diferentes, indicando porcentagens de sindicalização feminina ao longo do final do século XIX e século XX, e a baixa participação das mulheres francesas nas direções dos sindicatos. Especificamente sobre as trabalhadoras francesas, embora tivessem presença majoritária nos sindicatos das indústrias têxteis, eram pouco presentes em postos dirigentes, inclusive no Sindicato Nacional do Ensino Secundário (SAFIOTTI, 2013, p. 100).

Para o cenário econômico relacionado às políticas públicas, Borda (2013), analisa a relação entre crise econômica e as mudanças políticos-institucionais, lembrando a aproximação entre Brasil, Chile e Argentina, que passam por momentos históricos protagonizados por governos autoritários:

Se impasse político se estabelece e se agrava dada a impossibilidade de uma resposta efetiva a partir da esfera política institucional, esta começa a desgastar-se e emergem em progressão uma miríade de poderes não institucionalizados por meio da porosidade social. A esfera da política institucional começa a colidir com a esfera política não institucional, conflito esse que pode desenvolver-se numa ameaça mesmo à democracia burguesa, isto na medida em que a crise econômica vai se agravando. [...] Por exemplo, os episódios dramáticos no contexto das ditaduras e das lutas sociais nos

anos de 1960 a 1980 em toda a América Latina, com episódios dos períodos das ditaduras brasileira, chilena e argentina (BORDA, 2013, p. 21-23).

Em sociedades cujos espaços democráticos diminuem e cujas estruturas econômicas ficam enfraquecidas, a docência torna-se um trabalho social contextualizado numa questão menor para o Estado, de espaços de reprodução de desigualdades sociais com forte viés de gênero.

Santos et al (2012) faz críticas sobre a urgência da aprovação da nova *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (LDB), depois da Constituição de 1988, para o autor, houve superficialidade na composição da redação da lei, assim como dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCNs), que aconteceram de maneira a desconsiderar esforços anteriores, cujo objetivo era obter uma mudança qualitativa na educação brasileira:

Durante os anos 1990 – no governo Fernando Henrique Cardoso – é instaurada a nova *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (N. 9394/96), aprovada por alto, da mesma forma que os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCNs) e o *Plano Nacional de Educação* (PNE), sem considerar todos os esforços, pesquisas e estudos realizados pela classe de educadores e demais sujeitos comprometidos com uma medida que compreendia a mudança qualitativa da nossa Educação (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003 apud SANTOS et al., 2012).

Conquanto ocorressem mobilizações comprometidas com a melhoria da educação pública, a estruturação de políticas públicas em educação básica era pautada numa visão neoliberal, marca geopolítica do final do século XX.

A palavra flexibilização, na prática, indica precarização de formas de contratação e de condições de trabalho, resultando na desregulamentação da atividade docente. Ferreira Jr. (2006) lembra que o projeto iniciado durante a ditadura militar (década de 1960 até meados de 1980) tem continuação nos anos que se seguem:

A possibilidade da libertação espiritual e econômica do professor mediante uma formação e remuneração que lhe confira dignidade e prestígio distanciou-se na linha do horizonte quando as políticas da ditadura militar provocaram sobre a categoria docente todo o seu efeito devastador e tiveram sequência com as políticas neoliberais adotadas a partir do início da década de 90 do século XX (FERREIRA JR.; BITTAR, 2006, p. 1174).

Dessa maneira, a educação pública, que atende a maior parte da população do país, assistiu, por exemplo, no Estado de São Paulo, a partir dos anos 1990, a não reposição de profissionais aposentados, a flexibilização dos contratos de trabalho, o fechamento de turmas

(significativamente as turmas de *Educação de Jovens e Adultos* – EJA) e escolas. Um cenário de desresponsabilização do Estado para com os seus deveres constitucionais, mas que atendia ao amplo esforço de sedimentar mercados globais:

A década de 1990 inaugura um novo momento na educação brasileira, comparável, em termos de mudanças, à década de 1960, em que se registrou a tessitura do que seria vivenciado nas duas décadas seguintes. Se nos anos de 1960 assiste-se, no Brasil, à tentativa de adequação da educação às exigências do padrão de acumulação fordista e às ambições do ideário nacional-desenvolvimentista, os anos de 1990 demarcam uma nova realidade: o imperativo da globalização. (OLIVEIRA, 2004, p. 1129)

Nesse ínterim, os temas que pautam a constituição da identidade docente enveredam pelo léxico da flexibilização, acompanhando os processos industriais pós-fordistas. Programas como “Escola da Família” e mais recentemente o “Mais Educação”,⁶ revelam-se ações de políticas públicas que podem exemplificar uma flexibilização da identidade docente:

O Programa Mais Educação, instituído pela Portaria Interministerial N. 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral.
⁷<http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao>

O programa ‘Mais Educação’ também começou a ser implementado no município de São Paulo, na condição de política pública municipal, no ano de 2013. O programa tem apresentado formatos diferentes, quanto à definição do perfil de contratação de educadoras e educadores, por exemplo. Em 2016, o programa amplia o tempo da jornada docente com educandos, em 2 horas-aula, aumentando a permanência cotidiana de crianças e adolescentes nas unidades escolares, que, entretanto, não recebem reformas estruturais.

Assim, o ‘Mais Educação’ parece ser uma extensão da jornada de trabalho docente, configurando horas de trabalho a mais, mantendo educandas e educandos mais tempo na unidade escolar, sem mudanças significativas nos espaços de possível realização de atividades

⁶ Criado em 2003, há no site uma descrição sobre os participantes do programa. “Reunindo profissionais da Educação, voluntários e universitários”. Disponível em: <http://escoladafamilia.fde.sp.gov.br/v2/subpages/sobre.html>. Sobre o programa do governo federal “Mais Educação”: Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao>. Acesso em Janeiro de 2016.

⁷ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao>. Acesso em maio. 2018.

diferenciadas. Além disso, o programa não cumpre a Lei do Piso⁸ de 2008, no que se refere ao parágrafo 4º, sobre 1/3 da jornada para planejamento das atividades, para diversas jornadas docentes (assim como não a cumpre para nenhuma jornada, a contratação da rede estadual de São Paulo), ainda diminui o tempo para planejamento das atividades:

Nos anos 1990, com o governo Fernando Henrique Cardoso, o plano privatizante da Educação encontrou força e incentivos. Não obstante, houve ainda grande contribuição de setores da burguesia e da mídia nacional, através de propagandas tais como "Amigos da Escola" e "Adote um Aluno", do programa *Comunidade Solidária*, que buscavam imputar à sociedade civil a responsabilidade para com a educação, enquanto esta é, na verdade, uma responsabilidade constitucional do Estado. (BORGES, 2005, pp. 22-23 apud SANTOS et al., 2012)

Oliveira (2004) mostra como se dá um segundo cenário de ampliação do acesso à educação básica:

A fórmula para se expandirem os sistemas de ensino de países populosos e com grandes níveis de desigualdade social será buscada por meio de estratégias de gestão e financiamento, que vão desde a focalização das políticas públicas educacionais ao apelo ao voluntarismo e ao comunitarismo (OLIVEIRA, 2004, p. 1131).

Esse “apelo ao voluntarismo e ao comunitarismo” traz em si um acúmulo de funções ao docente de educação pública básica, pouco discutido em conjunto com gestores, administradores públicos, pela sociedade ou na mídia, de maneira íntegra, e sem que as condições de trabalho e de vida congreguem uma situação de dignidade cotidiana. Sobre o acúmulo de funções, Oliveira (2004) menciona, como consequências diretas, os sentimentos de desprofissionalização e a perda de identidade profissional:

O professor, diante das variadas funções que a escola pública assume, tem de responder a exigências que estão além de sua formação. Muitas vezes esses profissionais são obrigados a desempenhar funções de agente público, assistente social, enfermeiro, psicólogo, entre outras. Tais exigências contribuem para um sentimento de desprofissionalização, de perda de identidade profissional, da constatação de que ensinar às vezes não é o mais importante. (NORONHA, 2001 apud OLIVEIRA, 2004, p. 1132).

⁸ Legislação disponível no site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111738.htm. Acesso em mai. 2018.

Em Souza (2009), tem-se um cenário bem delineado do resultado das políticas públicas entre as décadas de 1990 e 2000:

A razão profunda da indiferença das crianças, da violência dos jovens e da depressão dos professores, pode residir exatamente aí – pois, se o único fundamento da escola pública das periferias urbanas é o de que é melhor para as crianças estar na escola do que nas ruas, os professores se transformam, queira-se ou não, em uma espécie nova de carcereiros. O lugar vazio do ensino é preenchido pela disciplina. Denunciou-se o preconceito dos professores em relação aos alunos – sem que se tivesse denunciado, de forma concomitante, o preconceito dos intelectuais em relação aos professores. Durante dez anos, a grande maioria aplaudiu a progressão continuada e culpou os professores do ensino fundamental e médio por suas consequências, fazendo eco ao discurso oficial, numa atitude que HomiBhabha chamou de “subalternidade”, Frantz Fanon de “mordada sonora” e Freud de “narcisismo das pequenas diferenças”. É legítima a participação de uma parte da universidade nas políticas públicas. No entanto, o limite entre a ciência e a política precisa ser então claramente demarcado, se isso não for feito, a função capital da universidade de produção de um pensamento crítico fica severamente comprometida (SOUZA, 2009, p. 3).

Esse esvaziamento de sentido do fazer docente traz mais um significativo silenciamento ao profissional das categorias educacionais, que parece adoecer massivamente (SOUZA, 2009). Ocorre uma desconstrução do significado social da escola como espaço de construção de conhecimento coletivo, sob o jugo midiático da incompetência individual de trabalhadores da educação pública básica.

De acordo com Souza (2009), o adoecimento docente é apenas um dos elementos que compõem um cenário da “nossa miséria política cotidiana”. Segundo a autora, na referência ao trabalho de Esteve (1999):

Esgotamento emocional dos docentes, espécie de reverberação no plano psíquico da crônica inadequação da escola às transformações da pós-modernidade. Diga-se de passagem, o tema do anacronismo da escola é tão recorrente quanto o tema da morte do teatro ou do livro. Esteve demonstra que a escola perdeu sua parceria com a família, que responsabiliza hoje a escola por tarefas que ontem eram dela – o cuidado, a formação moral, a higiene, as boas maneiras etc. Concomitantemente, segundo o autor, a identidade profissional do professor se diluiu, não há reconhecimento social da profissão, como indicam os baixos salários. Tudo isso ao lado da deterioração das condições de trabalho, das classes numerosas, do monitoramento cada vez maior das atividades docentes, da ansiedade que persegue o professor pelo fato de não conseguir se manter atualizado, da exigência de qualidade em um ensino massificado, da concorrência com os meios de comunicação de massa etc. Mas seria isso uma fatalidade histórica ou consequência de políticas tangíveis, sobre as quais a sociedade brasileira ou não se dá conta ou finge que não vê? Desvendar esse ponto teria o mérito

de pelo menos transformar problemas psíquicos em nossa miséria política cotidiana (SOUZA, 2009, 5).

O cenário se repete: ao invés de uma responsabilização coletiva incluindo a aplicação das políticas públicas, acontece a culpabilização da classe docente por meio do discurso da necessidade de formação continuada, pela falência generalizada do desenvolvimento de crianças e adolescentes em idade e frequentadores de instituições públicas de educação básica.

Assim, enquanto docentes de educação pública básica têm suas vozes ignoradas pelos administradores públicos na elaboração e aplicação de políticas públicas, e a demanda pelo diálogo ser cada vez mais proeminente, estados, municípios e sindicatos optam pelo não diálogo com a sociedade. O discurso dos governos sobre a baixa qualidade da educação básica no Brasil está geralmente respaldado no argumento de uma constante necessidade de formação dos docentes. Percebe-se que a administração pública entende que a formação inicial, em sua maioria, oferecida por instituições privadas de ensino superior (SCHEIBE, 2010) e a formação continuada, são os elementos chave de toda a problemática da educação básica brasileira.

Orso (2013) lembra que desde 1996, no Paraná, há conferências com participação ativa das universidades públicas e sindicatos, cujos temas estão relacionados a “questões socioeducacionais” e que “as Conferências sempre têm procurado aliar reflexões sobre as questões teóricas e práticas que envolvem a educação com as mais amplas que permeiam a sociedade, tais como a política e a economia”. No Paraná, de acordo com a publicação que o autor organiza, entende-se educação como “um trabalho social”. (2013, p. 7)

A relação de profissionais da educação com a sociedade, além de ser uma relação de construção de cidadania, que articula a frequência à escola com a ação do ser humano no mundo no qual vive, parece também apresentar uma demanda comunicacional específica, necessária e urgente, já que a escola é uma instituição pela qual transita toda a sociedade, principalmente a partir dos esforços legais para que constasse, na Constituição Federal de 1988, o conteúdo de institucionalização da universalização do acesso à educação básica.

Borba (2013) traz a discussão sobre a consciência de um homem, cujo lugar no mundo está regionalmente localizado e economicamente globalizado e, observa que de outra maneira, se a comunicação de docentes com a sociedade não posiciona professores conforme sua práxis emancipadora, o processo de extensão da educação às grandes massas populares torna-se um instrumento de alienação, não pelo fazer docente, mas pelo entendimento da função social de

um possível esvaziamento da escola enquanto lugar de transformação e aprendizagem de práticas democráticas.

O autor ainda esclarece que a alienação, que distanciaria indivíduos e coletivos de ações emancipadoras, é “a dinâmica que faz com que cada conquista na práxis humana volte-se contra o próprio homem” (2013, p. 17). Com a decisão da sociedade civil de apoiar uma Carta Magna que pauta a ampliação do acesso à educação pública, estados e municípios brasileiros foram instrumentalizados para organizar e gerenciar políticas públicas em educação, seja por conta da legislação, pela descentralização orçamentária, que fez com que a União transferisse verbas diretamente para as unidades administrativas (principalmente, as municipais).

Entretanto, a categoria docente parece não conseguir conversar com a sociedade brasileira, e, sem uma discussão ampla e permanente sobre o cotidiano da sala de aula, o fazer docente, silenciado por políticas públicas elaboradas hierarquicamente e longe da escola, traz um cenário de desconstrução do valor social do conhecimento.

2.5 Terceiro silenciamento: a construção midiática do imaginário sobre o perfil docente nas primeiras décadas do século XXI

A Organização dos Estados Ibero-Americanos⁹ realizou pesquisa no fim da década de 2000 e ouviu mais de 8.700 docentes em todo o Brasil, concluindo que docentes não são consultados sobre a elaboração nem aplicação de políticas públicas que envolvam a sala de aula, seu espaço de trabalho.

Se o século XXI, ao que se apresenta na materialidade dos acontecimentos, parece perpetuar o silenciamento docente, com relação à elaboração de políticas públicas, as pesquisas acadêmicas começam a apresentar o contrário.

Por exemplo, estudos sobre a imprensa periódica especializada despontam demonstrando que a mídia constrói perfis docentes e os replica em diversos veículos. Em sua dissertação de mestrado¹⁰ Andreza Roberta Rocha usou a Análise do Discurso para categorizar o conteúdo da *Revista Nova Escola*, da Fundação Victor Civita, e descobriu que o periódico pautava um específico perfil ideal docente.

Lopes (2012, pp. 8-9) vai além da constatação do silenciamento e indica avanços tecnológicos “que desenham um cenário em que, cada vez mais” espaços de fala poderiam ampliar ou diminuir cenários para diálogo. De acordo com a pesquisadora, a grande imprensa trata a fala docente por meio de “expertos” e “celebridades”, o que torna “blogs e mídias secundárias” o espaço para “tomada da palavra pelo professor”, tratando especificamente sobre a fala do professor de “português”. Dessa maneira “os textos que circulam na imprensa produzem uma representação de identidades, pois legitimam lugares de onde os sujeitos podem e devem falar”. (LOPES, 2012, p8)

A autora vai adiante nas considerações e menciona Antonio Novoa quando diz que para além da preocupação com a legitimação de uma imagem positiva sobre sua profissão, “a escola e professores não podem colmatar a ausência de outras instâncias sociais e familiares no processo de educação de gerações novas.” (NÓVOA, 1999 apud LOPES, 2012, p. 33)

Coracini (2007 apud Lopes 2012, p.9) relaciona imprensa e identidade quando diz que “o discurso jornalístico colabora para a manutenção de certos discursos em circulação, ou

⁹ Disponível em: <http://www.oei.es/historico/noticias/spip.php?article3773>. Acesso em dez. 2016.

¹⁰ Trabalho realizado na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo em 2007, intitulado “*Relatos de experiência publicados na revista Nova Escola (2001-2004): modelo de professora ideal*”.

seja, trabalha no inconsciente, no sentido de deixar viva a memória discursiva e, com isso, contribui para a manutenção (ou reforço) das relações sociais, jurídico-políticas.”

O silenciamento midiático sobre a demissão de docentes da rede municipal da cidade de Fortaleza¹¹, durante o mês de janeiro de 2016; a implantação de projetos de militarização de algumas escolas estaduais de Goiás - acompanhada de ações para contratação docente a partir de parcerias público-privadas com Organizações Sociais (que precarizariam ainda mais a contratação docente, e que foram barradas pelo movimento de ocupação¹² das escolas dos anos de 2015 e 2016); o fechamento de salas de aula nas redes estaduais do Mato Grosso do Sul¹³ de São Paulo¹⁴, e rede municipal de Salvador¹⁵, são alguns exemplos de formas de silenciamento massivo da categoria profissional.

No documentário *Segredo de Estado*, realizado por Bruno Meirelles (2009)¹⁶, o jornalista elenca motivos pelos quais o profissional docente evitaria discussões coletivas e abertas sobre suas condições de trabalho ou seus fazeres metodológicos. O trabalho reflete, ainda, sobre como as normas regimentais para comportamento profissional contribuiriam para silenciar o profissional docente no tocante à sua participação na elaboração e aplicação de políticas públicas de educação básica no Brasil.

Ferreira (2012), ao analisar o perfil do docente, aponta de que modo parte da mídia aborda os temas relacionados à questão educacional e quais as soluções, indicadas pela própria mídia para determinados problemas. A pesquisadora menciona, entre outros aspectos, que o discurso sobre educação, recorrente na mídia, é respaldado pela fala de “pesquisadores

¹¹ Sobre a dispensa de Educadores em Fortaleza (publicação da rede social *Facebook*). Disponível em: <https://www.facebook.com/coletivoNigeria/videos/vb.178273628913450/1062052840535520/?type=2&theater>. Acesso em janeiro de 2016.

¹² Algumas notícias das Ocupações nos anos de 2015 e 2016, de veículo que representam diversas matizes ideológicas: 1) <http://g1.globo.com/sao-paulo/escolas-ocupadas/noticia/2015/12/ocupacoes-atos-e-polemicas-veja-historico-da-reorganizacao-escolar.html> ; 2) http://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/24/politica/1477327658_698523.html ; 3) <http://exame.abril.com.br/brasil/o-mapa-das-ocupacoes-de-escolas-e-faculdades-contrat-temer/> ; 4) <http://diariodesantamaria.clicrbs.com.br/rs/geral-policia/noticia/2016/05/especialistas-avaliam-ocupacoes-de-escolas-por-estudantes-5821236.html>

¹³ No mês de fevereiro de 2016 docente participante de um grupo de professores do estado do Mato Grosso do Sul da rede social *Facebook* explicita preocupação com o fechamento de turmas. Segundo o professor: “Estou muito preocupado com essa quantidade de salas sendo fechadas em diversas escolas e com as consequências que essa prática já está acarretando”.

¹⁴ Fechamento de turmas e escolas em São Paulo: “Mais de 1 milhão de alunos da rede estadual de SP serão transferidos”. *G1*, Educação, 23/09/2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/09/mais-de-1-milhao-de-alunos-da-rede-estadual-de-sp-serao-transferidos.html>. Publicação da rede social *Facebook* (15/02/2016). Disponível em:

<https://www.facebook.com/jornalistaslivres/photos/pcb.344910205632863/344909955632888/?type=3&theater>. Acesso em fevereiro de 2016.

¹⁵ Publicações feitas na rede social *Facebook* em grupo aberto (fevereiro de 2016).

¹⁶ Trabalho de conclusão do curso de Jornalismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

e especialistas sobre o assunto”, sem mencionar fontes e generalizando as discussões e os temas abordados, pontuando o problema educacional como uma questão de substituição dos profissionais no mercado de trabalho na área.

Em entrevista¹⁷ Citelli (2012b) reforça o aspecto silencioso do docente em relação ao que é publicado na mídia sobre a área educacional. O pesquisador afirma que há processos sociais que contribuem para deslegitimar qualquer fala docente sobre si e seu trabalho:

Imagino que tenhamos uma espécie de triângulo das bermudas na educação brasileira. Esse triângulo das bermudas está representado em um dos seus vértices por problemas de infraestrutura, que são questões de ordem econômica, algumas até de natureza sindical. O segundo vértice desse triângulo é relacionado à formação propriamente desse professor, seja essa a sua formação inicial, seja na sua formação continuada. E o terceiro desses elementos é uma questão de autoestima do próprio professor, que vai sofrendo com todos esses processos sociais, vai tendo sua profissão desvalorizada. É só um problema profissional? Mas o problema profissional está contaminado pelos dois outros vértices desse triângulo, é um problema de infraestrutura, de situação econômica. E quando você vai ver, um dos elementos dessa autoestima é a imagem que se projeta socialmente de alguém (CITELLI, 2012, online).

Corazza (2012) realizou uma pesquisa tendo como universo para coleta de comentários de profissionais da educação algumas matérias publicadas em veículos *online*. Para a autora, mesmo que em “menor escala”, a coleta de dados considera a “fala do interlocutor, neste caso, o professor”, e descreve a reação de docentes, publicados no site da revista VEJA:

Reagindo, pela internet, à matéria intitulada “Aula cronometrada” da “Revista Veja”, mais de vinte comentários postados na internet, a partir da publicação da reportagem. A inclusão da reação dos professores pela internet pretende ser um contraponto à ausência da voz do professor nos textos da revista (CORAZZA, 2012, p. 38).

A autora ainda coloca que:

[...] não há uma consideração às partes envolvidas no processo – só conhecidas pelas reações informais por meio da internet – como é o caso das entidades de classe, dos docentes que estão no dia a dia de sala de aula, deixando-se entrever a invisibilidade do professor, em nome de indicadores e parâmetros econômicos, em detrimento do cultivo de valores. (2012, p. 51).

¹⁷ Disponível em: <http://www3.eca.usp.br/noticias/entrevista-com-adilson-citelli-analisa-imagem-do-professor-na-m-dia>. Acesso em janeiro de 2016.

Em 2014, houve a defesa de uma dissertação de mestrado da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, na área de Sociologia da Educação, que indica uma “construção social” que anula, silencia a voz de professores. Campagnucci (2014) nomeia o fenômeno como o *silêncio dos professores*. A pesquisa *Silêncio dos professores? Uma interpretação sociológica sobre a ausência da voz docente no jornalismo educacional* indica que há uma flagrante “ausência de voz dos docentes da educação básica no jornalismo educacional”. A pesquisadora também fala da “cultura do silêncio”. Freire (2014 apud LIMA, 2014) discorre sobre a cultura do silêncio, no Brasil, como uma herança colonial que:

“[...] caracteriza a sociedade que se nega à comunicação e ao diálogo e, em seu lugar, se lhe oferecem ‘comunicados’[...]. Mas não basta ter voz, porque o ‘mutismo’ da ‘cultura do silêncio’ – insiste Freire republicaneamente –, não significa ausência de resposta, mas sim uma resposta que carece de criticidade”. Na verdade, é necessário que essa voz expresse uma opinião cidadã formada livremente e que ela seja ouvida no espaço de deliberação pública e autogoverno (LIMA, 2014, p. 11).

Assim, os três momentos de silenciamento indicam que a sala de aula, muitas vezes, é um lugar do qual não se pode falar, refletir sobre sua existência, e nem é levada em consideração como espaço para produção de políticas públicas.

No primeiro silenciamento (1960-1980), o acesso à educação básica pública é uma demanda que o governo brasileiro contempla, com apoio do empresariado nacional, ampliando de 4 para 8 anos a obrigatoriedade do estado de oferecer à população ensino fundamental gratuito. A Lei de 1971 demora a ser implantada pelos governos estaduais, responsáveis pelo ensino fundamental, e precariza a contratação de profissionais, diminuindo o salário da categoria e ampliando suas horas-trabalho.

O segundo silenciamento (1980-2005) é o período de redemocratização brasileira e a inclusão do pensamento político neoliberal na resolução e aplicação das políticas públicas - educação, saúde, transporte - quando continua a precarização da contratação de profissionais da educação.

O terceiro silenciamento, depois dos anos 2000, muitos estados brasileiros adotaram formas de contratação precárias para completarem as necessidades dos profissionais de educação, e os municípios usam os mesmos recursos.

LINHA DO TEMPO DOS TRÊS SILENCIAMENTOS

1960 – 1980

1980 -2000

2005 - 2016

3. REDES SOCIAIS E A POSSIBILIDADE DE COMUNICAÇÃO EM COMUNIDADES VIRTUAIS

Na literatura acadêmica, os termos usados para indicar ‘redes sociais digitais’ são inúmeros. Entretanto, há basicamente dois termos mais recorrentes: SNS (*Social Network Sites*) e comunidades virtuais. Pode-se encontrar ainda o termo ‘sites de relacionamento’, dentre outros, mas por ter ocorrência em menor frequência, apesar de estar presente no texto por conta de citação bibliográfica direta, não serão utilizados nesta tese doutoral indicando categoria conceitual.

No final dos anos 1990 Manuel Castells já formalizava a noção de comunidades virtuais fazendo valer a literatura científica de autores que estudavam o assunto. De acordo com o autor:

Em geral, entende-se que comunidade virtual, sendo a argumentação de Rheingold, é uma rede eletrônica autodefinida de comunicações interativas e organizadas ao redor de interesses ou fins comuns, embora às vezes a comunicação se torne a própria meta (CASTELLS, 1999, p. 442-443).

Na definição de Castells (1999), as redes sociais digitais também estariam na seara dos endereços de internet mais comumente denominados *sites*. Ferramentas como ORKUT e Facebook talvez sejam os instrumentos de maior proximidade desta descrição, pois apresentam a dupla função de comunidade virtual e site quando “a comunicação torna-se a própria meta”.

Antoun (2004) também define comunidades virtuais a partir de Rheingold. Segundo ele:

[...] a comunidade virtual é formada por grupos de discussão e produção de conhecimento temático que desenvolvem a interação e a conversa no ciberespaço por uma larga duração de tempo, gerando familiaridade, camaradagem e amizade entre os membros do grupo, podendo ultrapassar os limites da Internet e se estenderem para atividades e encontros no espaço social geográfico (RHEINGOLD, 1993 apud ANTOUN, 2004, p. 69).

De acordo com Antoun (2004) as comunidades virtuais são fundadas na “lógica de que o participante agrega a informação ou o conhecimento que possui para o debate, tendo como contrapartida todas as informações ou conhecimentos dos demais membros” (2004, p. 81).

Nesse sentido, as redes estão estruturadas na troca e potencializam o compartilhamento do poder.

Para Capra (2008) “o paradigma das redes tem sido evocado como explicação estrutural para muitos fenômenos comunicacionais, políticos, organizacionais e sociais de nosso tempo”. Na obra “*O tempo das redes*”, autores usam a nomenclatura SNS para descrever as comunidades virtuais, por conta da preocupação com a natureza metodológica do objeto.

Há por trás da denominação SNS (*Social Network Sites*) um paradigma que afetaria indivíduos, organizações e sociedade, que o texto de Capra (2008) considera um “limite da identidade”, que caracterizaria as redes vivas, num paralelo que indica, de alguma maneira, semelhanças das redes sociais com redes nas ciências biológicas. Para Capra, ambas se valem de “um conceito sistêmico de vida para o campo social.” Mas, ele adiciona que redes sociais são, antes de tudo, redes de comunicação que envolvem linguagem simbólica, restrições culturais, relações de poder etc.” (CAPRA, 2008). Ao refletir sobre a forma como essa comunicação se dá, o autor também as considera como meios de formação da identidade com limites próprios:

Enquanto as comunicações continuam nas redes sociais, elas formam ciclos múltiplos de retroalimentação que finalmente produzem um sistema compartilhado de crenças e valores – um contexto comum de sentido, também conhecido como cultura, que é continuamente apoiada em comunicações seguintes. Por meio dessa cultura, os indivíduos adquirem identidade como membros da rede social e, nesse sentido, a rede gera seu próprio limite. Não é um limite físico, mas um limite de expectativas, de confiança e lealdade, o qual é permanentemente mantido e renegociado pela rede de comunicações (CAPRA, 2008, 23).

Com a popularização do acesso à internet, mesmo que a qualidade de transmissão do sinal ainda seja ruim em relação a outros países, as redes sociais digitais tomaram força no Brasil a partir de meados dos anos 2000.

3.2 Pesquisa bibliográfica e redes enquanto territórios de poder

Um dos aspectos que poderiam explicar a rápida expansão do uso das redes sociais digitais por diferentes perfis de indivíduos seria o que Levy (1999) denomina de *inteligência coletiva* “uma inteligência distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, que resulta em uma mobilização efetiva das competências” (LEVY, 1999, p. 28).

Na mesma obra, Pierre Levy postula que o “espaço do saber emerge de devires coletivos”, no sentido de que coletivos apropriar-se-iam de “um tempo subjetivo”. A coletividade intelectual inverteria “as relações entre tempo e espaço instauradas pelo Território” (1999, p. 155).

Levy considera que, ao contrário do *Território*, que prioriza e quer manter *estruturas*, o “Espaço do saber [...] emerge perpetuamente dos atos e histórias singulares que animam os intelectuais coletivos” (1999, p. 156)

Ainda sobre redes sociais digitais, Costa (2012) afirma que sua larga utilização possibilita uma nova forma de observar e agir entre a “produção simbólica e a infraestrutura material”:

Mas, se existe alguma chance de os usuários comuns terem uma ação significativa nessa batalha, isso é resultado, basicamente, da criação das redes sociais, que permitiram que os internautas pudessem sair dos longos corredores de portais para as práticas colaborativas, os diálogos e as negociações. Levados pela própria realidade estruturada em novas modalidades produtivas, numa busca por espaço de identidade e significação coletiva, os usuários das redes estão mostrando que é possível e significativa a interação que se estabelece na rede e, por meio dela, entre produção simbólica e infraestrutura material. Ao criarem uma nuvem aberta de conexões conduzidas pelo imaginário, pela motivação e pelos interesses pessoais dos usuários, as redes sociais podem não resolver as frustrações dos enamorados renegados, mas criam uma nova forma concreta de sociabilidade (COSTA, 2012, p.98).

No livro “Comunicación y poder”, Castells (2010) descreve a rede como “um conjunto de nós interconectados”. Para o autor, “os nós podem ter maior ou menor relevância para o conjunto da rede”:

Os nós aumentam em importância para a rede quando absorvem mais informação importante e a processam mais eficientemente. A importância relativa de um nó não provém de suas características especiais, a não ser sua capacidade para contribuir com a eficácia da rede, para atingirem seus

objetivos, definidos pelos valores e interesses programados pelas redes .
(CASTELLS, 2010, 45)

A dinâmica da comunicação parece estar na base da sociedade em rede. Mesmo que haja controvérsias em relação ao poder dos fluxos de capitais, e do próprio capitalismo como modo de produção, é o elemento de dinamização das relações intersubjetivas por meio da conversação que identifica o comportamento social em rede.

Sobre os “valores programados nas redes”, eles mudam de acordo com o interesse coletivo, a rede não pode ser observada a partir de um nó, e sim por meio da relação entre os nós, cuja finalidade de comunicar e promover ações coletivas é o desejo de toda a rede.

Castells traça uma história onde as antigas redes eram:

[...] uma extensão do poder concentrado no alto das organizações verticais que configuram a história da humanidade, [...] a capacidade para introduzir novos atores e novos conteúdos no processo de organização social, com relativa independência dos centros de poder aconteceu ao longo do tempo com a mudança tecnológica e mais concretamente com a evolução das tecnologias de comunicação (CASTELLS, 2010, p. 48, tradução minha).

Ao categorizar as formas organizativas que caracterizam as redes, o autor enfatiza a especificidade do desenvolvimento tecnológico para que se configure a sociedade em rede. Para ele, são imprescindíveis “as tecnologias de comunicação digital baseadas na microeletrônica”, pois, com elas as “redes se convertem na forma organizativa mais eficiente como resultado de três recursos fundamentais: flexibilidade, adaptabilidade e capacidade de sobrevivência” (2010, p. 49). Ainda de acordo com Castells:

Com o advento da nanotecnologia e da convergência da microeletrônica e os processos biológicos e materiais, as fronteiras entre a vida humana e a vida artificial têm se misturado, de modo que as redes estendem sua interação desde nosso interior até todo o âmbito de atividade humana, transcendendo a barreira do tempo e espaço, [...] graças às tecnologias de informação e comunicação disponíveis, a sociedade em rede pode desdobrar-se plenamente, transcendendo os limites históricos das redes como forma de organização e interação social (CASTELLS, 2010, p. 50).

Para Massimo Di Felice (2013), há uma mudança paradigmática trazida para os estudos da teoria social, cuja ferramenta motriz seria as tecnologias digitais de informação e comunicação, pois “a comunicação móvel e os *social network* nos sugere a necessidade de superar o imaginário sociológico industrial e positivista, criado pela modernidade para descrever a função social da mídia” (DI FELICE, 2013, p. 50).

Di Felice está entre os autores que acreditam na mudança da lógica da produção industrial para a lógica de uma inteligência coletiva. Segundo ele:

A mídia, a comunicação, a cultura, as práticas sociais, a arte e tudo que existia eram pensados como os mecanismos, os componentes funcionais do grande relógio do capitalismo industrial. A concepção sistêmica e positivista de tal pensamento e a leitura instrumental e funcional do papel social da mídia expressava por ela mesma, na própria forma sistêmica e estrutural, a concepção sequencial e lógica própria da produção industrial: cada parte não se explicava em si, mas obedecia a uma lógica e a uma inteligência maior nas quais encontravam sua identidade e sua específica função (DI FELICE, 2013, p. 51).

Além da mudança, o autor também considera a questão do *Território* como elemento disruptivo elementar para a configuração de novas formas de interação social, cujas subjetividades estejam se comunicando de maneira mais eficaz :

Desde o surgimento do ciberativismo, ao longo das transformações das tecnologias de informação e comunicação, houve uma profusão de ações que buscaram alcançar a interação com formatos comunicativos que pudessem expressar melhor suas demandas. Diante da transformação da capacidade interativa da rede, de uma *Web 1.0* para aquela *Web 2.0*, houve uma reconfiguração do significado do ciberativismo que, nos últimos anos, delineia-se como uma forma intensiva de interação em rede entre indivíduos, território e tecnologias digitais, designativa da conectividade característica da ação social *em e nas* redes (DI FELICE, 2013, p. 54).

A literatura acadêmica sobre as causas e efeitos do desenvolvimento tecnológico é vasta e, muitas vezes, controversa em sua natureza simbólica. Para alguns autores, o desenvolvimento tecnológico traz problemas e, às vezes, até consideráveis retrocessos para as relações sociais. De qualquer maneira, não se podem ignorar as mudanças em relação às subjetivações de tempo e espaço que têm ocorrido por meio da apropriação das tecnologias de informação e comunicação no fim do século XX.

Dessa maneira, parece importante observar como cidadãos, trabalhadores e, especificamente, docentes de educação básica estão se apropriando de tecnologias de informação e comunicação. No próximo capítulo, apresentaremos o resultado da busca bibliográfica concernente ao assunto.

3.3 Redes sociais digitais: categorias profissionais, opinião, conversas políticas e deliberativas

A história recente da formação do professorado no Brasil demonstra a sua organização política nas décadas de 1960 e 1970, bem como o protagonismo na luta pela democracia que culminou com a ampliação das liberdades civis e o fim da ditadura instituída nos anos 1960. Contudo, os professores, apesar de organizados e mobilizados, se sentem proletários das profissões liberais e anseiam pela volta do prestígio social que as vezes parece menor do que antes da reforma educacional promovida pela lei de 1971. Haveria na comunicação pública e nos espaços das novas mídias possibilidades de alcançar esse objetivo?

Uma pesquisa publicada no ano de 2011 abordou algumas ações da comunidade paulista, que trabalhava e fazia uso social de políticas públicas da educação básica, entre os anos de 1975 e 1976, quando o governo do estado de São Paulo começou a implantar a legislação contida na reforma educacional de 1971, cujos efeitos práticos incluíam fechamento de salas de aula (menos turmas) e mudança de comunidades discentes para outras unidades escolares que as suas de origem. A autora da pesquisa utilizou-se do método historiográfico, mesmo com a ressalva de sua base de dados ser o jornal diário Folha de São Paulo, uma fonte não histórica, do ponto de vista dos documentos oficiais. Na relação que aborda a natureza ideológica da constituição da referida reforma educacional de 1971, a autora menciona que:

A historiografia da educação brasileira assinala que as transformações instituídas pela Reforma ao ensino secundário foram ainda mais profundas, uma vez que o currículo marcadamente humanista predominante até então, que gozava de prestígio e legitimidade social, foi substituído por uma cultura científica e técnica orientada para o trabalho. Desse modo, os conteúdos considerados de caráter acadêmico foram retirados introduzindo ao currículo uma orientação técnica-pedagógica e disciplinas de temáticas profissionalizantes.” (FRATTINI, 2011, p.165).

Para além das mudanças físicas de turmas de alunos entre unidades escolares diferentes, o currículo também tentou sistematizar ações que concretizariam uma sociedade mais distante de construções solidárias em prol do bem comum, enfatizando o caráter individual e a importância da meritocracia nas sociedades capitalistas.

As manifestações da sociedade civil puderam ser observadas na seção de Carta dos Leitores, onde publicavam-se mensagens escritas pela diversa comunidade escolar atingida pelas mudanças:

A esse respeito, as investigações realizadas por Souza (2008, p. 279) apontam que a redistribuição da rede física provocou enorme reação por parte de professores, pais e alunos, devido às medidas de racionalização da rede escolar, que ocorreu mediante “a transformação, incorporação e desdobramento de escolas”, além do remanejamento de pessoal que causou polêmica na comunidade escolar. [...] O jornal Folha de S. Paulo publicava cartas de professores contendo observações críticas aos planos de remanejamento e redistribuição da rede física postos em prática pela Secretaria da Educação. [...] A redistribuição continuou causando celeuma pelos problemas trazidos também aos alunos. Além dos professores e diretores, os pais se mobilizaram e protestaram contra a redistribuição (FRATTINI, 2011, p. 136;p.140-141)

Ao pesquisar as publicações do jornal impresso, Frattini (2011) considera que:

No decorrer do ano de 1975 e no início do ano de 1976, a Folha apresentou um conjunto de opiniões controversas sobre as medidas de implantação do Plano de Redistribuição da Rede Física. Entende-se que o papel do jornal nesse processo foi de informar os seus leitores sobre as mudanças em curso, bem como abrir espaços de discussão e exposição de opiniões sobre o descontentamento da comunidade escolar face à sistemática de reorganização da rede física das escolas estaduais de 1º e 2º Grau de São Paulo pela SEE/SP. Além disso, pode-se observar que o jornal atuou como mediador entre a sociedade civil e os órgãos públicos estaduais encarregados de promover a implantação da Reforma de 1971. (FRATTINI, 2011, p. 145-146)

À época, o jornal Folha de São Paulo era composto por um editorial de Educação (1972-1979) cujo responsável era Perseu Abramo, professor, jornalista e sociólogo, que inclusive:

participou ativamente da greve dos professores em 1979 e articulou críticas à favor da causa social durante toda a sua atuação no diário paulista. O editorialista manifestou apoio aos pais dos alunos e professores e criticou a SEE/SP pelas falhas no planejamento da implantação da Reforma do ensino[...]. Contudo, vale a pena ressaltar que a linha editorial da empresa jornalística era dotada de astúcia para localizar os temas emergentes, assim o impresso seguia as técnicas da publicidade comercial à medida que procurava captar precisamente temas recorrentes no cenário social e capitalizar isso em favor do que pretendia vender. [...]a partir de 1976 o jornal não pode ficar alheio à comoção social causada pela redistribuição e teve que noticiar o descontentamento da comunidade escolar e os problemas decorrentes da redistribuição física e do remanejamento de pessoal considerados necessários pela SEE/SP para a implantação da escola única de 1º Grau. (FRATTINI, 2011, p. 146)

Nas décadas de 1970 e 1980 os jornais brasileiros ainda mantinham editorias de Educação, a exemplo da Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo.

Estamos no século XXI, e a reforma educacional da lei federal de 1971 tornou-se parte da história da educação brasileira, jornais geralmente não veem interesse na publicação de cadernos ou editorias específicos para a Educação.

Atualmente, segundo dados do *Censo do Professor*,¹ uma pesquisa censitária elaborada pelo *Ministério da Educação* brasileiro, há cerca de 1 milhão e 800 mil docentes no país. Cerca de 80% de docentes da educação básica é composto por trabalhadoras mulheres, em todas as regiões do Brasil. É importante notar que, apesar do referido censo ter sido coletado no ano de 2007, a publicação é do ano de 2009.

No estado de São Paulo, observava-se, na década de 1990, a precariedade na comunicação entre docentes e sociedade, mas o contrário parece acontecer no estado do Paraná, que no mesmo período começa a realizar atividades junto à universidade pública, com vistas à promoção de reflexões sobre o papel social da escola pública e de professores da educação básica.

Em documentário realizado por Bruno Meirelles, em 2009, seu trabalho de conclusão de curso, o jornalista elenca motivos pelos quais o profissional docente evitaria discussões coletivas e abertas sobre suas condições de trabalho ou seus fazeres metodológicos. O estudo reflete, ainda, sobre de que maneira as normas regimentais, para comportamento profissional, contribuiriam para silenciar o profissional docente no tocante à sua participação na elaboração e aplicação de políticas públicas para a educação básica.

Para Paulo Freire, a superação das condições materiais de dominação dos homens e mulheres por outros e outras homens e mulheres no capitalismo, poderia acontecer:

A transformação de uma sociedade será, por isto mesmo, tão mais radical quanto seja um processo intra-estrutural que toma, assim, a estrutura como a dialetização entre a infra e a supra-estrutura. Muito da negatividade do que costumamos chamar “cultura do silêncio”, típica das estruturas fechadas como a do latifúndio, penetra, com seus sinais visíveis, na nova estrutura do “asentamiento”. Esta “cultura do silêncio”, gerada nas condições objetivas de uma realidade opressora, não somente condiciona a forma de estar sendo dos camponeses enquanto se acha vigente a infra-estrutura que a cria, mas continua condicionando-os, por largo tempo, ainda quando sua infra-estrutura tenha sido modificada. (FREIRE, 1997, online)

¹Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/plano-nacional-de-formacao-de-professores/censo-do-professor>>. Acesso em 2016.

Em 2010, Ramos e Roitberg publicaram artigo intitulado *Formação de coletivos nos espaços virtuais: dos ambientes colaborativos às comunidades sociais em rede* no qual apresentam o uso de sites de relacionamento por docentes de educação básica do Rio de Janeiro. No artigo, os autores apresentam um estudo do uso de redes sociais digitais como espaço de trocas e mobilização de professores. De acordo com os autores,

Apesar da frequência de trabalhos sobre tecnologia na/para formação de professores (LÜDKE; BOING, 2004) e dos estudos sobre sua incorporação às práticas pedagógicas (BARRETO et al, 2006), há muito pouco sobre a formação de coletivos digitais, e, menos ainda, sobre o modo como os professores se utilizam da Internet. Isto demandou pesquisar a possibilidade do uso da tecnologia como ferramenta para a construção de identidade de resistência (CASTELLS, 2003), verificando de que forma os ambientes virtuais podem promover um espaço democrático para movimentos reivindicatórios e organização de estratégias (RAMOS; ROTBERG, 2010, p. 6).

Ramos e Roitberg (2010) descrevem parte do uso de uma comunidade de professores no Orkut. De acordo com a pesquisa, a comunidade tinha 5 anos de existência e era bastante acessada:

A comunidade do Orkut (...) desponta como a detentora de maior número de participantes ativos na classificação do sítio *escolas e cursos*. Apesar de em suas metas haver a ressalva do não comprometimento ideológico, há um forte viés político que impregna grande parte dos discursos dos integrantes desta comunidade, além de uma grande reserva quanto à participação sindical. Trata-se de uma comunidade moderada, já que os comentários, antes da postagem, são submetidos aos moderadores para aprovação, assim como toda solicitação de adição como membro. Possuía 5.153 membros, em 12/03/2010, tendo sido criada em 06/07/2005. Contabilizou 3.112 postagens, no período compreendido entre 02/01/2009 e 24/01/2010, com mais de 6.000 respostas. Para esta pesquisa, foram avaliadas 20 postagens e suas respectivas respostas. Por intermédio desta e de outras comunidades de perfil semelhante, ocorre, também, a organização de protestos, passeatas e greves (RAMOS; ROITBERG, 2010, p. 12).

Os autores usam pesquisa de 2008 para fazer considerações sobre a concentração do acesso “a computadores e internet”, tomando grandes regiões metropolitanas, e famílias de poder aquisitivo e de escolaridade mais altos. Ainda que a desigualdade no acesso a internet e suas ferramentas aconteça, inclusive nas grandes cidades, pesquisas recentes indicam que o acesso à internet e o uso das redes sociais digitais aumentou muito no Brasil.

No ano de 2014 o Facebook informou numa reportagem do Universo Online – UOL – que existiam ao menos 700 milhões de perfis reunidos nos grupos, divididos em diversos

temas, na rede social. É muita informação para somente uma empresa de mídia fazer o controle do conteúdo e usos comerciais. A presente tese afirma a necessidade do questionamento de a sociedade civil e governos democráticos fazerem às instituições, empresas de telecomunicações e mídia, sobre os modelos de negócios estabelecidos com o uso das redes sociais digitais.

Dentre as pesquisas recentes sobre usuários da internet, três são indicadas aqui, sendo elas: *CGI (2014)*,² *Nazca*³ e *Pesquisa brasileira de mídia (2015)*⁴

Em todas as pesquisas mencionadas há indicação do crescimento do número populacional com acesso à internet, seja por meio de conexões fixas ou móveis (smartphones), sendo o celular a ferramenta mais expressiva desse crescimento.

Entretanto, a disseminação de notícias falsas, boatos, lendas urbanas, as diversas possibilidades criativas para narrativas, que circulam nas redes sociais digitais, interferem na credibilidade de instituições do mundo real.

A empresa de Relações Públicas Edelman⁵ identificou que “Fakenews confundem a população e desempenham papel importante nos cenários nacional e global.” De acordo com o site da empresa:

O Edelman TrustBarometer 2018 é a 18ª edição da pesquisa anual de confiança e credibilidade. O estudo foi realizado pela agência de pesquisa Edelman Intelligence e é o resultado de entrevistas online de 25 minutos feitas entre 28 de outubro a 20 de novembro de 2017. O levantamento online do TrustBarometer 2018 foi realizado com 33 mil pessoas em 28 países. Todo o público informado atendeu aos seguintes critérios: faixa etária 25-64 anos; nível superior; renda familiar no quartil mais alto em sua faixa etária de cada país; lê ou assiste a mídias de notícias/negócios pelo menos algumas vezes por semana e acompanha questões de políticas públicas no noticiário várias vezes por semana. (Edelman, online, 2018)

O acesso à internet está chegando a um número maior de pessoas, mas o impacto para as democracias nem sempre segue o caminho da diminuição de desigualdades econômicas e

² CGI – *Comitê Gestor da Internet no Brasil* – em pesquisa divulgada em 2014, consta que: “O número de usuários de Internet tem crescido constantemente ao longo dos últimos 10 anos, segundo revela a pesquisa *TIC Domicílios*. Atualmente, há no país cerca de 94,2 milhões de usuários de Internet, o que corresponde a 55% da população com 10 anos ou mais de idade. Em 2008, o percentual de usuários correspondia a apenas 34% da população nessa faixa etária”. Disponível em: <http://www.cgi.br/publicacoes/indice/pesquisas/>. Acesso em jan. 2016.

³ Nazca – pesquisa *Democracia e Consumo* – Maio de 2015 – indica que cerca de 85 milhões de brasileiros acessam internet pelo celular. Disponível em: http://www.fnazca.com.br/wp-content/uploads/2015/10/f_radar-2015-revisado.pdf. Acesso em jan. 2016.

⁴ Pesquisa brasileira de mídia – 2015. Disponível em: <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf>. Acesso em jan 2016.

⁵ Pesquisa disponível no site: <https://edelman.com.br/propriedades/trust-barometer-2018/>

sociais. E essa ampliação de acesso ainda é muito próxima à repetição de estilos de vida, por exemplo, quando a qualidade de conexão nos diferentes países apresenta maior ou menor estabilidade.

Trabalhos acadêmicos no espaço institucional de pesquisa científica em comunicação buscam, cada vez mais, dados empíricos sobre uso das redes sociais digitais alimentadas pela população, e, tem tratado tais dados como públicos, apesar da natureza privada do contrato assinado por usuários de ferramentas como *Facebook*.

Um dos cuidados que pesquisadores podem seguir, geralmente, é o de não expor a identidade do perfil o qual serve de dado objetivo para as pesquisas. Exemplo desse tipo de pesquisa está no artigo publicado no ano de 2014, pelas pesquisadoras Tamires Ferreira Coelho e Ângela Cristina Salgueiro Marques, *Sertanejas Conectadas: autonomia e subjetivação a partir dos usos da rede social digital Facebook por mulheres no sertão do Piauí*.⁶ O trabalho que tornou-se tese de doutorado de Coelho, apresenta:

alguns aspectos relativos aos usos e apropriações da rede social Facebook por mulheres no Sertão do Piauí. Partimos de uma pesquisa de doutorado em andamento cujo objetivo é analisar como esses usos e apropriações por parte das sertanejas podem contribuir para a construção de sua autonomia e de sua subjetivação política. A partir do diálogo entre matrizes teóricas europeias e latino americanas, correlacionamos as interações e experiências online das mulheres aos conceitos de autonomia (WARREN, 2001; REGO; PINZANI, 2013) e de subjetivação (FOUCAULT, 1995; RANCIÈRE, 2004). Nossa construção metodológica é embasada em uma combinação entre a netnografia (KOZINETS, 2002; 2010) e a Grounded Theory (ALLAN, 2003), articulando procedimentos de coleta de dados como entrevista, observação participante e elaboração de diário de campo. Percebemos, preliminarmente, que o Facebook é importante para a constituição da subjetivação política, que combina três processos interligados: a produção de testemunhos e argumentos, o aparecer através de imagens e a desidentificação. (COELHO; MARQUES, 2014, p. 1)

No ano de 2012⁷ o próprio *Facebook* simulou comportamentos de usuários, conforme artigo científico publicado posteriormente. De acordo com o resumo da pesquisa:

O experimento manipulou até que ponto as pessoas (689.003) foram expostas a expressões emocionais em seu Feed de Notícias. Isso testou se a exposição a emoções levava as pessoas a mudarem seus próprios

⁶ Disponível em: http://www.abciber.org.br/simposio2014/anais/GTs/angela_cristina_salgueiro_marques_137.pdf. Acesso em janeiro de 2016.

⁷ “Facebook faz experimento massivo com 600 mil usuários”. Disponível em: <http://tecnologia.terra.com.br/facebook-faz-estudo-secreto-com-600-mil-usuarios,6b4c90ae123e6410VgnVCM10000098cceb0aRCRD.html>. Acesso em Janeiro de 2016. Abstract: “Experimental evidence of massive-scale emotional contagion through social networks”. Disponível em: <http://www.pnas.org/content/111/24/8788>. Acesso em Janeiro de 2016.

comportamentos de postagem, em particular se a exposição a conteúdo emocional levava as pessoas a postarem conteúdo consistente com a exposição - testando assim se a exposição a expressões afetivas verbais leva a expressões verbais semelhantes, de contágio emocional. As pessoas que viram o Facebook em inglês foram qualificadas para seleção no experimento.⁸ (Adam D. I. Kramer, Jamie E. Guillory, Jeffrey T. Hancock, 2014)

Nos estudos sobre coletivos digitais o cuidado com a privacidade precisa ser mais específico porque muitos atores sociais, inclusive institucionais, são parte interessada nas conversações virtuais. Mesmo que as identidades individuais estejam protegidas por quem realiza a pesquisa empírica, a moderação dos coletivos digitais pode sofrer pressão sobre sanções administrativas, institucionalmente, quando coletivos fizerem referência aos trabalhadores de instituições.

A resistência cívica envolve a proteção da privacidade de todo o qualquer perfil composto e atuante nas redes sociais digitais. Outro fator de observação cuidadosa são as especificidades das conversações online, inegáveis. Marques e Martino (2016) lembram que:

a conversação online não pode ser analisada somente a partir do encadeamento de mensagens postadas, desconsiderando o contexto social mais amplo no qual se inserem os interlocutores, o contexto virtual no qual as mensagens são produzidas e os consequentes constrangimentos e ‘brechas criativas’ à ele associados (MARQUES; MARTINO, 2016, p. 132)

Marques e Martino (2016) abordam a natureza das conversações, considerando a possibilidade de a contribuição das ampliações de espaços democráticos voltados ao bem comum:

a tolerância e o respeito frente a pontos de vista diferenciados – os quais só se concretizam por meio da ação de se colocar no lugar do outro (*ideal role taking*) – são dificilmente alcançados, dada a predominância da tentativa de convencimento por meio da retórica, da desvalorização e descrédito atribuídos ao ponto de vista alheio e da tendência ao reforço de opiniões em grupos homogêneos. Assim, a transposição mecânica dos princípios normativos ideais que guiam e estruturam o modelo deliberativo, além de frustrar os pesquisadores (que não encontram nas conversações virtuais provas consistentes da existência de um processo deliberativo) torna-se eficaz somente para apontar as falhas e limitações das trocas comunicativas em rede (MARQUES; MARTINO, 2016, p. 126)

⁸ Disponível em: <http://www.pnas.org/content/111/24/8788.full>.

De acordo com os autores parece ser frustrante a busca por processos de deliberação nas conversas virtuais. Abranches indica concordância com o que Marques e Martino dizem aqui. O argumento sobre a politização das conversações nas redes sociais digitais também aparece em Abranches (2017).

as redes ainda não se politizaram, não se tornaram uma dimensão de ação coletiva consciente e livre dos aparelhos de intermediação. Hoje, uma boa parte do debate político nelas é mediada, refletindo posições de interesses especiais, de facções partidárias [...] as redes não se constituíram integralmente, ainda, em espaço público realmente aberto a todos, com base na igualdade absoluta de cibercidadãos, independente das diferenças entre eles, capazes de expressar visões formadas por convicção própria da dinâmica da conversação [...] (ABRANCHES, 2017, p. 171)

Para Matos e Nobre (2014):

“a opinião pública [...] depende da existência de um debate (e não da mera circulação de informações entre as instâncias do Estado e da sociedade civil) [...] é comunicativa por excelência pois está ligada à disseminação das informações em uma sociedade de massa e à reflexão intersubjetiva a respeito delas” (MATOS E NOBRE, 2018, p. 138).

A opinião pública também “depende da troca de ideias, do debate e da conversação focalizada sobre temas de interesse coletivo” (MATOS E NOBRE, 2014 p. 142)

Rousiley Maia (2008), no capítulo da obra que organiza com Wilson Gomes *Comunicação e democracia*, estabelece a existência de “complexas relações entre os domínios privados e públicos”. Para ela:

diversos autores (Habermas, 1997 e 2006; Mansbridge, 1999; Searing et al, 2004; Hendricks, 2006) vêm chamando a atenção para entender a deliberação (por meio de múltiplos jogos entre os atores sociais [...] com seus respectivos contextos sócio-históricos (MAIA, 2008, p. 195)

De acordo com Maia (2008) “para a busca da justiça democrática faz-se necessário que os interesses e as reivindicações de diferentes grupos sejam processados em contextos públicos, isto é, em arenas públicas ampliadas” (MAIA, 2008, p. 241)

As reivindicações sobre políticas públicas sempre aconteceram. O Estado nem sempre quer saber a opinião da população, ou usa subterfúgios para justificar decisões autoritárias durante decisões e aplicação do orçamento.

Os veículos de comunicação impressos eram mecanismos de conversa entre povo e Estado, e a internet existe enquanto ferramenta para ampliar os espaços públicos de debate sobre temas diversos. As redes sociais digitais também possuem esse potencial de ampliação para conversações, entretanto, a busca do bem comum deveria orientar sistematicamente as pessoas que estão no poder dos governos democraticamente eleitos.

3.4 Liberdade e igualdade: fundamentos da liberdade de expressão contemporânea

É importante elencar alguns momentos históricos que, representados à luz de legislação, estão relacionados com a regulação cotidiana do uso das redes sociais digitais sendo espaços de conversação pública, bem como indicar algumas relações entre a liberdade de expressão e a privacidade, em uma pesquisa que lida diretamente com dados produzidos cotidiana e massivamente.

No presente capítulo usaremos trechos de dois textos legais, o Marco Civil da Internet (2014) e a Constituição Federal brasileira (1988) para fazer algumas considerações sobre a liberdade de expressão e privacidade no Brasil do início do século XXI.

De acordo com Silva (2009) a locução “liberdade de expressão” aparece na Constituição dos Estados Unidos da América no fim do século XVIII. De forma mais estruturada, a partir de então, o termo passa a surgir nos países que se configuram democracias constitucionais nos séculos XIX, XX e XXI.

O autor faz um percurso histórico sobre as formas de interpretação da lei norte-americana nos três últimos séculos, faz reflexões sobre o estabelecimento das definições de liberdade e igualdade contidas no texto e, principalmente, sobre seus parâmetros interpretativos (mais objetivos ou mais subjetivos), considerando-as como o cerne da descrição de direitos que vão delinear a “liberdade de expressão” na atualidade. Recorrendo a John Rawls, Silva (2009) aponta:

Por exemplo, ‘de um direito geral a não ser discriminado com base na raça, de uma compreensão mais ampla para a liberdade de expressão [...] Ainda no que se refere aos direitos [...] que diz respeito a harmonização dos direitos constitucionais. Como em várias liberdades fundamentais estão fadadas a conflitar umas com as outras, diz Rawls as regras institucionais que definem essas liberdades devem ser ajustadas de modo que se encaixem num sistema coerente de liberdades. (SILVA, 15: 2009)

Ainda segundo Silva (2009), ao tratar sobre a interpretação coletivista (uma mediação entre os parâmetros interpretativos mais subjetivos ou mais objetivos) dos textos constitucionais em sociedades democráticas, o autor lembra o debate da “liberdade da palavra voltada para a vida coletiva, para a discussão e deliberação de assuntos públicos numa democracia” em diferentes momentos históricos. Para ele:

A constatação do vínculo profundo que une a liberdade de expressão e autogoverno coletivo não é coisa nova. A relação aparece, por exemplo, ainda que de forma incipiente, no discurso de Milton ao Parlamento Inglês. Aparece com clareza na campanha de Madison contra o Sedition Act. Pode ser notada também no livro de Stuart Mill. [...] Em suas obras republicanas, Maquiavel já chamava a atenção para a importância da livre exposição pública e troca de argumentos para a autonomia coletiva (SILVA, 2009, p. 113)

O autor finaliza concluindo que para esta última - a interpretação coletivista - “a proteção mais alta deve ser vista, no entanto, como uma proteção contra a censura ⁹ (baseada no conteúdo), não contra a regulação (de tempo, modo e lugar)” (SILVA, 2009, p. 123). Silva também enfatiza que a censura seria um problema na relação liberdade e igualdade (2009, p.182)

Em obra organizada sobre a censura, Costa (2014), afirma que esta faz parte da vida social humana:

A censura é [...] a oposição entre o eu e o outro, entre sujeito e cultura, assim como entre diferentes grupos dentro de uma mesma cultura, tem levado a sucessivas tentativas de repressão de dissidências, das críticas e das insubordinações, com uso de diferentes recursos de autoritarismo e violência (COSTA, 2014, p. 27)

O conceito de conversação pública faz-se importante para o debate contemporâneo sobre as liberdades democráticas, necessárias para a consolidação das democracias contemporâneas. Para Francisco Paulo Jamil Almeida Marques o “debate também pode ser classificado como conversação civil, ocorrendo em situações cotidianas, sem a marca da formalidade”. (MARQUES, 2006, p. 168)

A legislação brasileira relacionada à liberdade de expressão têm concorrido, pelo menos a partir da Carta Constitucional de 1988, para a fala coletiva, pública e deliberativa com vistas a ampliar as vozes de atores sociais na esfera pública contemporânea. Nesse sentido, é interessante que se faça a reflexão sobre as possibilidades de caracterização da conversação pública.

Matos (2009), pesquisadora da comunicação pública e política, descreve um cenário onde se pode inserir tipologias sobre conversações:

⁹ De acordo com a autora, censura está relacionada com o poder de uma instituição contra liberdades individuais e de grupos.

A importância da conversação deve-se a potencialidade que diferentes autores nela identificam de contribuir para o conhecimento do universo político, o questionamento de preconceitos e o engajamento associativo (ROJAS, 2008; KIM; WYATTS; KATZ, 1999; MANSBRIDGE, 1999).[...] conversação como dinâmica que envolve a capacidade de atores de partirem de uma discussão mais sociável para avançarem rumo a uma discussão destinada a examinar mais de perto assuntos ou problemas de interesse coletivo, voltando as suas intenções para o entendimento recíproco. (MATOS, 2009, p. 107)

Para Matos (2009), portanto, “é a exposição das pessoas ao conflito e ao embate de pontos de vista que permite fazer com que a conversação se politize” (2009, p. 117).

Nesse sentido, para autores clássicos e mesmo para autores modernos o conceito de conversação pública seria intrínseco à construção do entendimento normativo da conversação democrática promovida pela internet e suas ferramentas.

Nos novos espaços de conversação que começam a se consolidar nesse início de século XXI, um novo cenário se apresenta para questionamentos sobre diferenças, possibilidades e importâncias entre conversação pública, opinião pública e a soberania popular na construção contínua de configurações democráticas para as sociedades.

4.4.1 Público e Privado nas conversações cívicas contemporâneas

As relações entre as categorias sociológicas e filosóficas “público” e “privado”, na perspectiva de Botelho (2012, p. 54) trazem à luz que “a formação social brasileira constitui processo de longa duração” onde se nota a “atrofia do público e a hipertrofia do privado”. A internet e sua necessidade intrínseca do anonimato na rede - contrariamente à constituição brasileira, que veda o anonimato na expressão da opinião - apresenta uma atualização das necessidades de pesquisas relacionando políticas públicas para o bem comum e as relações entre público e privado nas conversações realizadas digitalmente.

Para o autor, existe um continuum nas relações políticas, no Brasil: “Envolvendo bens materiais e imateriais, controle de cargos públicos, votos, recursos financeiros, prestígio, reconhecimento de autoridade legal ou não”, que são “pessoalizadas, fundadas na estratificação social brasileira” pois “definiram nossa vida política em toda a sua complexidade, da aquisição à atribuição do poder, da sua organização ao seu exercício.” (2012, p. 55). Ele ainda observa as dificuldades para a abertura de participação democrática no país:

Sobretudo tendo em vista que se, de um lado, a ‘sociedade civil’ vem sendo reapresentada como uma esfera capaz de sustentar uma vida pública para além dos mundos da economia e do Estado, de outro, a combinação entre o modelo de cidadania historicamente institucionalizado no Brasil (definido mais pela autoridade que pela solidariedade) e as persistentes desigualdades de sua estrutura social, parece estar se mostrando potente o suficiente para manter a esfera pública estreita e a participação democrática reduzida na atualidade (BOTELHO, 2012, p. 57-58)

As possibilidades ou impossibilidades democráticas, segundo Botelho (2012) dependeriam fundamentalmente das relações de solidariedade permitidas pela participação cívica; ele questiona ainda se haveria condição para tentativas de “equilíbrio, ainda que delicado, entre sentimentos e práticas de solidariedade civil e paixões e lealdades particularistas, ou simplesmente entre público e privado”. Tais questões devem ser consideradas de maneira a se articularem como desafios políticos centrais do século XXI, nas perspectivas propositivas sobre as conversações públicas.

Nesse sentido, poderíamos pensar nas diferenças entre silêncio e implícito. A vida privada, inerente ao direito subjetivo de toda pessoa humana, estaria centrada nas constantes

observações sobre autodeterminação. Mas há que se notar as diferenças entre “o silêncio e o implícito” e as consequências censórias quando relações de poder estiverem em jogo.

Para Orlandi (2015, p. 102) “o conceito de silêncio [...] recobre uma região teoricamente diferente do implícito” não havendo “autocensura”. A censura seria, ainda, “a interdição da inscrição do sujeito de ocupar certos lugares, certas posições” afetando a construção de possíveis identidades individuais. (p. 104)

A censura estaria relacionada ao silenciamento do autor, mais uma vez impedindo a possibilidade de autocensura, não seria o indivíduo a fazer a escolha, optando pela não manifestação de seu pensamento, mas o conjunto de instrumentos de poder que cerceariam a fala, a conversa, interditando-a, censurando a autoria.

Um conceito relacionado à censura e que não foi muito desenvolvido, de acordo com minha pesquisa bibliográfica, realizada, em língua portuguesa, durante o primeiro semestre de 2016, é o da autocensura. Orlandi (2015), Butler (2015) e Kucinsky (1998), abordam a palavra autocensura, mas não a descrevem pormenorizadamente ou a problematizam.

De acordo com Orlandi (2015) não existiria “autocensura” pois:

a censura não é um fato da consciência individual do sujeito, mas um fato discursivo que se passa no limite das diferentes formações discursivas que estão em relação. Trata-se a um processo de identificação, e diz respeito às relações do sujeito com o dizível. Nessa perspectiva não há autocensura. A censura sempre coloca um “outro” no jogo. Ela sempre se dá na relação do dizer e do não poder dizer, do dizer de um e do dizer do “outro”. (ORLANDI, 2015, p. 104)

Butler (2015) aborda a autocensura condicionalmente a uma necessidade de aplicação de leis, contra o instinto agressivo humano, e trabalha com Nietzsche, que ao:

condenar essa agressão sob um sistema de punições erradica essa verdade sobre a vida. A instituição da lei obriga um ser humano originariamente agressivo a voltar essa agressão para dentro, a construir um mundo interno composto de uma consciência culpada e a expressar essa agressão contra si. [...] Essa agressão [...] volta-se contra a vontade e assume uma segunda vida, até que implode para construir uma consciência que gera a reflexividade segundo a autocensura (BUTLER, 2015, p. 26)

Bernardo Kucinski (1998) menciona a autocensura algumas vezes, numa relação entre história dos acontecimentos políticos no Brasil da década de 1960 e a participação das empresas de comunicação, explicando que ela, a autocensura, “instalou-se antes ainda de

1964, por que os barões da imprensa participaram ativamente da conspiração, e, portanto, do segredo.” (1998, 56)

Na segunda menção à autocensura, o autor de *A síndrome da antena parabólica*, faz observações sobre censura e autocensura, na perspectiva do controle da informação:

da mesma forma, surgem dois padrões de controle da informação: censura prévia e outras formas de pressão, inclusive econômicas, contra os jornais alternativos, controle indireto por meio de bilhetinhos e avisos informais, ou seja um pacto não escrito de autocensura com os barões da imprensa (KUCINSKI, 1998 p. 59)

Matos (1989) menciona a demissão de um ministro do Supremo Tribunal Federal brasileiro, no ano de 1971, pois discordava da censura prévia aos veículos de comunicação.

O resultado da pesquisa bibliográfica na literatura acadêmica em língua portuguesa, entretanto, não apresentou definições mais específicas para o conceito de “autocensura”. Seria interessante que pesquisas fossem realizadas para entender mais alguns aspectos da autocensura de profissionais da área de comunicação, e a possibilidade de comportamentos autocensórios na decisão de definição das pautas veiculadas pelos meios de comunicação.

Estudar a existência ou não de processos autocensórios e perspectivas para inclusão de pautas nos grandes veículos dos meios de comunicação pode ser interessante para pesquisas nas redes sociais digitais.

3.5 Liberdade de expressão e algumas interpretações do STF

Ismati (2008), em trabalho sobre a interpretação da “liberdade de expressão” em um recorte de acórdãos do STF, cita o professor universitário e autor português Jonatas Machado (2001) para mencionar a plasticidade do conceito da liberdade de fala. Ismati (2008), porém, faz uma ressalva sobre possibilidades das liberdades constitucionais: “uma construção conceitual das liberdades comunicativas que consiga circunscrevê-las de modo geometricamente perfeito, parece-nos, no estado atual da teorização, impossível, se é que não o será todo”. (ISMATI, 2008)

Apesar do indicativo de necessidade dessa plasticidade, a autora traz a perspectiva do mérito final dos julgamentos analisados, encontrada nos referidos acórdãos, e aponta que problemas de natureza da definição conceitual mais clara do conceito de liberdade de expressão podem ter gerado resultados nos quais a “liberdade de expressão sempre prevalece quando o mérito do caso a ser julgado, bem como os direitos que estão presentes não enfrentam assuntos referentes a religião e questões político-eleitorais.” (ISMATI, p.72)

De envergadura ampla, o conceito de liberdade de expressão envolve uma série de direitos. Machado (2001) apresenta algumas liberdades constitucionais relacionadas enquanto direitos:

“Dentre os direitos conexos presentes no gênero liberdade de expressão podem ser mencionados, aqui, os seguintes: liberdade de manifestação de pensamento; de comunicação; de informação; de acesso à informação; de opinião; de imprensa, de mídia, de divulgação e de radiodifusão” (MACHADO, 2001 apud ISMATI 2008).

O autor de direito constitucional Tavares (2010) explica que podemos compreender que a liberdade de expressão se expressa, de modo mais geral, em uma dimensão substantiva e outra instrumental: “A dimensão substantiva compreende a atividade de pensar, formar a própria opinião e exterioriza-la. A dimensão instrumental traduz a possibilidade de utilizar os mais diversos meios adequados à divulgação do pensamento”. (2010, p 621)

Ainda sobre a conceituação de objetos a serem julgados por Cortes superiores, para Machado (2001), é da natureza da doutrina buscar “objetivos fundamentais” relacionados a elementos de construção da “autodeterminação”. Nesse sentido, ele defende que:

a doutrina constitucional costuma debruçar-se sobre alguns objectivos fundamentais, como sejam, entre outros, a procura da verdade, a garantia de um mercado livre de idéias, a participação no processo de autodeterminação democrática, a proteção da diversidade de opiniões, a estabilidade social e a transformação pacífica da sociedade e a expressão da personalidade individual (MACHADO 2001, p. 237 apud TAVARES 2010 p 622)

O judiciário deveria empoderar-se conquanto “uma força de emancipação” social, empoderando liberdades civis sob a perspectiva da promoção do bem coletivo, comum, e não cercear liberdades civis, observadas, por exemplo, nas possibilidades democráticas de conversações públicas na internet.

A professora e estudiosa de movimentos sociais Maria Teresa Sadek acredita que defesa de ideais democráticos acontecem com possibilidades emancipatórias existentes a partir da existência do poder constitucional judiciário, e inclui a importância do acesso a justiça para que a força do referido poder constitucional seja aplicado de maneira verdadeiramente democrática:

O Judiciário [...] representa uma força de emancipação [...] os supostos da modernidade, particularmente a liberdade e a igualdade, dependem, para se materializarem, da força do Judiciário, de um lado, e do acesso à justiça, das possibilidades reais de se ingressar em tribunais, de outro. (SADEK, 2012, p.35)

Entretanto, ainda de acordo com a autora, muitas vezes o poder judiciário extrapola “suas atribuições” na “distribuição de justiça para solução de conflitos” e “possui uma face nitidamente política, proveniente de sua capacidade de exercer o controle da constitucionalidade de leis e atos originários do Executivo e do Legislativo” (2012, p. 36). É uma visão positivamente propositiva para o poder judiciário que, infelizmente, parece punir, no Brasil, as pessoas com condições econômicas e sociais menos favorecidas, considerando que somos um dos países que mais encarceram no mundo.

É importante pensar igualdades e liberdades quando os espaços conversacionais virtuais estão mais acessíveis.

3.6 A Constituição de 1988 e o Marco Civil da Internet de 2014

No uso cotidiano das redes sociais expressam-se discursos e lutas discursivas. Este é um cenário que se encontra sob regulação legal, no qual os conceitos de liberdade de expressão e privacidade possuem papel fundamental

Muitas partes dos textos legais de 1988 –Constituição Federal - e 2014 – Marco Civil da Internet - garantem a liberdade de expressão e também definem privacidade, pois foram escritos a partir do empoderamento da participação cívica na vida cotidiana brasileira.

Para Uslaner (2013) quanto mais tempo participando, maiores as possibilidades têm as vozes de serem ouvidas:

As vozes dos que mais participam têm maior probabilidade de serem ouvidas e ouvidas pelos tomadores de decisão (Bartels, 2002; Verba et al., 1995, p. 506).) (...) A evidência é menos conclusiva para outras formas de organização. Enquanto Putnam argumenta que os grupos cívicos tradicionais se recusaram a se tornar membros, Wuthnow (1998) apresenta evidências de que existem muitas novas formas de organizações cívicas que podem ter suplantado grupos cívicos de estilo antigo (USLANER, online, sem paginação, tradução minha)

Autores divergem sobre a participação cívica estar aumentando ou diminuindo, nos vários contextos históricos, e em diferentes países, com mais acesso de internet. Entretanto, geralmente concordam que quanto maior a escolaridade do cidadão, é maior a possibilidade de seu engajamento cívico e político.

Talvez a questão não seja exatamente o nível educacional, mas o verdadeiro fator determinante seria o perfil do trabalho que o indivíduo realiza socialmente, de maior ou menor prestígio social, as habilidades e recursos que as pessoas têm acesso ao longo de suas vidas.

A despeito dos perfis de cidadãos menos ou mais participativos, ampliando ou cerceando debates que favoreçam a cooperação para a distribuição de recursos orçamentários, por exemplo, dirimindo desigualdades sociais, entendemos que a cultura de participação civil não deve ser impedida, pelo Estado.

Ainda que seja importante, para governos e Estados, diferenciar possíveis discursos de ódio da liberdade de expressão, principalmente nos países de maior desigualdade econômica e social, quando o acesso a direitos sociais e humanos (educação, saúde, lazer, transporte, todos

com qualidade) é dificultado, é um impedimento para que a população entenda as funções sociais normativas da legislação priorizar o interdito ao dito.

Na Carta Magna de 1988, algumas das intenções relacionadas à perspectiva da ampliação dos espaços de fala apresentam-se:

TÍTULO I - DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

II - a cidadania;

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

TÍTULO II

Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO I - DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

CAPÍTULO V - DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Art. 220: A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição. [...]

§2º: É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística” (BRASIL, 1988)

O que consideramos discurso está na concepção da Ordem do Discurso, que para Michel Foucault (2006), não é simplesmente “aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (2006, p. 10)

Outro texto sobre a regulação diversa do uso da internet e suas ferramentas, o Marco Civil da Internet (2014) foi um exemplo de boas práticas, e, de acordo com Leonardi (2012), é uma lei internacionalmente apontada para exemplificar positivamente as articulações entre uso coletivo da internet e vida cotidiana.¹⁰

Os artigos 2º e 3º do texto do Marco Civil da Internet contam com incisos que descrevem a liberdade de expressão e suas finalidades coletivas:

Art. 2º A disciplina do uso da internet no Brasil tem como fundamento o respeito à liberdade de expressão, bem como:

[...]

II - os direitos humanos, o desenvolvimento da personalidade e o exercício da cidadania em meios digitais;

[...]

Art. 3º A disciplina do uso da internet no Brasil tem os seguintes princípios:

I - garantia da liberdade de expressão, comunicação e manifestação de pensamento, nos termos da Constituição Federal;

[...]

VII - preservação da natureza participativa da rede;” Lei 12.965 de 23 de abril de 2014. (BRASIL, 2014)

O Marco Civil da Internet (2014) também tem a marca forte da noção de oralidade do que se produz online, ou ainda, da não perenidade da fala pública online, uma característica da necessidade de conversação e deliberação públicas, tendo em vista a possibilidade de mudança de comportamento de indivíduos nas relações cotidianas, seja essa possibilidade de mudança materializada coletivamente (normas sociais e morais e valores éticos de uma dada época histórica) seja individualmente, ampliando ou diminuindo a participação cívica, por exemplo.

A inimputabilidade da rede seria uma condição essencial para o entendimento das marcas de oralidade no uso da rede mundial de computadores e seus dispositivos.

Bezerra e Waltz (2014) falam sobre a inimputabilidade da rede:

¹⁰Leonardi escreve considerando o projeto original da lei, que não foi aprovado integralmente. Mesmo assim, os aspectos preservados ainda mantêm o Marco Civil como um modelo internacional de legislação.

a inimputabilidade da rede – ou a exclusão de culpabilidade – alude à delimitação das responsabilidades de diversos atores envolvidos na disponibilização e no uso da internet, com vista a impedir a censura e promover a liberdade de expressão” (BEZERRA; WARTZ, 2014, p.168)

As lutas sociais, para ampliação de espaços públicos onde existem possíveis conversações sobre políticas públicas, têm feito da internet um espaço para as mesmas lutas sociais e, justamente por isso, é ela própria sinônimo da ampliação desses espaços.

3.7 As redes sociais digitais e a privacidade

Refletir sobre liberdade de expressão e as redes sociais digitais demanda a reflexão sobre privacidade, na medida em que a comunicação via ferramentas online deixa registros, por escrito, de ações da linguagem falada.

Muitas áreas se debruçam sobre as discussões sobre privacidade e redes sociais digitais, entre elas o Direito e a Ciência da Informação. A primeira por força legal a segunda por força da natureza ontológica da materialidade de seu objeto: a indexação e recuperação de dados e informações em ambientes digitais. Sobre o tema, Leonardi (2012) alerta que “não é possível tutelar todas as situações que envolvem problemas de privacidade na internet”.

Outra pesquisa, publicada em 2015, que apresentou estudo bibliográfico sobre estudos do conceito de privacidade em teses e dissertações em Ciências da Informação, caracterizaria a pluralidade do referido conceito e a necessidade de estudos sobre a temática. Grisoto et al. (2015) colocam que:

A dificuldade de conceitualização do termo privacidade vem desencadeando estudos a fim de encontrar um consenso conceitual para contribuir com estudos futuros sobre o tema, assim tomamos como base deste trabalho o texto *Privacy as a Fuzzy Concept: A New Conceptualization of Privacy for Practitioners*, dos autores Vasalou, Joinson, Houghton (2014). Eles trabalham com a ideia de construção de um núcleo comum para a definição de privacidade, uma vez que a mesma é bastante complexa e de difícil definição, pois envolve questões sociais, culturais e políticas. (GRISOTO et al., 2015, p. 167)

Ainda de acordo com Grisoto (2015) :

Observa-se com a Lei de Acesso a Informação e o Marco Civil, que algumas medidas estão sendo tomadas para garantir a integridade e dignidade humana no que toca a proteção de suas informações e também do direito ao acesso a informações públicas. (GRISOTO et al. , 2015, 170)

Para os autores, a relação entre os estudos da Ciência da Informação e privacidade intensifica-se notoriamente com a disseminação das novas tecnologias de comunicação e informação. De acordo com eles:

A Ciência da Informação (CI) que estuda as práticas desde a criação, gestão e disseminação, até a recuperação e uso de informações, está estritamente relacionada com os novos paradigmas que surgem com o aumento do fluxo

informacional, este possibilitado principalmente pela criação e difusão das redes de computadores e Internet. O problema de privacidade surge como novo desafio, principalmente nos ambientes informacionais digitais, onde as informações e os dados são gerados a partir do uso de aparatos tecnológicos em uma escala exponencial (GRISOTO et al., 2015, p. 169).

Assim, escrever e aprovar coletivamente uma lei por representantes dos poderes legislativo e executivo é apenas uma etapa da apropriação social das regras de convivência. A aplicação de uma dada lei, ou de um conjunto delas, dependerá de uma série de fatos cotidianos, da atualização na formação continuada de todo o corpo jurídico de uma sociedade, e, inclusive, das condições materiais conformadas pela sociedade capitalista.

As liberdades de conversação nas redes sociais digitais, a regulação legislativa dessas liberdades, a propriedade de bancos de dados formados com publicações escritas e de imagens são assuntos importantes e atuais.

O ativista Julien Assange (2016)¹¹ em entrevista, fala sobre o aspecto comercial gerado pela necessidade do suporte material para o uso das redes sociais digitais, e sobre a legislação. Para Assange, o aspecto comercial do uso das redes sociais digitais é uma característica destas, cujo “modelo de negócio é o capitalismo de vigilância”. O entrevistado pensa que estamos em um momento histórico concernente a um capitalismo de vigilância. Um formato de capitalismo cujo contraponto encontra-se em moderna legislação.

Um acontecimento que, de alguma maneira, descreve o cenário referido por Assange, é o caso das publicações na rede social digital Facebook sobre a natureza privada (dos donos dos perfis) do que se publica, conforme a Figura 1:

¹¹ Matéria publicada no site UOL, referente a palestra ministrada virtualmente, para o evento “Liberdade de Expressão, Direito à Comunicação Universal e Imprensa Plural para as Democracias do Mundo” realizado em Santiago, parte da celebração dos 60 anos do Colégio de Jornalismo do Chile. Disponível em <http://economia.uol.com.br/noticias/efe/2016/07/12/google-e-facebook-coletam-mais-dados-que-eua-diz-fundador-do-wikileaks.htm>. Acesso em 12 mai. 2016

Figura 1: Print de publicação feita no Facebook sobre preservação da privacidade de usuários

EU TAMBÉM NÃO AUTORIZO !!! A partir de 21 de junho de 2016, não dou permissão ao facebook ou as entidades associadas ao facebook para usar minhas imagens, informações ou publicações, tanto do passado como do futuro. Por esta declaração, dou aviso ao facebook que é estritamente proibido divulgar, copiar, distribuir ou tomar qualquer outra ação contra mim com base neste perfil e/ou no seu conteúdo. O conteúdo deste perfil é informação privada e confidencial.
 Nota: O Facebook é agora uma entidade pública. Todos os membros devem publicar uma nota como esta.
 Se preferir, pode copiar e colar esta versão. Se não publicar uma declaração pelo menos uma vez, estará tacitamente permitindo o uso de suas fotos, bem como a informação contida nas atualizações de status do perfil. Não compartilhe. Se interessa copie e cole.

A notícia¹² *Texto que veta uso pelo Facebook de conteúdo publicado na rede social*, sobre o grande número de compartilhamentos de uma publicação cuja primeira versão parece ter acontecido em 2012, talvez demonstre que para o entendimento coletivo, é lícito a conversação pública por meio de ferramentas da internet, e que possíveis conversações apresentam o caráter de promoção dos preceitos descritos tanto na Constituição Federal de 1988 quanto no Marco Civil da Internet. Entretanto, as pessoas não estão igualmente dispostas a abrir mão de sua privacidade, sabendo que ela faz parte de um conjunto de direitos protetivos de sua liberdade de fala.

Dessa maneira, uma relativa instabilidade jurídica parece se colocar no problema central, na falta de atualização formativa de trabalhadores que lidam com as questões de uso público e privado da fala, por meio de instrumentos digitais e online.

Outra notícia - *Jovens de SP e CE são detidos por desacato após críticas à PM em redes sociais*⁸ - apresenta indícios dessa relação conflitiva entre processos censórios e processos deliberativos, ou seja, momentos de interdição e momentos de liberdade de fala quando ocorrem os debates públicos nas diversas arenas sociais. Em situações assim, tanto nas decisões jurídicas locais quanto em instância superior silenciam capilarmente, e o poder censório está sempre alerta em tentativas de interdição discursiva.

A disputa pelo discurso na conversação pública mediada pela televisão, rádio, veículos impressos e dispositivos da internet, precisa de garantias legais para acontecer sem

¹²Texto que veta uso pelo Facebook de conteúdo publicado na rede social 'não serve para nada'. Disponível em: < <http://www.bbc.com/portuguese/geral-36679677> >. Acesso em 30 jun. 2016.

constrangimentos relacionados à diferença de classe econômica ou social. O Marco Civil da Internet (2014) e a Carta Magna de 1988 deveriam servir para regular o uso de ferramentas online e a publicização de falas, para ampliação do espectro de temas e versões, evitando a judicialização do uso de ferramentas da internet, que feriria tanto a legislação constitucional sobre a liberdade de expressão quanto o direito a cidadania, a formação do indivíduo, e a autodeterminação.

Para Leonardi (2012), a tutela antecipada, ou seja, o impedimento de fala antes do processo transitar em julgado é, na verdade uma ação contraproducente em relação a cidadania. Os espaços virtuais para conversação não podem encolher por conta da falta de formação continuada sobre legislação reguladora do uso de ferramentas disponíveis na rede mundial de computadores. De acordo com Leonardi (2012):

a aniquilação de espaços públicos em que o indivíduo possa manifestar sua verdadeira personalidade contraria todo o sistema protetivo da privacidade, voltado ao livre desenvolvimento da personalidade do indivíduo inserido em uma dimensão coletiva. (LEONARDI, 2012, p 367)

A despeito do marco regulatório brasileiro, composto pelo exemplo da Carta Magna de 1988 e do Marco Civil da Internet, aprovado em 2014, existem momentos quando se apresentam instabilidade jurídica em países de profunda desigualdade econômica e social, onde o acesso e condições de atendimento jurídico as vezes pode se apresentar no reflexo do que poderíamos chamar de condições de classe social. Isto poderia fragilizar o acesso a conversação pública para cidadãs e cidadãos quando o acesso à justiça não é democrático (morosidade dependendo da ação, encarceramento de acordo com classe social ou econômica).

A atualidade do ideário contido no texto do Marco Civil da Internet é um avanço até para padrões internacionais, mas ainda estamos construindo garantias “para lidar com questões jurídicas cujas dimensões e complexidades não foram completamente apreendidas pelo legislador” (Leonardi, 2012).

Nesse ínterim, a pesquisa acadêmica pode contribuir para o avanço das liberdades de fala no sentido de observar e construir elementos que incluam dispositivos de empoderamento de processos deliberativos em detrimento de processos censórios.

4. ALGUNS MÉTODOS E TÉCNICAS PARA A PESQUISA-AÇÃO-PARTICIPANTE

4.2 Pesquisas em redes complexas: origem e atualizações

A pesquisa social, relacionada a coleta de dados sobre a vida dos seres humanos quando convivendo juntos, era realizada nos tempos do Império Romano com a finalidade de indicar possibilidades de controle sobre o cotidiano da população e para cobrança de impostos. Antes, o império chinês recenseava populações humanas e animais. O censo moderno data do século XIX e foi evoluindo a partir de técnicas de processamento das informações que governos coletavam sobre suas populações.

A coleta de dados relativa ao conhecimento científico para observação de redes complexas acontece a partir dos anos 1940, denominando-se sociometria.

Depois da década de 1990 quando ampliam-se massivamente a utilização da internet pela população civil, empresas e o mundo acadêmico voltam-se ao manuseio e desenvolvimento de instrumentos e técnicas para coleta e uso de dados nas redes sociais digitais.

O objetivo deste capítulo é apresentar possibilidades de estudos empíricos a partir da ampliação do uso da rede social digital Facebook.

O uso de ferramentas de comunicação online para fins diversos tem levado sociedades a ampliar e intensificar conversações sobre diferentes temas e objetivos, no mundo todo. Porém, muitos dos estudos na área de comunicação ainda reproduzem a lógica de pesquisa em meios de comunicação broadcasting (um para muitos) mesmo quando o cenário da pesquisa está descrito em ambientes virtuais.

De acordo com Maia (2002) a “internet mostra-se como um importante lugar, uma arena conversacional, na qual o espaço se desdobra e novas conversações e discussões políticas podem seguir seu curso”. Para a pesquisadora, os usos das ferramentas publicáveis na internet podem colaborar no desenvolvimento democrático das sociedades. (2002, 24)

Partimos de algumas premissas para constituir o cenário de proposição de estudos empíricos nas redes sociais digitais:

- a) Os anos 2000 testemunham a disseminação do uso cotidiano de tecnologias de comunicação e informação por grande parcela da população, inclusive nas comunidades às quais o capitalismo insiste em enquadrar como periféricas,

exemplificando comunidades empobrecidas de grandes centros urbanos e populações indígenas e regionais cuja cultura oral é o esteio de sua sobrevivência;

- b) a coleta de dados via internet, seja a partir de redes sociais digitais, ou a partir de outros bancos de dados, quando a alimentação tenha sido complementada, parcial ou integralmente pelos próprios usuários, torna-se, sobremaneira, um corpus cuja especificidade de dados primários é condição *sinequa non* do material a ser analisado;
- c) na medida que o corpus é composto por dados primários, cresce o papel do pesquisador como analista de dados, mais do que um produtor de dados, o que gerará uma demanda de cientistas com perfil interdisciplinar e demandará mais pesquisas realizadas por equipes de pesquisadores. O trabalho em grupo, para a construção de conhecimento coletivo, na academia, parece ser o eixo paradigmático de atividades científicas na área de comunicação para os próximos anos.

Com a popularização dos processos de busca por meio de ferramentas como o Google e outros buscadores, e de indexação (blogs, redes sociais digitais) há que se perceber a materialidade das possibilidades para uma mudança paradigmática no processo de coleta de dados à qual a academia precisa estar atenta.

Para Marteleto (2001):

estudar a informação através de redes sociais significa considerar as relações de poder que advém de uma organização não-hierárquica e espontânea, em que uma coletividade de pessoas é dirigida, de modo não-hierárquico, por um ator social [...] a partir de uma consciência de grupo e das afinidades percebidas por indivíduos submetidos às mesmas pressões sociais ou que enfrentam idênticas dificuldades e obstáculos.

Nesse sentido, se o capitalismo torna mercadoria os dados indexados pelos indivíduos, a ação coletiva motivada pela essencialidade de natureza política da vida em sociedades traz novas perspectivas como uma condição estruturante do uso das redes sociais digitais.

A pesquisa acadêmica, por sua vez, deve estar preparada para se valer de novos paradigmas teórico-metodológicos que deem conta dessa realidade. Dentre desafios atuais e urgentes deste cenário temos, por um lado, a busca por detectar a presença constante de mudanças num cenário de desigualdades econômicas, sociais e de liberdades atreladas ao status quo do indivíduo dentro de sua comunidade offline ou online, por outro, há a tarefa de

compreender o intenso uso de tecnologias de informação e comunicação, uso individual que abre prerrogativas para ações coletivas, numa perspectiva de circularidade espiral promotora de mudanças sociais.

Ainda sobre aspectos econômicos e políticos dos dados disponíveis e disponibilizados por ferramentas oferecidas na internet, Castells (2015) discute a relação entre dados públicos e privados, mencionando que:

Facebook, Google e Apple (...) encriptaram parte de suas comunicações internas. Porque na realidade essa é uma possível defesa da privacidade: facilitar comunicação encriptada aos usuários. Sem dúvida, não é difundida porque contradiz o modelo de negócio das empresas de internet: a coleta e venda de dados para publicidade focalizada (que constituem 91% dos ganhos do Google) (CASTELLS, 2015, online)

Para os estudos em comunicação, será cada vez mais necessária a atenção aos aspectos políticos das ações nas redes sociais digitais, sejam coletivas—como o Facebook e o Twitter—sejam individuais, os blogs e sites em geral. A práxis social relacionada à comunicação virtual suscita observações metodológicas e éticas no fazer da pesquisa acadêmica, quando dados coletados estão mais e mais próximos à espontaneidade e realidade cotidiana dos sujeitos e fenômenos pesquisados.

4.3 Imbricamento cotidiano: as práticas metodológicas e as práticas sociais

O Facebook está sendo usado, no Brasil, para conversas sobre diversos temas. Isso pode ser constatado fazendo simples buscas no Google ou mesmo na ferramenta de busca do próprio Facebook. São milhões de brasileiros conversando pela rede social. Existem duas questões importantes sobre pesquisas científicas que fazem uso dos bancos de dados de origem nas redes sociais digitais, além das relações do status de publicização das conversações, e da privacidade dos perfis de usuários: a quantidade de perfis fake e os critérios para fornecimento dos dados publicados na rede social digital. Ainda não há, e seria muito difícil fazê-lo sem a colaboração da empresa Facebook, dados sobre a relação entre perfis fake (*astroturfing*)¹ e perfis “íntegros”.

O pesquisador e docente Walter Teixeira Lima Junior (2010) coordenou uma equipe interdisciplinar, na realização de uma pesquisa que envolveu diferentes técnicas de coleta de dados, incluindo robôs e ação humana na análise de dados e informações em tempo real, que alimentava, de maneira circular, a coleta quantitativa e qualitativa de dados. A referida pesquisa gerou um site onde podem ser consultadas as bases de dados coletados, um artigo científico e um e-book que descreve o trabalho e alguns resultados da pesquisa².

Dados preliminares indicam que perfis fake (*astroturfing*) podem ser identificados depois de um tempo de interação num Grupo do Facebook, ou com um perfil que esteja na sua timeline.

Entretanto, a identificação do *astroturfing* não significa um elemento direto na configuração de conversas que poderão tornar-se ações deliberativas, focadas em atividades que tenham por objetivo alcançar o bem comum. Ainda que o *astroturfing* seja identificado, não se pode prever integralmente quais atores estão se apropriando mais ou menos dos temas e ações propostos em Grupos de redes sociais digitais, o que proporciona um cenário importante, composto por objetos para pesquisas futuras.

As notícias fake são outra questão que parece ter entrado na cena da batalha virtual pelas narrativas contemporâneas, principalmente após a eleição majoritária ao executivo brasileiro no ano de 2014, quando muitos perfis fake foram usados para promover discurso de ódio contra adversários eleitorais.

¹ Ainda sobre “astroturfing”: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Astroturfing>> . Em 2013, o astroturfing como ferramenta de vendas: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/marionstrecker/2013/11/1368791-astroturfing>>

² Site da pesquisa: <http://www.neofluxo.net/>.

Alguns estudos sobre conversações em espaços virtuais indicam que a orientação para narrativas personalizadas contra políticos, foram a estratégia para tentar impedir conversações sobre políticas públicas, conforme Passos (2016) que observou a estratégia principalmente contra o Partido dos Trabalhadores, no Brasil.

Atualmente, muitas pessoas e grupos políticos precisam usar a judicialização das conversações nas redes sociais digitais para protegerem-se do discurso de ódio, resultado da violenta campanha eleitoral brasileira de 2014. Grupos políticos estão optando por refinar a disseminação de narrativas, usando notícias fake, logo depois das eleições de 2014, e boatos depois das eleições municipais brasileiras de 2016 - os boatos são um tipo de notícia não especificamente fake, porque contém alguma veracidade, distorcendo somente alguns entendimentos sobre fatos diários, por exemplo relacionados ao uso das políticas públicas.

Há também contribuições metodológicas utilizadas nos estudos “Cartografias das Controvérsias” - UFES³ ; UFRJ, que podem colaborar para pesquisas sobre ações ou discursos deliberativos no Facebook, principalmente em Grupos.

O trabalho de pesquisa ‘Monitor do debate político no meio digital’⁴ acompanha as publicações no Facebook das páginas de veículos da grande mídia tradicional e de alguns blogs e sites, e pode ser outro exemplo de pesquisa nas redes sociais digitais. Conforme os pesquisadores descrevem, suas ferramentas lhes permitem analisar o número de matérias produzidas e de compartilhamentos e comentários em cada matéria, por veículo de comunicação.

A perspectiva da observação empírica de conversações na internet é um dos muitos objetos, procedimentos e propostas metodológicas relacionadas às pesquisas em comunicação num cenário de ampla utilização das tecnologias de comunicação e informação.

O presente trabalho propôs-se inicialmente a fazer uma descrição do uso de Grupos de Facebook e suas ferramentas técnicas, de maneira a construir um desenho de pesquisa para estudos sobre a deliberação em espaços virtuais.

Nesse contexto, os estudos sobre Grupos de Facebook ainda eram bastante tímidos no Brasil, ainda que existissem muitas pesquisas sobre comunidades virtuais. Dentre estudos com foco nas redes sociais digitais, destacam-se os trabalhos de Raquel Recuero. O presente trabalho de pesquisa se distingue da pesquisa de Recuero (2006) pois nosso objetivo não foi realizar proposição de categorias tipológicas de usos e interfaces de comunidades virtuais, estudados na presente tese, os Grupos de Facebook, mas de observá-los, e mais importante,

³Disponível em: <<http://www.labic.net/sobre/cartografar-as-controversias-na-internet/>>

⁴Disponível em: <<https://www.monitordigital.org/>>

atuar, usando-os, enquanto procedimentos metodológicos do fazer numa pesquisa-ação-participante.

Uma questão importante durante o desenvolvimento desta tese foi a preocupação com a divulgação das pesquisas bibliográficas enquanto parte da pesquisa-ação-participante. Refletir as relações entre produção e divulgação de conhecimento científico procurou ampliar debates sobre as epistemologias educacionais: usos e mudanças sociais reivindicadas pela sociedade civil sobre a relação informações de narrativas pessoais e venda dos grandes bancos de dados gerenciados pelas empresas de tecnologia, a exemplo do Facebook.

Sobre divulgação científica e comunicação pública, Brandão (2009, p. 3-4) enfatiza que a “comunicação científica engloba uma variada gama de atividades e estudos cujo objetivo maior é criar canais de integração da ciência com a vida cotidiana”. De acordo com Brandão (2009) a comunicação científica expande-se “a partir de área tradicional da Ciência da Informação”, afirmando que: “mais recentemente, a produção e a divulgação de conhecimento científico incorporaram preocupações sociais, políticas, econômicas e corporativas [...]. Para isso é crucial que o campo científico e o campo da mídia sejam cada vez mais próximos (2009, p. 4).

Para completar a proposta da tese, sugerimos uma alternativa ao que foi apresentado por Sampaio (2012), nos itens 3 e 4 de seu artigo publicado no ano de 2012. O autor indica algumas formas metodológicas para estudos sobre deliberação, e, entre elas, esta pesquisa-ação-participante resultou nas seguintes proposições:

“3-Estudos em programas participativo-deliberativos” (mas não somente em sites institucionais, conforme o autor apresenta);

“4-Pesquisas que investigam a importância do design e das estruturas das ferramentas digitais” são modelos ideais para deliberação sobre temas específicos ou gerais relacionados a políticas públicas ou pautas democráticas que resultem o bem comum. (SAMPAIO, 2012)

As características de pesquisa-ação-participante acontecem sendo a pesquisadora trabalhadora e usuária da rede social digital Facebook, divulgando material bibliográfico relativo à pesquisa ou ao fazer laboral (as conversações nos grupos de categorias profissionais, por exemplo), a poesia, na arte simbólica da imagem, da palavra e do som, não estão longe do referido uso da rede social digital, dadas as múltiplas possibilidades de interação que a internet, e alguns instrumentos da rede social Facebook, constituem-se.

Portanto, a presente tese de doutorado propõe que num estudo sobre Grupos em redes sociais digitais, há o peculiar imbricamento entre Objeto de Estudo, Procedimentos e

Propostas Metodológicas visto que o Objeto (Grupos no Facebook e as possibilidades conversacionais) é parte da estrutura ferramental metodológica deste trabalho de pesquisa.

Ainda para apresentar o objeto “Grupos” em redes sociais digitais, faz-se importante um breve relato sobre os estudos multidisciplinares de redes sociais e adiante, o relato do estado da arte sobre metodologia de análise de redes sociais, mencionada na bibliografia internacional sob a nomenclatura SNA –Social Network Analysis.

Souza e Quandt (2008) discorrem sobre a SNA ser:

uma ferramenta metodológica de origem multidisciplinar –psicologia, sociologia, antropologia, matemática, estatística- cuja principal vantagem é a possibilidade de formalização gráfica e quantitativa de conceitos abstraídos a partir de propriedades e processos característicos da realidade social. Dessa forma, modelos e teorias formulados com base em conceitos sociais podem ser matematicamente testados [...] Em outras palavras, o objetivo da metodologia é realizar o levantamento de propriedades e conteúdos provenientes da interação entre unidades independentes (SOUZA; QUANDT, 2008, p. 31-32)

Os autores ainda lembram que “sob o ponto de vista formal, existem basicamente três fundamentos teóricos em SNA: 1-teoria dos grafos; 2-teoria estatística/probabilística; 3-os modelos algébricos”, entretanto, estão atentos ao cenário de intensas mudanças de paradigma e que o SNA, à época, início dos anos 2000, era um campo de estudos “recente, dinâmico e em rápida evolução”. (2008, p. 32)

Outra fala que poderia contextualizar a pertinência de um estudo que proponha uma metodologia SNA relacionada à deliberação online vem de Marteleto (apud SOUZA; QUANDT, 2008, p. 33): “A análise de redes estabelece um novo paradigma na pesquisa sobre a estrutura social [...] A estrutura é apreendida concretamente como uma série de relações e de limitações que pesa sobre as escolhas, as orientações, os comportamentos, as opiniões dos indivíduos.”

Dessa maneira, propõe-se um quarto modelo de pesquisa SNA, de maneira a compor uma bricolagem metodológica entre a teoria dos grafos, para a investigação sobre quais ferramentas técnicas estão sendo utilizadas em dado momento, e uma análise linguística subsequente.

A proposta metodológica está sendo denominada no presente trabalho de ‘pesquisa empírica em deliberação online’. Na proposta de pesquisa inicial, o embricamento metodológico entre a elaboração de grafos e a análise linguística seria importante pela complementaridade de uma à outra.

Nos grafos há uma séria lacuna metodológica entre coleta de dados e categorização semântica do conteúdo que foi coletado, cuja etapa da modelagem (categorização de dados coletados) tentaria sanar, mas que também pode levar o(a) pesquisador(a) a equívocos de interpretação, atenuados quando a pesquisa conta com equipe multidisciplinar. A questão semântica é o calcanhar de Aquiles da pesquisa científica, e também graças a ela a ciência é viva e precisa do oxigênio da comunicação para avançar.

É importante notar que um cenário de fake news, boatos, discurso de ódio, a análise linguística pode causar enviezamento de possíveis análises e inviabilizar espaços virtuais com possibilidades de apresentação de conversações deliberativas.

Outra área de pesquisa que se vale, de alguma maneira, de SNA é a ciência política. E ela pode colaborar no desenvolvimento metodológico. Para Sampaio (2012):

Com o crescimento do uso da internet e com a maior utilização de plataformas que valorizam a interação entre os indivíduos –como fóruns online, sítios de redes sociais digitais–[...] diversos deliberacionistas vêem a internet como um possível caminho para uma democracia que valorize mais a deliberação entre seus cidadãos [...] apesar de haver inúmeros estudos acerca da deliberação online, que exibem diferentes formatos e objetivos distintos, identifica-se 4 ênfases de tais pesquisas”. (SAMPAIO, 2012, p. 122)

Os quatro formatos de pesquisa seriam, para o autor, os seguintes:

- 1-Trabalhos comparativos entre deliberação online e offline;
- 2-Pesquisas onde a internet seja uma premissa de composição da esfera pública;
- 3-Estudos em programas participativo-deliberativos em sítios institucionais;
- 4-Pesquisas que investigam a importância do design e das estruturas das ferramentas digitais.

A proposta da presente tese doutoral seria uma simbiose entre o formato 3 (não nos sítios institucionais mas nos Grupos de Facebook) e o formato 4.

No que se refere ao desenho metodológico, realizamos algumas coletas de conversações nas redes sociais digitais, sob a perspectiva técnica de observação subjetiva, personalizada e individual, diferente do que quando a coleta se faz por meio de respostas a questionários diversos.

O resultado foi a produção um grafo desenvolvido pelo software GEPHI, depois da coleta de dados pelo aplicativo NETVIZZ, disponível, à época, para usuários da rede social digital Facebook, e que conseguia coletar dados de páginas e grupos.

4.4 O pré-teste de 2014 e a condição *per se* de sua natureza original

Depois de apresentarmos o cenário da proposta inicial para a proposição de um desenho metodológico de pesquisa empírica em deliberação, passamos a descrever o primeiro pré-teste de coleta de dados, subdividido em dois momentos, ambos realizados no ano de 2014. O que estamos denominando pre-teste foi considerado posteriormente a realidade empírica da presente pesquisa de doutorado, porquanto as notícias fake, discurso de ódio e boatos aconteceram mais frequentemente nas redes sociais digitais, a partir de 2016.

O primeiro momento da coleta de dados constituiu-se da observação das conversações nas redes sociais digitais, especificamente um Grupo de Professores, no Facebook, e as possíveis formas de deliberação que se dariam naquele espaço discursivo. A observação de outros grupos temáticos aconteceu durante a pesquisa, especificamente depois do ano de 2016, porque eles apresentaram conversações com objetivos estabelecidos e concluídos.

Foi feita a coleta de dados por meio de *printscreen* de conversas entre participantes de um Grupo da rede social digital Facebook, durante dois meses. Não foi uma coleta planejada. A coleta foi realizada em horários com aleatoriedade controlada, dividindo-se em quatro momentos do dia – manhã, tarde, noite e madrugada. Neste processo é indissociável o caráter de sujeito da pesquisa da própria pesquisadora, dada sua condição de docente.

É importante notar que parte dos dados coletados foram perdidos devido a problemas técnicos. Assim, a amostra final resultou um banco contendo metadados (*printscreens*) coletados durante um mês.

A coleta de dados por meio de *printscreen* foi anunciada constantemente aos participante do grupo. A pesquisadora anunciou o fato de que apesar do Grupo estar na condição de Secreto, tudo que fosse ali publicado tinha publicidade maior do que se fazia crer, dadas as possibilidades de coleta de dados a partir de aplicativos e do próprio *printscreen*. Foram preservadas as identidades dos sujeitos na medida em que foram sendo excluídos da amostra os nomes e as fotos indicados nos perfis.

Fiz a opção de não publicar nos artigos científicos presentes e futuros, a partir de 2015, os *printscreens* coletados, mesmo os com as identidades dos perfis preservadas, pois, considero uma vitória da luta de grupos mobilizados, a favor da privacidade de indivíduos

contra o poder do Estado e das empresas, o Facebook ter mudado sua política de coleta de dados via aplicativos.

De qualquer maneira, a maioria dos participantes do grupo parecia ter entendimento das possibilidades de publicização das conversas, mesmo o Grupo estando na condição de Secreto. Entretanto só explicitavam sabê-lo em alguns momentos, e apenas alguns perfis participantes do grupo verbalizavam a atenção e apropriação das categorias de publicização do grupo, o que nos deixa pelo menos três hipóteses para os perfis que mostraram-se surpresos ao levantar-se a possibilidade das conversas estarem sendo observadas:

- a) nem todos tinham entendimento do que seria uma conversação pública, ou seja, que sua fala poderia estar sendo, de alguma maneira, anotada;
- b) que os perfis desconheciam ou não tinham a percepção dos possíveis níveis de publicização de suas conversações no Facebook;
- c) que os perfis sabiam que as conversações eram públicas mas no decorrer das explicações, de tão naturalizadas, esqueciam de um possível auto-policiamento;
- d) que os perfis sabiam das possibilidades de publicização das conversações, mas mantinham sua posição de exigir que os grupos Secretos fossem espaço para deliberação, entendendo que a privacidade de indivíduos é elemento fundamental para sociedade modernas complexas.

O segundo momento da coleta de dados foi planejado, dado o contexto da eleição para a Diretoria do sindicato da categoria de docentes de uma rede pública municipal brasileira, que aconteceu no mês de Julho de 2014. O resultado da coleta foi que os perfis não conversaram sobre o tema eleição sindical. A opção foi produzir um grafo não usando palavras, mas os itens técnicos da ferramenta grupos: espaços para publicação de links, vídeos, metadados (imagens) e texto (status).

As decisões sobre quais dados coletar, que softwares usar para realizar as coletas e qual material empírico seria utilizado foram acontecendo enquanto a pesquisadora participava de cursos de capacitação em diversos softwares para pesquisa na internet.

Durante os anos da pesquisa-ação-participante, antes participando de grupos de pesquisa, e depois do ingresso na condição de aluna regular do curso de doutorado da Escola

de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, realizei estágio de pesquisa e cursos de capacitação em softwares para coleta e análise de dados para trabalhos com as redes sociais digitais. Um desses cursos se deu no Laboratório de Imagem e Cibercultura da Universidade Federal do Espírito Santo (LABIC-UFES) para capacitação no software GEPHI, que coleta dados de redes sociais digitais, de fundamento conceitual orientado por textos de Bruno Latour, filósofo da tecnologia. Outro curso foi na Universidade São Caetano do Sul, para entender os recursos disponibilizados pelo software ATLAS TI.

O Departamento de Relações Públicas Publicidade e Propaganda (CRP) da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP) também adquiriu, na segunda metade dos anos 2010, o software que faz a coleta e análise quantitativa de dados NVIVO.

É importante lembrar que um dos softwares muito utilizados para pesquisa social foi o SPSS, software da IBM Adquirido pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da USP, e pela Fundação Seade (de acordo com a instituição desde meados da década de 1980). O software da IBM recebe informações digitalizadas das pesquisas de campo, e permite correlação de dados para análise semântica.

Para pesquisa em redes sociais digitais geralmente usam-se dados empíricos considerados para minha tese com a seguinte denominação:

- a) fotos (arquivos de imagem, ou ainda, *printscreens*, também denominados metadados) de conversas nos grupos de redes sociais digitais, notadamente a rede social digital Facebook, de configuração para privacidade Aberta;
- b) grafo (desenho criado por softwares, que reproduz metodologia de trabalho com demonstração percentual dos dados coletados e organizados em algum banco de dados) elaborado por meio do Software GEPHI, cujo manuseio foi aperfeiçoado entre Junho e Julho de 2014, durante um estágio de pesquisa no Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura (LABIC) vinculado à Universidade Federal do Espírito Santo (UFES);
- c) *printscreens* de mapa conceitual e de nuvem de palavras, elaborados durante Oficina, na Universidade São Caetano do Sul (USCS), no mês de Agosto de 2016, sobre o software ATLAS TI (o material utilizado para elaboração do mapa e da nuvem).

As informações utilizadas para realização do mapa conceitual e das nuvens de palavras, no Atlas TI, foram obtidas a partir de 10 entrevistas, de questionário estruturado com perguntas abertas, respondido por professores e gestores da rede pública municipal da

cidade de São Paulo, durante o primeiro semestre de 2016. O conteúdo das entrevistas era sobre a utilização das redes sociais digitais por educadores.

As pesquisas que envolvem coleta e análise de dados a partir de bancos de dados são chamadas de “estudos de Redes Complexas”.

Atualmente, no Brasil, além da Universidade Metodista, outras universidades que trabalham na construção de API's / APP's (softwares que coletam e produzem informações a partir da Análise de Conteúdo, por exemplo) para coleta e análise de dados em bancos de dados (redes complexas) são:

UFABC - <http://professor.ufabc.edu.br/~jesus.mena/>

UFSCAR - <http://cyvision.ifsc.usp.br/Cyvision/>

UFG - <https://gestaodainformacao.fic.ufg.br/n/66915-dalton-lopes-martins>
<https://l3p.fic.ufg.br/news>

A proposta para análise de dados empíricos foi feita objetivando a minimização da preocupação com categorização semântica para a coleta e tratamentos dos dados. Assim, a alternativa proposta pela pesquisadora foi uma coleta voltada para os instrumentos de compartilhamento de temas ou assuntos, que se mostraram divididos em 4 categorias, e na seguinte ordem de uso:

- 1 **Status** – o texto escrito/digitado pelo perfil;
- 2 **Link** – quando o perfil publicava um link no seu próprio Status ou nos Comentários;
- 3 **Imagem** - quando o perfil publicava uma imagem no seu próprio Status ou nos Comentários; pouca recorrência de memes (eram usados para divulgar eventos da greve);
- 4 **Vídeo** – quando o perfil publicava um vídeo no seu próprio Status ou nos Comentários;

Figura 2: Grafo elaborado para proposição metodológica

Os instrumentos de publicação e compartilhamento, entretanto, precisam ser revistos nos momentos de coletas de dados, pois percebemos que a empresa Facebook constantemente faz mudanças na sua interface e nas condições e possibilidades técnicas de coleta dos dados.

A descoberta mais interessante da coleta no segundo momento foi o silêncio sobre o assunto da eleição sindical, ou seja, os dados coletados não apresentaram o tema ‘eleição sindical’ porque os perfis usuários do grupo não conversaram sobre a eleição naquele espaço virtual.

O silenciamento do Grupo de Facebook veio acompanhado de resultado eleitoral com baixa participação de eleitores. Houve aproximadamente participação 78% menor de eleitores que nas duas eleições anteriores, conforme a Tabela 5, publicada por perfis no Grupo:

Tabela 5: Dados de votação das eleições para o SINPEEM

ELEIÇÕES SINPEEM 2014			
	VOTOS	%	Desempenho
Chapa 1 Comp. e Luta	3.649	61%	↑ 11%
Chapa 2 - Unidade da Oposição	1.720	29%	↑ 1,5%
Chapa 3 -	350	6	↓ 50%
Chapa 4 -	81	1	-
Chapa 5 -	65	1	-
Chapa 6 -	22	1	-
Branco - 30 - 1%	30	1	↓
Nulos - 46 - 1%	46	1	↓ 50%
VOTANTES	5.963		↓ 78,30%

ELEIÇÕES SINPEEM 2011		
	VOTOS	%
CHAPA 1- Comp e Luta	15.262	55,54
CHAPA 2 - UNID OPOSI	7.184	26,14
CHAPA 3 - UNID E INDEP LUTA	3.508	12,77
CHAPA 4- OPOS DE LUTA	513	1,87
BRANCO*	333	1,21
NULOS*	681	2,48
VOTANTES	27.481	

ELEIÇÕES SINPEEM 2008		
	VOTOS	%
CHAPA 1- Comp e Luta	14.205	50,85
CHAPA 2 - UNID OPOSI	8.323	29,79
CHAPA 3 - NOVOS RUMOS	1.997	7,51
C. 4-UNINDO SINPEEM...	1.295	4,87
C. 5-OPOSIÇÃO DE LUTA	766	2,88
BRANCO*	653	
NULOS*	752	
VOTANTES	27.979	

O resultado da eleição para representação sindical parece indicar o que Schlegel (2013) nota ao relacionar educação e comportamento político - ampliação do acesso à educação formal não traz retornos diretos para a democracia participativa ou representativa:

o contexto brasileiro recente é especialmente promissor para a investigação das relações entre educação e comportamento político. Nas últimas décadas, o acesso à escola passou por um crescimento espetacular, atingindo proporções inéditas nos países com ritmo raro no restante do mundo. Houve clara elevação da escolaridade média da população, mas com prejuízo para a qualidade do ensino oferecido – definida em termos de retenção de conhecimento e desenvolvimento de capacidades cognitivas.” (SCHLEGEL, 2013, p. 177)

A alta escolaridade de professores não garantiu aumento na participação nas eleições para o sindicato, demonstrando um decréscimo na confiança dos mecanismos expressos pela democracia representativa, por exemplo, a sindicalização. Sobre participação e escolaridade, Schlegel (2013) menciona estudos para “avaliar o impacto da escolaridade em três frentes: apoio a democracia; diferentes dimensões da participação; e a confiança nas instituições democráticas”. Estes são importantes para colaborar na configuração de um cenário de desmobilização sobre a representação nas instituições democráticas, no trabalho de pesquisa de “quase duas décadas cobertas por questionários avaliando comportamento político do brasileiro com questões idênticas ou similares” (2013, p. 177).

Schlegel também lembra “o aparente paradoxo existente no Brasil e em outros países latino-americanos, nos quais elevados níveis de preferência pela democracia convivem com reduzida confiança institucional” (SCHLEGEL, 2013, p.182)

O resultado, no cenário de um país tão desigual quanto o Brasil, parece ser o que se constata nas pesquisas realizadas nas democracias liberais: o descrédito na relação cidadão-Estado e o “declínio da participação política”. (SANTANA, 2017, p. 191).

O declínio da participação política tradicional nas democracias liberais é um fenômeno sobre o qual há fortes evidências empíricas, como os altos níveis de abstenção nas urnas e a falta de engajamento nos trabalhos de comitês eleitorais e agremiações partidárias (NORRIS, 2002; 2007, 2011; PUTNAM, 2015). Nessa conjuntura, as alterações processadas nos sistemas tradicionais de comunicação, com o surgimento da Internet, são vistas como capazes de promover novas formas de mobilização e engajamento cívico (NORRIS, 2001; BUCY; GREGSON, 2001) e de atrair novos participantes para a esfera política, com potencial para reduzir as desigualdades tradicionais de participação decorrentes das clivagens socioeconômicas (KRUEGER, 2002) (SANTANA, 2017, p. 191).

De acordo com dados censitários do Ministério da Educação do governo federal brasileiro, cerca de 80% de profissionais da educação básica brasileira (pública e privada) são mulheres. Governos democráticos deveriam notar a importância do pensamento feminino na história da opinião e comportamento cívico, nas ações de lutas por direitos sociais na área da educação. Saffioti (2013) lembra que:

Qualquer hierarquização das funções femininas nas sociedades capitalistas reforça as dificuldades de integração da mulher na sociedade. Com efeito, o recurso à

organização sindical como forma de elevar o grau de desfrute, por parte dos trabalhadores, de riqueza criada pelas sociedades de classe, tem sido menos utilizado pelas mulheres que pelos homens [...] A fraca participação da mulher nos sindicatos das economias capitalistas encontra explicação, de um lado, nas próprias características fundamentais dessa mão de obra dividida entre o lar e o trabalho e, de outro, na maneira pela qual é encarado o trabalho feminino quer pela sociedade, quer pela própria mulher (SAFFIOTI, 2013, 97-101).

Mulheres que trabalham e querem conjugar a vida familiar encontram dificuldades. O direito à maternidade não pode ser negado à trabalhadora, mas as condições materiais podem subjugar essa realização quando não existe estabilidade no emprego. Algumas mulheres sentem-se afastadas da participação política porque a sociedade lhes dá somente a escolha da solidão para a liberdade de expressão nas arenas públicas ou da maternidade silenciosa de participação cívica.

A verdadeira democracia deve garantir que a maternidade esteja entre as escolhas de mulheres civicamente ativas, a exemplo de SCOTT (1992) descreve a ação do trabalho (acadêmico) e da vida política (ação cívica) quando menciona a história do feminismo:

a conexão entre história das mulheres e a política é ao mesmo tempo óbvia e complexa [...] Foi dito que as feministas acadêmicas responderam ao chamado de “sua” história e dirigiram sua erudição para uma atividade política mais ampla; no início, houve uma conexão direta entre política e intelectualidade (SCOTT, 1992, p. 64).

Os métodos e técnicas para coleta e análise de dados, a participação das mulheres na vida política e cívica, inclusive quando são maioria dentro de uma categoria profissional, não deveriam ser somente problemas de pesquisa ou objetos de estudo, mas parte de pesquisa-ação-participante de muitas pesquisadoras e pesquisadores, para que a decisão sobre políticas públicas acontecesse de maneira que sua realização socialmente mais justa integrasse a vida democrática.

As pesquisas científicas e sua divulgação são elementos importantes para a constituição de uma pesquisa-ação-participante com proposta de pesquisa empírica para deliberação em espaços virtuais. Pensar epistemologias educacionais enquanto prática-reflexão-ação pode trazer o caráter de transformação social que a pesquisa científica tem possibilidade de fomentar.

Kozinets (2014, p. 133), que desenvolve pesquisas de perspectiva da netnografia, aponta que o uso de conversas espontâneas na pesquisa, se reunidas em um local

publicamente acessível, não constitui pesquisa com seres humanos, de acordo com a definição, o que a presente tese doutoral questiona.

A netnografia pretendia estudar o “consumo de cultura de comunidades na internet”

A netnografia é uma adaptação dos métodos qualitativos utilizados na pesquisa de consumo (por exemplo, Belk, Sherry e Wallendorf 1988), antropologia cultural (por exemplo, Geertz 1973, Altheide e Johnson 1994, Marcus 1994) e estudos culturais (eg, Jenkins 1995). com o objetivo expresso de possibilitar um estudo contextualizado do comportamento do consumidor das comunidades virtuais e da cibercultura. Esses métodos requerem uma combinação imersiva de participação e observação cultural, resultando no fato de o pesquisador se tornar “por algum tempo e de maneira imprevisível, parte ativa das relações face a face nessa comunidade” (Van Maanen, 1988, p.9). Assim, a netnografia, como a etnografia na antropologia cultural e nos estudos culturais, enfatiza fortemente a participação plena na cultura que está sendo estudada, como um membro cultural reconhecido. Esta participação constitui um elemento importante do trabalho de campo. (KOZINETS, 1997, online)

O método netnográfico, portanto, pressupunha participação, mas não mudança social, apesar de suas características de pesquisa-ação, conforme descreve Kozinets:

A netnografia pode ser útil para três tipos gerais de estudos e em três tipos gerais de maneiras: (1) como metodologia para estudar ciberculturas “puras” e comunidades virtuais, (2) como uma ferramenta metodológica para estudar ciberculturas “derivadas” e comunidades virtuais, e (3) como uma ferramenta exploratória para estudar tópicos gerais (KOZINETS, 1997, online)

Entretanto, no final de 2014 o Facebook começa repensar a disponibilidade dos dados para pesquisa, e em 2015 muda as regras para coleta de dados (JESUS, 2014)

Dessa maneira, a preocupação com ética da pesquisa científica é importante, tanto por conta da mudança de regras, dentro da rede social digital Facebook, para coleta de dados, a partir do ano de 2014, quanto pela indicação de privacidade variante na ferramenta Grupos de Facebook, identificada ao longo do processo de 2 anos e meio de pesquisa (Janeiro de 2014-Julho de 2016).

Parece-nos que, em um trabalho acadêmico cuja proponente está ético-identitariamente envolvida, a análise de redes sociais digitais precisa se configurar numa perspectiva de estudo metodológico embasado na Pesquisa-Ação-Participante, onde encontramos a articulação de Michel Thiollent a partir de estudos do sociólogo colombiano Orlando Fals Borda, para pesquisas de caráter indutivo, elaborada inicialmente sob a perspectiva de Estudos de Caso, com coleta de dados a partir dos instrumentos:

- a) Diário de Campo (realizado);
- b) Produção de Grafos Semânticos: a proposta inicial era produzir grafos de sites de Sindicatos, site da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo e Grupos de Facebook, entretanto, apresentamos somente um grafo com dados de um grupos secreto;
- c) Entrevistas em Profundidade (que não foram realizadas);
- d) Análise de Conteúdo do material semântico coletado por meio dos 3 instrumentos (Diário de Campo, Produção de Grafos Semânticos e Entrevistas em Profundidade) inviabilizada pelas notícias falsas, narrativamente mascaradas no formato de boatos que circularam nas redes sociais digitais em 2016.

Para a proposta metodológica desta pesquisa doutoral, a coleta de dados não aconteceu somente no formato de locução substantiva, configurando instrumento acadêmico, mas um fazer cidadão objetivando a mudança social.

Temos aqui a perspectiva da pesquisa-ação-participante, cuja ética é relacionada à construção e desenvolvimento de políticas públicas em educação pública, gratuita, básica e de qualidade social orientada para a promoção constitucional do bem comum.

A questão essencial que fundamenta a presente pesquisa doutoral está no propor de uma mudança paradigmática nas pesquisas com grandes bases de dados, alimentados cotidianamente por cidadãos e cidadãs.

Por natureza epistemológica entende-se aqui uma orientação instrumental de utilização de ferramentas de coleta de dados cujo constructo metodológico está voltado a ensinar e aprender colaborativamente, junto (e parte de), sujeito de uma pesquisa científica.

Sendo assim, não se trata de analisar amostras de um universo de pesquisa, mas de fazer da pesquisa um instrumento de mudança social.

Dessa maneira, o objeto desta tese não é um produto mensurável, na medida em que a atuação da pesquisadora aconteceu cotidianamente, tanto enquanto doutoranda desenvolvendo atividades relacionadas com coleta de dados online, quanto durante sua atuação na sala de aula e cidadã engajada na luta discursiva por direitos sociais.

Nessa perspectiva de pesquisadora durante pesquisa-ação-participante, trazemos para respaldo de base teórico-epistemológica de Orlando Fals Borda (2009), na obra *Por una sociologia sentipensante*, no texto “Como investigar a realidade para transformá-la”, quando indica 4 princípios para o estabelecimento de problemas teórico-práticos:

1. O problema da relação entre pensar –a sensação e o físico- se resolve pela observação do material que é externo a nós, independente de nossa consciência; e o material inclui não só a constatação da natureza mas também as condições fundamentais, primárias, da existência humana.
2. O problema da formação e redução do conhecimento não se resolve diferenciando os fenômenos das coisas em si, senão mudando a diferença entre o que é conhecido e o que não é conhecido. Todo conhecimento é inacabado e variável e está sujeito, por ele mesmo, a razão dialética; nasce da ignorância em um esforço por reduzi-la aproximar-se mais de uma completude.
3. O problema da relação entre pensar e atuar se resolve reconhecendo uma atividade real das coisas a qual só se advém pela prática que, neste sentido, é anterior a reflexão; assim se demonstra a verdade objetiva, que é a matéria em movimento.
4. O problema da relação entre forma e conteúdo se resolve trocando a possibilidade de superar sua indiferença pela prática e não só o comportamento intuitivo ou contemplativo; toda coisa se dá como um complexo inextricável de forma e conteúdo; a teoria não pode separar-se da prática, nem sujeito de objeto. (versão online - tradução minha)

Portanto, refletir o uso de interface de grupos, na rede social digital Facebook, é mais importante que uma descrição do grupo, mas algumas considerações sobre suas especificações são necessárias. O espaço virtual ‘grupos’ geralmente indica regras que foram decididas pelos moderadores ou coletivamente, sobre comportamento de perfis dentro do grupo. Dados coletados nos grupos, especialmente no primeiro semestre de 2014, anteriormente aos grupos serem objeto estratégico para divulgação de boatos (não especificamente notícias fake) foram analisados e publicados em artigos científicos.

Existiram alguns movimentos na configuração da publicização, ou seja, estabelecimento de privacidade, nos grupos de Facebook, sejam eles: Aberta, Fechada e Secreta, para ilustração de algumas situações demonstradas, tal qual a não participação dos perfis numa eleição sindical de Julho de 2014.

Peruzzo (2008) aborda a comunicação popular, a comunicação alternativa e a comunicação comunitária onde “procedimentos metodológicos são relativos à pesquisa bibliográfica e documental e a abordagem é histórico-dialética”. De acordo com a autora, as muitas designações do termo “comunicação popular [...] alternativa, participativa, participatória, horizontal, comunitária, dialógica e radical” dependia:

do lugar social, do tipo de prática em questão e da percepção dos estudiosos. Porém, o sentido político é o mesmo: uma forma de expressão de segmentos empobrecidos da população, mas em processo de mobilização visando suprir

suas necessidades de sobrevivência e de participação política com vistas a estabelecer a justiça social. (PERUZZO, 2008, 23)

Uma obra recente, *Escolas de Luta*, que relata o processo de ocupação de escolas públicas por estudantes secundaristas, no estado de São Paulo, no ano de 2015, menciona o coletivo *O Mal Educado*, que se baseia significativamente na produção e divulgação de ideais e estéticas cidadãs por meio de redes sociais digitais. *Escolas de Luta* é um texto que exemplifica um indicativo metodológico deste novo cenário epistemológico: “participação política com vistas a estabelecer justiça social” (PERUZZO, 2008)

De acordo com a pesquisa, *O Mal Educado* parece se configurar como um dispositivo coletivo que representa novas estéticas contemporâneas que explora exponencialmente a interatividade. Em nota metodológica, os autores explicam a opção por descrever os acontecimentos na perspectiva dos atores principais, “os estudantes”. E ainda, a utilização de “textos produzidos no Facebook [...] sistemática, cobrindo todas as publicações de centenas de páginas das ocupações [...] por meio da criação de um banco de dados” (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016).

Baccega (2009) indica 10 desafios “para a construção de uma nova variável histórica”, a constituição do campo educ comunicativo como área de conhecimento e espaço de disputa social, pois os meios e veículos de comunicação “são também educadores, uma nova agência de socialização [...] e por eles passa também a construção da cidadania”. Um breve esboço sobre esses 10 desafios seria:

1-Enfrentar a complexidade da construção do campo comunicação/educação como novo espaço teórico capaz de fundamentar práticas de formação de sujeitos conscientes; [...]

2-Entender que o campo não se reduz a fragmentos, como, por exemplo, a eterna discussão sobre adequação da utilização das tecnologias no ambiente escolar; [...]

3-Avançar na elaboração do campo [...] como um lugar onde os sentidos se formam e se desviam [...] a sociedade, com seus comportamentos culturais, levando-se em conta, principalmente, a pluralidade dos sujeitos – a diversidade de identidade que habita cada um de nós; [...]

4-Conhecer a diversidade de que a multi, inter e transdisciplinaridade estão plenas e reconhecer que o campo só pode ser pensado a partir delas; [...]

5-Verificar criticamente a realidade em que estamos imersos, e que contribuímos para produzir, modificar e reproduzir, é sempre uma realidade mediada e mediatizada; [...]

6-Compreender por que a realidade contemporânea exige que o conceito do campo cultural seja mais inclusivo [...] constar que também o consumo de bens materiais/simbólicos tem predominado o aspecto simbólico, revelando que nesta sociedade da mercadoria só existe o valor de troca; [...]

7-Conhecer e vivenciar os desafios das novas concepções do tempo e espaço; [...]

8-É necessário ir do mundo editado à construção do mundo; [...]

9-[...] Estabelecer um diálogo mais amplo, com mais saberes; [...]

10-Levar o sujeito a ter consciência da construção da cultura na qual vivemos; (BACCEGA, 2009, pp 19-28)

As questões sobre público e privado, necessárias a novas reflexões, por conta do uso intenso de tecnologias de informação e comunicação por jovens docentes em seu cotidiano, e as mudanças sociais concernentes a todo o tipo de relação comunicativa, em ambientes formais e informais, impactam também em considerações sobre autoria. Machado (1993) indica que, com o desenvolvimento tecnológico e técnico:

podemos começar nos perguntando como localizar a questão da autoria em relação aos produtos de extração técnica, ou mais precisamente, a quem atribuir os méritos da criação quando se trabalha com processos culturais largamente mediados pelas máquinas (MACHADO, 1993, p.33)

Em 2007, Michael Wesch, à época professor assistente de Antropologia Cultural da Universidade Estadual de Kansas, faz um vídeo *The Machine is Us/ing Us* que apresenta, como o texto digital pode possibilitar mudanças no consumo e produção de informação:

Figura 4: Imagem do vídeo *The Machine is Us/ing Us*

As pesquisas sobre uso das TIC e a constituição de epistemologias educacionais parecem representar o futuro da atividade científica concernente à Educomunicação, e o imaginário, bem como a produção audiovisual em contraposição aos silêncios que invocam questões sobre o não uso das redes sociais digitais, podem ser ferramentas importantes. Costa (2012b) lembra que:

a educação para os meios é a área da interface entre comunicação e educação que mais colabora no sentido de conscientizar o usuário das implicações mercadológicas, publicitárias e manipuladoras das mídias, sejam elas analógicas ou digitais [...]. Assim, trata-se não apenas de incluir as redes como recurso tecnológico na relação professor-aluno, ou de fazer informações que por ela circulam referências nos processos educativos, mas de fazer uso consciente e crítico de seu potencial comunicativo (COSTA, 2012b, p. 10)

Em 2014, segundo dados do Facebook, havia cerca de 700 milhões de perfis ativos usando Grupos da rede social digital, e cerca de 1 bilhão e 400 milhões de perfis ativos. Portanto, a partir dos anos 2000, estudos acerca da comunicação intersubjetiva não podem desprezar o uso de ferramentas digitais.

Para Fals Borda (2009, p. 253) são poucos os momentos em que o curso da vida acontece de maneira a configurar-se num processo fundamental de transformação social. Com a disseminação da internet, seu acesso e uso, a partir da década de 1990, e a consequente

ampliação⁵ do acesso populacional às tecnologias comunicação e informação (computador e celular),⁶ delineia-se um cenário onde podemos destacar dois fatores:

- 1- a transição das bases do capitalismo industrial para o capitalismo informacional
 - o lucro da produção industrial em massa migra para a produção da informação;
- 2- às consequentes transformações subjetivas de ampliação do direito à comunicação, informação, e a transparência pública como ferramentas democráticas. Um exemplo dessas transformações já constituídas em ferramentas normativas seria a Lei de Acesso a Informação:

socialmente validada, pelo Estado e pela sociedade (...) caracteriza por uma figura de linguagem entre os anseios democráticos presentes nas conversações cotidianas e a necessidade de congregar expectativas entre tais anseios e as normas sociais regulamentadas, sejam elas leis, decretos, resoluções normativas, dentre outros- (CAETANO, 2012, p. 97).

A partir de um cenário econômico nacional o qual, dentre outros aspectos, apresenta como base a prestação de serviços, a diminuição da atuação do Estado na vida do cidadão e a importância crescente da internet como meio de comunicação entre cidadão-Estado, cidadão-cidadão, Estado-Estado, as redes sociais digitais parecem despontar como espaços arquetípicos de “movimentos sociais” em sociedades complexas contemporâneas. Toma-se para o conceito de movimento social o que Melucci (1989, p. 55) entende como “um fenômeno de opinião de massa lesada, mobilizada em contato com as autoridades”, e ainda “como uma forma de ação coletiva (a) baseada em solidariedade, (b) desenvolvendo um conflito, (c) rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação”. (MELUCCI, 1989, p. 57).

Ao buscar compreender a atuação de professores em grupos do Facebook, esta pesquisa aponta para uma construção da participação cidadã, com vistas a promover conversações deliberativas, e garantir que elas sejam validadas pelas instituições democráticas, como arquetípicas de processos comunicacionais estruturados num jogo de práticas de ação

⁵ Disponível em: http://www.fnazca.com.br/wp-content/uploads/2014/12/fradar-14_publica-site.pdf . Acesso em Outubro de 2015.

⁶ “[...] novo milagre econômico brasileiro [...] criou uma massa de consumidores que até então só via tudo pela vitrine [...] justamente um símbolo de status econômico que permitiu a esses novos consumidores colocarem em prática sua cidadania: o telefone celular.” CARPANEZ, J. Ativismo digital. *UOL*. 2015. Disponível em: <http://tab.uol.com.br/ativismo-digital/>>. Acesso em out. 2015.

política e discursiva, articulando processos deliberativos e processos censórios, internos e externos aos Grupos-movimento.

A natureza dinâmica entre processos deliberativos e processos censórios parece ser a base constitutiva de uso e apropriação de diversos Grupos de Facebook, sejam eles abertos, fechados ou secretos. O elemento significativo gerador da intensa apropriação e uso da ferramenta parece ser a ampliação de espaços de fala íntegra, autêntica, necessária à instituição do que se entende como norma reguladora para o bem comum.

A ocorrência de censura, geralmente a censura entre pares, dada a natureza de identidade de classe que compõem os perfis participantes dos Grupos observados - trabalhadores - e a autocensura, têm indicado que as falas ou discursos, de forças de matizes à esquerda e à direita do espectro político, por vezes, se contrapõem, sendo proferidas mais livremente do que as falas publicizadas pelas forças do Estado, organizações da sociedade civil ou mesmo na grande mídia.

Grupos de Facebook, como comunidades virtuais⁷ têm se caracterizado como movimentos sociais, já que se incluem em um cenário de sociedades complexas quando da ocorrência de questionamentos epistemológicos do que as ciências sociais e ciências sociais aplicadas entenderiam por comunidade e movimento social:

[...] talvez esteja configurando um novo espaço político esteja designado além da distinção tradicional entre Estado e 'sociedade civil': um espaço público intermediário, cuja função não é institucionalizar os movimentos, nem transformá-los em partidos, mas fazer a sociedade ouvir as mensagens e traduzir suas reivindicações na tomada de decisão política, enquanto os movimentos mantêm sua autonomia. (MELUCCI, 1989, pp. 63-64)

As conversações, em determinados Grupos de Facebook, como os de trabalhadores, contextualizariam espaço público cuja ação deliberativa foi seria metodologia fundante de realização coletiva das práticas sociais.

⁷Rheingold (1993, apud ANTOUN, 2004, p.69) “A comunidade virtual é formada por grupos de discussão e produção de conhecimento temático que desenvolvem a interação e a conversa no ciberespaço por uma larga duração de tempo, gerando familiaridade, camaradagem e amizade entre os membros do grupo, podendo ultrapassar os limites da Internet e se estenderem para atividades e encontros no espaço social geográfico”.

4.5 Liberdade de fala e internet: censura versus comunicação pública

Nesse ínterim, algumas reflexões necessárias seriam: se o acesso ao crédito para consumo de bens materiais (inclusive bens de consumo que permitem a dinamização da comunicação entre os indivíduos – computadores e celulares) aumenta, quais atores ocupam espaços de fala e atuam discursivamente na esfera pública? Quais recursos técnicos e quais temas estariam recorrentes nas conversações⁸ cotidianas? À liberdade de expressão estaria inerente às condições de participação no debate público?

Para Costa (2014), as diversas “noções de liberdade de expressão” estiveram sempre acompanhadas de “diferentes formas de censura”. Para cada época:

os atos de interdição dependem, entre outros fatores, do regime político vigente, da ideologia que ele representa, dos meios de comunicação instituídos, das formas de oposição e resistência organizados, da tecnologia disponível para o Estado e para o cidadão. (COSTA, 2014, p. 34)

A concepção de sociedade estaria alicerçada na “participação pública, liberdade e constante *aprimoramento da vida social*.” Costa (2014) esclarece que:

A liberdade que se atrela ao anseio pelo aperfeiçoamento da sociedade e da cidadania envolve o acesso à informação por parte do público, o respeito à legislação que rege a comunicação pública garantindo resposta e defesa; o direito aos usos dos meios de produção e veiculação de mensagens e até o direito à desinformação e ao silêncio (COSTA, 2014, p. 34)

A liberdade de fala estaria cerceada sempre que apenas alguns atores sociais tivessem instrumentos para mobilizar discursos na esfera pública. Nesse sentido, importa lembrar que a comunicação pública é um elemento central para a concepção de processos deliberativos contrários à interdição de vozes e assuntos.

⁸ “No coração da democracia forte está a conversação [...] A conversação não é erro do discurso [...] a conversação permanece central à política, que poderia ossificar-se completamente sem sua criatividade, sua variedade, sua abertura e sua flexibilidade, sua inventividade, sua capacidade para a descoberta, sua efemeridade e complexidade, sua eloquência, seu potencial para a empatia e expressão afetiva. Barber (2003, apud MAIA, 2008, p. 203-205). Matos (2009) complementa: “é possível afirmar que a conversação é parte significativa da socialização (...) contribuindo para a formação de redes de interação, de confiança e de laços de solidariedade”. Matos.

Ao prosseguir seus estudos baseados no conceito de esfera pública, Habermas aborda brevemente o conceito de comunicação pública. Para isso, o autor indica o papel da “periferia” no jogo discursivo para a construção de políticas públicas. Segundo ele: “a periferia consegue preencher essas expectativas fortes, na medida em que as redes de comunicação pública não institucionalizada possibilitam processos de formação de opinião mais ou menos espontâneos” (HABERMAS, 1992, p. 90).

Matos (2009) articula reflexões habermasianas, no que concerne os fluxos comunicativos - dentre eles, a comunicação pública. Para a autora, a comunicação pública “envolveria o cidadão de maneira diversa, participativa, estabelecendo um fluxo de relações comunicativas entre o Estado e a Sociedade.” (MATOS, 2009, p. 102).

Algumas outras reflexões acerca de comunidades virtuais ocupando papéis semelhantes a movimentos sociais seriam:

a) o papel do Estado na elaboração do discurso – preparatório e presente atuante na divulgação das políticas públicas;

b) a normatização da fala de atores sociais na comunicação pública. Em um cenário de utilização massiva de redes sociais digitais, a despeito das ferramentas de disseminação de pautas e discursos mobilizados pelo Estado, o discurso seria um instrumento social cujo funcionamento independeria, necessariamente, do poder político do Estado, de instituições representativas opressoras, do poder econômico ou da grande mídia.

Portanto, num espaço público onde a permeabilidade do discurso proveniente do Estado, de instituições de representação e da mídia estaria hipoteticamente mais articulado do que os temas que circulam nas conversações cotidianas, surgem com as redes sociais digitais outros espaços para os quais se voltam os temas que parecem ter ultrapassado o espaço físico das telas da televisão e de reuniões de representantes eleitos para as mais diversas instituições das democracias contemporâneas, criando uma outra esfera discursiva, de ampliação da posse dos tempos e temas de fala. É também nesse espaço virtual de comunicação, nas redes sociais digitais, que observamos de novas formas de articulação das conversações cotidianas e suas interações discursivas na esfera pública.

4.6 Grupos de Facebook e a sociedade civil sob novas perspectivas para a deliberação

Habermas aponta características de uma comunicação condizente com o espaço democrático que pode ser construído quando se articulam às conversações cotidianas ímpetus deliberativos, na medida em que “a deliberação é uma forma de comunicação exigente, a partir de rotinas diárias invisíveis nas quais as pessoas trocam razões umas com as outras” (HABERMAS, 2008, p. 11).

Nas redes sociais digitais, como o Facebook, há o que podemos entender também como comunidades virtuais, onde a organização da comunicação parece se apresentar mais plural e configurada potencialmente de maneira a promover a deliberação, em sociedades contemporâneas complexas.

A partir da eleição americana de 2008, com a vitória de Barack Obama, muitas pesquisas científicas têm focado o papel da internet nas eleições, e após pesquisa bibliográfica pode-se notar que os estudos tratam as ferramentas online como se fossem meios de comunicação broadcasting, no sentido de um para muitos.

Isso acontece, sobretudo, com ferramentas como Sites, Blogs e Twitter, a comunicação também não indica permitir processos deliberativos diretos, pois a despeito de suas possibilidades de incluir assuntos ou temas na esfera pública, dentre outros aspectos técnicos, o Twitter permite a escritura de textos muito curtos, num fluxo de um para um.

As redes sociais digitais como Facebook permitem conversações amplas, com ferramentas textuais, imagéticas e audiovisuais, que incluem possibilidade de réplicas, tréplicas, edição de textos publicados nos posts, conversas inbox simulando os antigos chats. Fica, então, a questão: o Facebook poderia fazer-se uma ferramenta técnica promissora para o delinear de arenas conformadas a um espaço ideal para processos comunicacionais deliberativos ?

Ainda em Habermas (2008) encontramos pistas sobre como as redes sociais digitais poderiam colaborar para a constituição normativa de ágoras virtuais, num “modelo comunicativo de política deliberativa”:

O modelo comunicativo de política deliberativa que desejo apresentar enfatiza duas condições críticas: a comunicação política mediada na esfera pública pode facilitar processos de legitimação deliberativa em sociedades complexas somente se um sistema mediático autorregulador adquire independência com relação a seu ambiente social, e se audiências anônimas garantem um feedback entre o discurso informado da elite e uma sociedade civil responsiva (HABERMAS, 2008, p. 10).

Ainda sobre o uso do Facebook, uma notícia de 2011 (SILVA, 2011)⁹ já indicava a ampliação de seu uso no Brasil, mesmo que no cenário americano fosse diferente. Para exemplificar as conversações em Grupos no Facebook podemos mencionar as manifestações da sociedade civil acerca dos Grupos observados, aqui representados em três segmentos: sobre o Ato Médico, profissionais de relações públicas e os de categorias profissionais da educação pública básica brasileira, apresentaram processos deliberativos que despontam como um *modus operandi* de relações sociais num cenário em que a participação popular deva dar-se, segundo Peruzzo (2004, p. 274) como: “um direito humano (...) um dever político e um instrumento de construção nacional”. Ainda que, para a autora, no “Brasil, e em outros países latino-americanos, a participação tem sido obstaculizada pelo Estado e por setores dominantes”.

Em suma, o Ato Médico é uma Lei que rege o “exercício da medicina” e vem sendo debatido desde 2002 quando se tornou Projeto de Lei. Por conta da ampliação dos tratamentos e quantidades de profissionais de novas áreas, o projeto de lei precisou ser revisto.

Em 2013, a militância em torno da aprovação de algumas especificidades da Lei foi muito intensa. Em 7 de Junho de 2013 a Lei do Ato Médico passou pelo Senado e em Julho foi sancionada, com vetos, pela presidenta Dilma Rousseff.

As conversas, compostas por processos deliberativos que articulavam planejamento de ações e manifestações de rua, idas à Brasília, bem como outras atividades, foram intensas em 2013, em grupos do Facebook. No ano de 2016 ainda existia, na rede social digital, um Grupo secreto com cerca de 32 mil perfis de usuários.

Outro exemplo é um grupo aberto de profissionais de relações públicas, que contava, em Outubro de 2015, com cerca de 14 mil perfis, e cujas regras de moderação constam no mural do próprio grupo, conforme pode ser observado abaixo:

⁹ Disponível em: <http://tecnoblog.net/67893/trafego-facebook-eua-brasil/> Acesso em Outubro de 2015.

Figura 5: quadro de regras de moderação do Grupo de Relações Públicas no Facebook

Outra categoria profissional que se apropriou de Grupos de Facebook foram docentes de educação básica pública. Em artigo recente, Caetano (2015) apresenta dados sobre apropriação e uso da ferramenta Grupo, por parte de trabalhadores da educação pública básica, bem como o silenciamento generalizado dos perfis acerca de pautas rejeitadas pela comunidade virtual.

Ferreira traz aporte significativo sobre a abordagem comunicacional para estudos de processos deliberativos, e propõe:

compreender o conceito de participação (...) na perspectiva da deliberação online, implica que se ultrapasse a lógica dos procedimentos e se tome em conta uma abordagem comunicacional no âmbito da teoria deliberativa que não se reduza a simples apreciação quantitativa de trocas argumentativas. Para além disso, importa observar as situações em que essas trocas se produzem, na medida em que uma análise dos procedimentos deliberativos não pode ser dissociada das condições (culturais, econômicas, políticas) preexistentes nos indivíduos e nos grupos. Como é sabido, deliberação é sobretudo uma prática de intercompreensão em que indivíduos e grupos definem problemas, negociam interesses, procuram soluções que se adequem a determinada comunidade, reivindicam direitos e conquistam um estatuto, politicamente valorizado e reconhecido. (FERREIRA, 2011, p. 55)

De outra maneira, as pesquisas científicas precisam ir além das análises linguísticas *per se* dos comentários dentro de posts, e observar quais decisões finais convertem-se em ação política e impactam na elaboração e aplicação de políticas públicas.

Entretanto, para além dos aspectos positivos da deliberação pública em redes sociais digitais, é importante notar que, como espaço de extensão para as conversações, elas também apresentam aspectos negativos no que se refere ao uso e conteúdo, caso de grupos que promovem, por exemplo, intolerância, fazendo das redes sociais digitais ferramentas de propagação de ódio (KAWAGUTI, 2015).

Há também estudos que indicam a utilização de estratégias agressivas, em processos eleitorais, estruturadas por associações humanas fraudadas, como em Zanqueta (2011). A autora relata vários atos com ações fraudulentas, por meio do *astroturfing*¹⁰ dentro e fora do Brasil.

O argumento para a utilização do *astroturfing* para a tomada de poder seria implantação de políticas públicas ou do bem comum a partir da ideia de que o ápice da democracia seria a eleição. De alguma maneira, os fins justificariam os meios para os grupos organizados que se dispõem a promover *astroturfing*.

Outra problemática para o uso das redes sociais digitais seria a intervenção do Estado tentando inviabilizar os Grupos como ágoras digitais. Machado e Moretto apontam que “entre 2013 e 2014, o Facebook recebeu mais de 4 mil requisições legais de informações pessoais”. (2015, p. 127). Em relatório produzido por Blotta e Conrado, dados demonstram que entre 2010 e 2013 “o crescimento do número de processos contra o Facebook” foi impressionante. (2015, p. 8)

Entretanto, para além de uma disposição da ação voltada à violência discursiva, em processos eleitorais, grupos fascistas ou fraudes de quaisquer naturezas, partiremos do pressuposto de que a natureza primordial de usos e discursos da internet e de suas ferramentas é, sobremaneira, o bem comum.

Nesse sentido, quando a academia se debruça apenas sobre práticas de controle e perspectivas de violência, referenda processos censórios que cerceiam as vozes das periferias discursivas, como a de classes de trabalhadores.

A produção de conhecimento científico deve ser plural, portanto, seria significativa a busca e reafirmação da necessidade de mudanças paradigmáticas nos estudos acadêmicos e nos métodos e técnicas de coletas de dados, bem como na orientação de análises e reflexões, no sentido de observar as vozes que não ecoam na grande mídia, e fizeram das redes sociais digitais espaços públicos que, por vezes, delineiam ágoras digitais.

¹⁰ Sobre o termo *astroturfing* de maneira genérica: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Astroturfing> . Acesso em Outubro de 2015.

4.7 Epistemologias na contemporaneidade: perspectivas

A preponderância da observação da violência simbólica na escolha das perspectivas de pesquisas acadêmicas poderia ser explicada por um “androcentrismo”. Silveirinha esclarece que o feminismo poderia contribuir para a produção acadêmica de excelência, em propostas epistemológicas diferenciadas:

[...]sobretudo na década de 1980 que encontramos as bases mais duradouras para diversas frentes de questionamento feminista da ciência e da tecnologia, que se desenvolveria nas décadas seguintes: na sociologia da ciência, prestando atenção particular a factores que contribuem para a sub-representação das mulheres nos postos da ciência; a crítica do androcentrismo na investigação, problemas, métodos, e teorias científicas; e o desenvolvimento de alternativas teóricas e metodológicas informadas pelo conhecimento feminista [...] para além da excepcionalidade de algumas mulheres arredadas da história [...]. As questões sobre a participação equitativa das mulheres neste campo abriram também análises de questões de objetividade, racionalidade, pureza e autenticidade na ciência. A questão dos binarismos prevalentes no discurso científico – racional/irracional, objetivo/subjectivo, ciência/natureza, pura/construída – que refletiam o pensamento contemporâneo, foram outra base essencial dos primeiros trabalhos feministas no campo. (SILVEIRINHA, 2011, p. 69)

O que se propõe não é enviesamento de qualquer natureza, na produção de conhecimento científico estruturado, seja ideológico, seja a partir de outro estatuto binário qualquer, mas ao contrário, a superação do estabelecimento do viés binário, no desenho metodológico, nas análises dos dados coletados, reflexões e explicações sobre os fenômenos observados, que transitem além do positivo e do negativo, superação pautada nas conversas entre pares - e não na censura entre eles - sobre assuntos que lhes toquem em primeira instância, para que suas vozes sejam ouvidas e políticas públicas atendam demandas e anseios de curto, médio e longo prazo.

Para Boaventura de Souza Santos,¹¹ na configuração de epistemologias necessárias à produção de conhecimento na contemporaneidade, a oralidade e o feminismo podem ser elementos que caracterizem trabalhos científicos que façam sentido às demandas políticas, econômicas, sociais e culturais do século XXI.

Uma abordagem que articule processos deliberativos e processos censórios poderia trazer perspectivas superação da divisão sujeito-objeto, apontada por Santos como um dos elementos-chave para o embate a caminho da justiça social. Para o autor:

¹¹A fala de Boaventura se dá no evento Seminários Avançados: “Globalização Alternativas e a Reinvenção da Emancipação Social” da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, em março de 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ErVGiIUQHjM>> Acesso em set. 2015. Citado nas referências como ALICE CES, 2012.

[...] as epistemologias do sul são uma proposta.[...] as primeiras formulações dessas propostas são de 1995 [...] como se conhece a partir das perspectivas do sul, as epistemologias do sul são um conjunto de práticas cognitivas e de critérios de validação do conhecimento a partir das experiências dos grupos sociais que têm sofrido de uma maneira sistemática as injustiças do capitalismo, colonialismo e do patriarcado. Portanto, é a partir desse sofrimento, desses sofrimentos sistemáticos, que não têm uma cara, tem várias caras, que fazemos uma proposta alternativa do ponto de vista epistemológico, porque cremos que o problema contemporâneo, quer do Norte quer do Sul, não é apenas um problema social, é político, é também um problema cultural, obviamente, mas é também epistemológico, é um problema de conhecimento. Nós não temos hoje conhecimentos suficientes ou adequados para lutarmos de uma maneira vigorosa e eficaz por uma justiça social global, e portanto, não há justiça social global, sem justiça cognitiva global. A maneira como nós, os nossos modos dominantes de saber e de conhecer hoje, que existem, cegam-nos para questões que são importantes [...] e impedem-nos de ver [...] impedem-nos mesmo de pensar (ALICE CES, 2012, transcrição da autora)

Outro autor que indica o feminismo como marca epistemológica da contemporaneidade é Miguel:

o conhecimento feminista seria marcado pela valorização da experiência vivida dos sujeitos sociais, em vez de esquemas abstratos.[...] julga-se que a experiência feminina, assim como de outros grupos marginalizados, possuiria um privilégio epistêmico, sendo mais capaz de apreender as estruturas de opressão e dominação. As críticas à objetividade, à imparcialidade e ao conhecimento desinteressado estão na raiz de importantes contribuições da teoria feminista, inclusive da teoria política feminista (MIGUEL, 2014, p. 26).

Tanto Boaventura de Sousa Santos (2015) quanto Miguel (2014), levantam a questão da necessidade de superação de sujeito-objeto, tão cara à ciência moderna.

Outro apontamento metodológico sobre pesquisas em redes sociais digitais com foco na comunicação intersubjetiva e na relação entre processos deliberativos e processos censórios com vistas ao empoderamento cidadão e à participação na vida cívica seria a Análise da Conversação, tomada como um instrumento adequado para coleta e análise de dados. Conforme nos lembra Recuero:

A Análise da Conversação (AC) tem suas origens nas décadas de 60 e 70, quando preocupava-se essencialmente com a estrutura das conversações (Marcuschi, 2006, p.6). Nasce originária dos estudos da Etnometodologia e da Antropologia. Kerbrat-Orecchioni (2006) salienta que a perspectiva da AC, atualmente, é voltada para a descrição das interações verbais, e que se constrói enquanto perspectiva transdisciplinar, uma vez que se constrói a partir dos enfoques psicológico e psiquiátrico, etno-sociológico, lingüístico e filosófico (que também é apontada por Koch, 2007). (RECUERO, 2008, p. 1)

Para a autora, por conta da possibilidade de participação assíncrona, e por terem a escrita como ferramenta de mediação, as redes sociais digitais simulam a conversa face-a-face de maneira muito próxima. Em artigo de 2009, Silva descreve itens de organização de uma “fala-em-interação”, cuja figuração é semelhante à estrutura organizativa das publicações e comentários em Grupos de Facebook:

- (1) A troca de falante se repete, ou pelo menos ocorre.
- (2) Na grande maioria dos casos, fala um de cada vez.
- (3) Ocorrências de mais de um falante por sua vez, são comuns, mas breves.
- (4) Transcrições (de um turno para o próximo) sem intervalos e sem sobreposições são comuns. Junto com as transcrições caracterizadas por breves intervalos ou ligeiras sobreposições, elas perfazem a grande maioria das transições.
- (5) A ordem dos turnos não é fixa.
- (6) O tamanho dos turnos não é fixo, mas variável.
- (7) A extensão da conversa não é previamente especificada.
- (8) O que cada um diz não é previamente especificado.
- (9) A distribuição relativa dos turnos não é previamente especificada.
- (10) O número de participantes pode variar. (SILVA, 2009, p. 3)

As pesquisas sobre o uso de redes sociais digitais são um campo vasto na medida em que a humanidade está cada vez mais digitalmente conectada e internaliza a ação e conexão como prática cotidiana. Para quem estuda deliberação online, tanto na ciência da comunicação como na ciência política, conhecer parte da vasta bibliografia em *Análise da Conversação* ou *Análise da Conversa*, como estudos recentes a nomeiam, pode proporcionar um instrumental teórico e metodológico orientado a ampliar uma sistematização mais estruturada.

Também é importante refletir sobre o papel da pesquisa social e os cenários históricos nos quais ela está inserida. As notícias fake foram um fator preponderante nas eleições de 2016 e as epistemologias educacionais incluem aprendizagem histórico-social

a conversação online não pode ser analisada somente a partir do encadeamento de mensagens postadas, desconsiderando o contexto social mais amplo no qual se inserem os interlocutores, o contexto virtual no qual as mensagens são produzidas e os consequentes constrangimentos e “brechas criativas” à ele associados (MARQUES; MARTINO, 2016, p. 132).

O uso da internet e das redes sociais digitais suscita novas percepções acerca das conversações entre as pessoas e o impacto de tais conversações na esfera pública. O grande acesso a bens de consumo têm formado um contingente de seres humanos cada vez mais conectados, se não materialmente, ao menos conectados por pautas em comum, cujas redes sociais digitais podem ampliar o olhar sobre tais pautas, seja o olhar do Estado e do Grande Capital, seja o olhar entre semelhantes.

Os estudos acadêmicos na área de comunicação têm que avançar e multiplicar estudos metodológicos acerca da práxis comunicacional que se consolida nas sociedades complexas a partir do século XXI. Estudos interdisciplinares e colaborativos delineiam um horizonte de muitas possibilidades para esse cenário.

A intensificação do uso de redes sociais digitais também remonta a um espaço temporal mais amplo: a disseminação das novas tecnologias pelo fomento estatal ao mercado da informação, embasado numa política econômica que objetivou o acesso ao crédito e ao barateamento de bens de consumo, tais como computadores e celulares.

As redes sociais digitais estão sendo usadas por grande parte da população mundial há pelo menos 10 anos. As pessoas têm conversado, mantido relacionamentos de todas as naturezas, feito negócios, trabalhado colaborativamente e de maneira intensa, por meio das redes sociais digitais. A vida online parece não ser mais um pedaço da vida cotidiana, mas estar integrada a ela.

A epistemologia estruturante da pesquisa acadêmica nas ciências humanas e ciências sociais aplicadas não pode continuar tão distante da vida online - sob o discurso da neutralidade ou da obrigatoriedade de carregar a marca do distanciamento - como premissa inicial na produção do conhecimento científico. A sociedade estará cada vez mais próxima da observação dos destinos e resultados da aplicação do orçamento público, inclusive daquele destinado à produção de conhecimento científico.

O método científico será mais e mais questionado conforme as comunidades se apropriem das reflexões sobre quão são importantes e significativas as pesquisas científicas. As fronteiras entre produção e apropriação de conhecimento dentro da universidade e fora dela serão um dos grandes desafios do século XXI, e as redes sociais digitais estarão no centro dessas discussões, como ferramenta técnica para as conversações ou como objeto de pesquisa, para o empoderamento social ou para o seu controle, pois a história humana é testemunha da natureza dúbia do resultado da aplicação de conhecimento científico acumulado.

Esboçar, sob a perspectiva da Educomunicação, em alguns de seus aspectos epistemológicos, a origem e a função de pesquisas na área que se delineia a partir do uso de

redes sociais digitais, como podem articular-se espaços e tempos para a consolidação de comportamentos democráticos, baseados em uma participação cidadã, na elaboração e aplicação de políticas públicas em diversas áreas objetivando a transparência pública, requerida pela publicização dos atos de Estado, em sociedades constitucionais complexas, é a função da pesquisa-ação-participante.

Apresentamos também, durante o texto, algumas discussões sobre o imbricamento entre a natureza do público¹² (o que é comum) e do privado (algo característico ou referente a um indivíduo e apenas a ele mesmo), quando do uso cotidiano de redes sociais digitais, no que Costa (2012) coloca como “fazer uso consciente e crítico de seu potencial comunicativo”, para debate e participação cidadã sobre assuntos de importância social.

Duas obras que pormenorizam os procedimentos metodológicos para as pesquisas científicas que possam utilizar-se de instrumentos da Análise da Conversação, nos textos transcritos, são Marchuschi (2005) e Karbrat-Orecchioni (2005). Fairclough dimensiona, mesmo que rapidamente, as tentativas de sociólogos etnometodologistas, que inicialmente utilizaram-se da Análise da Conversação, de exclusão das categorias relacionadas a relações de poder.

O pesquisador explica as origens

a análise da conversação é uma abordagem de análise de discurso que foi desenvolvida por um grupo de sociólogos [...]etnometodologistas.[...] a tendência entre etnometodologistas é evitar teoria geral e a discussão ou uso dos conceitos como classe, poder e ideologia, que constituem preocupação central na sociologia regular. [...] Os analistas da conversação produziram estudos de vários aspectos da conversação: aberturas e fechamento conversacionais; como os tópicos são estabelecidos, desenvolvidos e mudados [...] Apesar da generalidade das regras, elas permitem variação considerável em aspectos como a ordem e a duração dos turnos conversacionais (FAIRCLOUGH, 2001, p. 36-37).

Mesmo considerando as desigualdades econômicas e sociais entre países e dentro deles, a internet, e especificamente as redes sociais digitais apresentam-se enquanto espaço público para comunicação interpessoal e veiculação de propaganda de diversos produtos e serviços.

O potencial econômico das redes sociais digitais é tão grande que, no ano de 2018, Mark Zuckerberg, presidente do Facebook, foi convocado pelo congresso norte-americano

¹² Para um esclarecimento sobre o termo “público”, num cenário conceitual próximo às proposições referidas no presente texto, ver Silveira (2008).

para conversar sobre o destino das informações publicadas pelas pessoas comuns (homens, mulheres, crianças) sobre suas vidas.

Qual o destino que o Facebook dá para, por exemplo, as cópias de ultrassons de mulheres grávidas que publicam sua alegria nos grupos de mães que perderam seus bebês nas gestações anteriores? Esta não foi uma das perguntas que o congresso fez ao CEO e um dos fundadores do Facebook, mas seria bastante importante, para todas as pessoas no planeta, refletir sobre a questão.

As pessoas não estão dispostas a parar de publicar sua vida pública, nem estão dispostas a vender sua privacidade, publicadas nas redes sociais digitalizadas. Essa não autorização para manipulação aleatória de informações pessoais inclui a negação de concordância da venda de bancos de dados. A publicização de particularidades da vida cotidiana é um evento de massa no século XXI, mas não categoriza dessubjetivação de quem faz uso da ferramenta Facebook.

O Facebook é uma das muitas ferramentas criadas no final do século XX, com a finalidade de ampliar as possibilidades de trocas dialógicas, arquivamento e manuseio de bancos de dados. Antes dele, popularizaram-se o ORKUT, e, antes ainda, os vários dispositivos de bate-papos, ferramentas diversas para relacionamentos virtuais, sites, portais de notícias, entre outros.

A questão, atualmente, parece estar centrada na empresa Facebook por um fato não inusitado: as epistemologias educacionais. As gerações usuárias de tecnologias foram aprendendo e ensinando, individual e coletivamente, o manuseio desses dispositivos. Os mercados de bens e serviços também participaram dessa aprendizagem coletiva, formulando regulações de usos e controle de bancos de informações.

Estudiosos da educação questionam a palavra, muitas vezes conceituando-a somente para referirem-se a relação entre educador e educando.

As necessidades comunicacionais cotidianas, como intensas migrações dentro dos países e entre países e continentes, a vigilância de pais e mães acerca de filhas e filhos, as possibilidades de criação e remixagem de audiovisual proporcionando entretenimento e educação formal e informal, motivam as pessoas a continuarem usando a internet e seus recursos moldados nos formatos das redes sociais digitais, por isso, na presente tese, cunhamos o termo epistemologias educacionais para além do processo ensino-aprendizagem educador/a-educando/a.

Assim, o que se propõe enquanto epistemologias educacionais é o uso e a reflexão deste uso cotidiano das redes sociais digitais, numa perspectiva de pesquisa-ação-

participativa como fundamento da pesquisa científica. Entretanto, a constituição das epistemologias educacionais também é permeada pela ação de instituições e grupos que atuam enquanto enunciadores nas redes sociais digitais.

Por exemplo, o formato das campanhas políticas, principalmente nos anos eleitorais, traz aspectos diferenciados e muitas vezes não éticos para a constituição e uso de instrumentos com potencial deliberativo, a exemplo das redes sociais digitais. As escolhas das pessoas que trabalham responsabilizando-se pela comunicação política institucional de partidos políticos, pré-candidaturas e candidaturas, colaboram para definir os temas que parecem interferir nos comportamentos discursivos reproduzidos nos momentos de comoção social. A decisão de empresas ao apoiar financeiramente ou não projetos culturais, de educação informal e formal, também interfere nas narrativas que circulam socialmente nos espaços digitais.

O discurso de ódio, as notícias fake e os boatos são instrumentos utilizados nas campanhas eleitorais que, infelizmente, inviabilizam debates públicos nas redes sociais digitais, pois ensinam aos seus usuários um uso não ético, de uma estética violenta, mas de uma violência que não pretende ir além do status quo, ao contrário, pretende-se violência para mantê-lo.

Jesus Martin-Barbero lembra alguns aspectos massificadores da mídia, resgatados pelas estratégias nas campanhas políticas das redes sociais digitais que desvirtuam o uso das redes para momentos de possibilidades criativas e para a deliberação sobre assuntos importantes para a vida em comum. Para tanto, o autor resgata reflexões de Horkheimer, Adorno e Benjamin nos “procedimentos de massificação” que serão “pensados não como substitutivos mas como constitutivos da conflitividade estrutural do social” chegando “ao estudo da massa como efeito dos processos de legitimação e lugar de manifestação da cultura em que a lógica da mercadoria se realiza” (MARTIN-BARBERO, 2001, p. 75).

Nos anos eleitorais de 2014 (eleições majoritárias) e 2016 (ano de eleições municipais) as redes sociais digitais, e principalmente o Facebook, foram alvo de campanhas para divulgação de notícias fake. Se considerarmos que os grupos de publicização aberta podem apresentar menos potencial deliberativo (dadas as possibilidades de exposição pública) além de participantes de determinados grupos que não estão interessadas nos assuntos tema de possíveis deliberações, mas somente em fazer uso dissimulado e acrítico das redes digitais, vemos que o Facebook possui limites enquanto espaço para observação de conversações deliberativas.

Santana (2017, p. 191) a partir de pesquisa domiciliar durante a campanha eleitoral de 2014, propôs investigar simultaneamente o comportamento online e offline de eleitores brasileiros. O trabalho identificou que mulheres de classes sociais menos favorecidas utilizaram pouco a internet para participação política. A autora também apresenta outra pesquisa, do ano de 2016, com informações sobre a desigualdade de acesso a internet:

A Pesquisa Brasileira de Mídia 2016, realizada pelo Ibope, constatou que as desigualdades socioeconômicas são impeditivas ao acesso à Internet de parte significativa da população. O mesmo foi observado em nossa pesquisa de campo, a qual revelou que os eleitores que não acessam a Internet são em sua maioria mulheres com mais de 45 anos, renda de até três salários mínimos e nível de escolaridade até o ensino fundamental. (SANTANA, 2017)

A perspectiva de gênero, que não é o propósito principal da abordagem da presente tese doutoral, volta à cena novamente. Mulheres brasileiras de classes econômicas menos abastadas utilizam pouco a internet, e, quando utilizam, não o fazem para conversar sobre políticas públicas, ao menos diretamente.

Matos (2009) apresenta algumas considerações sobre conversações, fazendo:

uma distinção terminológica. Na literatura sobre conversação encontramos uma grande diversidade de termos, entre eles: *everydaytalk* (conversação cotidiana), *politicaltalk* (conversação política) e *everydaytalk* (conversação política cotidiana). Mansbridge (1999, p 212) estabelece uma diferença entre a conversação cotidiana informal e os debates formais em âmbitos institucionais. [...] conversação cívica para caracterizar a importância das trocas comunicativas cotidianas que os cidadãos estabelecem entre si, diferenciando-se das trocas realizadas com autoridades públicas e administrativas (MATOS, 2009, p. 85-86)

Para a autora “o modo como percebemos e interpretamos o mundo depende de um tipo de conhecimento partilhado” “que é constituído nas conversações rotineiras que nos permitem (...) interagir com os outros” (MATOS, pg 81)

Dessa forma, o “conhecimento” que existe na conversação cotidiana seria responsável “pela opinião pública”. Esta afirmação é uma referência com o objetivo de questionar pesquisadores e autores que indicam os meios de comunicação de massa como fatores mais potentes na definição dos temas que circulam nas conversas. As “conversações” são importantes para a “formação de esferas públicas de debate coletivo” e para a opinião pública formar-se.

Os professores da educação básica pública brasileira são majoritariamente mulheres ainda no século XXI, mantendo o padrão apontado por Saffioti (2013) durante suas observações apresentadas na tese doutoral *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, escrita entre os anos de 1966 e 1967.

Nesse sentido, para a constituição de epistemologias educacionais, ou seja, promoção do empoderamento de conversações deliberativas nas redes sociais digitais sobre temas que abordem políticas públicas, seria necessário que, materialmente, o acesso a internet estivesse relacionado às percepções e condições de vida e trabalho dessas mulheres, tão importantes, que participam da vida nacional na luta contra as desigualdades sociais tendo como único argumento, o fato de que o conhecimento estruturado é uma opção viável para dirimir desigualdades econômicas e sociais.

Infelizmente, contra todo o trabalho e esforço de uma categoria profissional inteira, as campanhas político-eleitorais de 2014 e 2016 trabalharam empoderando o cinismo, a violência psíquica e simbólica sob a perspectiva do discurso de ódio.

Meu objetivo não é culpabilizar a mídia de massa, os grandes conglomerados, pelos temas que circulam na esfera pública, ou nas diversas esferas públicas, e sim questionar as decisões dos representantes políticos brasileiros no seu papel de líderes eleitos e a elegerem-se na constituição de um país menos violento e desigual.

São as decisões de partidos políticos, agremiações cívicas, da sociedade civil nos seus diversos formatos organizacionais, que estão mantendo o Brasil refém do atraso civilizatório.

A pesquisa empírica que realizamos no ano de 2014, que foi planejada, mas não aconteceu, porquanto prevaleceu o silenciamento de professores sobre o assunto ‘eleição sindical’, no grupo de Facebook observado à época, e o resultado eleitoral subsequente com o declínio da participação na eleição, parece ser um indicativo de que as redes sociais digitais não aumentam ou diminuem espaços democráticos, mas somente são um recurso a mais para aquelas pessoas que acreditam na importância da participação cívica e política.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo inicial da presente tese de doutorado era criar um aplicativo, que coletaria dados da rede social digital Facebook, para apresentar, a usuários de grupos da ferramenta, resultados de suas conversações sobre assuntos que estivessem na pauta dos referidos coletivos digitais. Era uma proposta de pesquisa empírica para deliberação nos grupos online, sobre pautas relacionadas a políticas públicas, especificamente na área de educação.

Depois da primeira coleta de dados, realizada no ano de 2014, utilizando o Netvizz e Gephi, o Facebook mudou a configuração e começou a impedir a extração de dados de grupos Fechados e Secretos.

Portanto, a partir de 2015, somente era possível extrair dados das conversações, por meio de aplicativos, nos grupos de Facebook com publicização Aberta. A coleta por meio de *printscreen* ainda é possível, entretanto, o trabalho para coleta de dados anônimos fica praticamente inviabilizado, porque quem realiza a pesquisa precisa tornar não-identificável a identidade de centenas, milhares, e as vezes milhões de publicações dos perfis.

Algumas pesquisas acadêmicas optam por esse procedimento, porém, acreditamos que o tempo de pesquisa deve estar em prol do desenvolvimento de políticas públicas, e não ser o resultado do que entendemos por alguns tipos específicos de vigilância coletiva.

No mês de Abril de 2018, o aplicativo Netvizz avisou que o Facebook mudou novamente algumas características de políticas internas à empresa, no que concerne às coletas de dados dos Grupos Abertos, que a partir de então só podem acontecer com a autorização dos administradores do grupo.

As mudanças nos procedimentos são, para mim, na condição de pesquisadora, propositivas, porque as pessoas estão publicando sua privacidade, sem, entretanto - e apesar dos Termos de Uso que todos assinamos ao manter um perfil na rede social digital Facebook - permitirmos, realmente, a invasão de nossa vida por empresas e governos.

A partir de 2016, houve outra coleta, planejada para acontecer entre os meses de Fevereiro a Maio de 2016, nos grupos abertos, pois não era mais possível a extração de dados dos grupos fechados e secreto. Os grupos abertos apresentaram poucas conversações substantivamente deliberativas, com características de publicação e compartilhamento sobre assuntos abordados enviesadamente, geralmente apresentando ofensas a partidos políticos ou pessoas públicas. À época foram selecionados cinco grupos abertos, para acompanhamento das conversações.

Naquele cenário, fiz a opção de não realizar mais a coleta nos grupos abertos.

Portanto, a coleta via NetVizz e Gephi realizada no mês de Julho de 2014 foi o material empírico com o qual trabalhei.

O trabalho de coleta foi descrito em artigo publicado no ano de 2015.

Durante todo o ano de 2016, ainda realizei, sistematicamente, observações sobre assuntos publicados e compartilhados nos cinco grupos abertos selecionados, porém, as características de violência discursiva e inverdades (boatos, notícias fake) continuaram prevalecendo naqueles espaços virtuais durante o ano eleitoral.

Também realizei, no início do segundo semestre do ano de 2016, 10 entrevistas com profissionais da educação pública paulista e paulistana, para usar os resultados no treinamento do software ATLAS TI. O questionário das entrevistas era composto por 10 questões abertas e perguntavam a opinião sobre a importância e utilização de redes sociais digitais. E no mês de novembro de 2016, durante duas semanas, fiz um Diário de Campo.

As informações do Diário de Campo não foram utilizadas porque considerei de pouca relevância para o processo de pesquisa.

No ano de 2017 optei por não fazer um uso tão intenso da rede social digital quanto fiz entre os anos de 2014 e 2016. Havia a necessidade de distanciamento, de minha parte, para reflexões sobre as maneiras pelas quais as eleições majoritárias de 2014, e as eleições proporcionais no ano de 2016, poderiam ter influenciado a mudança de características das conversações nos grupos de Facebook de privacidade aberta.

Um grupo apresentou assuntos mais constantes, o da categoria de profissionais de relações públicas, e sua condição de privacidade aberta fez com que eu usasse o exemplo para apresentar o resultado de práticas conversacionais deliberativas.

Sendo assim, esta pesquisa de doutorado faz uma proposição de pesquisa empírica para deliberação, nos grupos virtuais, mas focando características do design da ferramenta e sua natureza institucional. É uma proposta de pesquisa-ação-participante, promovendo pesquisa em deliberação online, tematizando decisões sobre políticas públicas.

A redação da tese apresenta cinco capítulos, incluindo as considerações finais. No capítulo 1, procuro realizar o exercício de pensar sobre a ação de publicar e compartilhar assuntos, nas redes sociais digitais, introduzindo o tema com um pouco da perspectiva do jovem Hegel sobre povo e sociedade, e as necessidades de legislar sobre a vida coletiva. A seguir, procuro contrapor ao pensamento legislador de Hegel, o que a leitura de Sartre problematiza para a realização de pesquisas e suas possíveis percepções sensíveis, utilizadas ou descartadas durante o processo científico. Foi uma tentativa audaciosa, e recebi alertas sobre a pertinência destas relações para a minha tese de doutorado, entretanto, mantenho o

texto porque acredito que a discussão crítica faz parte do aprender e ensinar. O capítulo também referencia a importância, narrada por pesquisadores, do uso das tecnologias de comunicação pelas pessoas, e algumas relações entre o imaginário e a preponderância dos grandes conglomerados de mídia na constituição de narrativas. Finalmente, o capítulo apresenta informações sobre políticas públicas na área educacional que conformam a desresponsabilização do Estado para a área, e, a pesquisa-ação-participante, indicada para referir este trabalho de pesquisa, numa proposta que seguiu inicialmente a netnografia.

O capítulo dois apresenta trabalhos com a apropriação de dados coletados sobre políticas públicas na área educacional brasileira, e o resultado de pesquisas bibliográficas sobre a mídia e educação. Existe também um histórico, denominado de “silenciamentos”, para indicar que as conversações de professores da educação pública básica não estão na mídia para falar sobre políticas públicas em educação. O que acontece são períodos de maior ou menor mobilização contra as constantes decisões, do Estado, sobre precarização do trabalho da categoria profissional.

O capítulo 3 fala sobre o período da história da educação brasileira com a publicação da lei de reforma educacional do ano de 1971, que amplia para oito anos a obrigatoriedade do Estado brasileiro de oferecer educação pública e gratuita de ensino fundamental. Algumas questões sobre a referida implantação da lei, por exemplo o rebaixamento salarial da categoria docente e a não concordância de comunidades sobre as decisões governamentais relacionadas às políticas públicas exigidas pela reforma do sistema educacional. O silenciamento da categoria profissional docente em outros países da América Latina é abordado também.

O capítulo 4 apresenta a pesquisa com bancos de dados e redes de comunicação, os problemas encontrados, e as vitórias da sociedade civil sobre a privacidade de dados publicados na rede social digital Facebook nos grupos abertos, fechados e secretos. Também indicamos uma proposta de design para pesquisa empírica em deliberação, que seriam as epistemologias educacionais para o século XXI, ancoradas na pesquisa-ação-participante, mais tradicional entre os métodos e técnicas de pesquisa social. Realizo na redação do capítulo reflexões sobre liberdade de expressão, censura, autocensura, nos cenários mais ou menos expandidos para realização da comunicação pública.

Os processos de pesquisa sempre são intensos. Trabalhar com a internet e as redes sociais digitais enquanto dispositivos para conversações causa muita incerteza durante o processo de pesquisa, e algumas vezes são necessárias decisões rápidas para que a pesquisa concretize-se. No entanto, eu acredito que a distância das redes foi muito importante para refletir sobre o processo de pesquisa. Estar online demanda tempo, e traz um desgaste físico e

emocional muito grande, principalmente nos grandes centros urbanos, quando o transporte público não colabora para as condições de vida da população. As epistemologias educacionais são, aqui, elementos de proposição para pesquisa-ação-participante para deliberação online, mas o acesso da população à internet, com qualidade, parece ser o maior impedimento para que consigamos avançar na aplicação de tal metodologia para políticas públicas e ampliação da participação cívica.

ANEXOS

ANEXO 1

MODELO DE QUESTIONÁRIO SOBRE UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS

Aplicação realizada em dez respondentes entre docentes e gestores da educação básica pública municipal e estadual de São Paulo, durante o mês de Agosto de 2016.

QUESTIONÁRIO

1 - Sexo: (feminino, masculino, transgênero, outros)

2 - Você usa redes sociais digitais ?

3 - Para você, o que são redes sociais digitais ?

4 - Você sabia que, em 2008, em Portugal, o MEC de lá, junto com a Universidade do Minho, fez um Manual de dispositivos ?

http://www.erte.dgidec.min-edu.pt/publico/web20/manual_web20-professores.pdf

5 – Você conheceu o Concurso de 2014 da UNESCO (ONU) “Selfie com seu professor”? ? <https://nacoesunidas.org/unesco-lanca-concurso-selfie-com-seu-professor/>

ANEXO 2

MODELO DO DIÁRIO DE CAMPO

Coleta realizada no mês de Novembro de 2016

Data da Coleta	6h- 8h30min	8h30min- 8h50 1º intervalo	8h50min- 9h15min	9h15min- 9h35min 2º intervalo	10h- 10h20 3º Intervalo	10h20min- 11h50min
NOVEMBRO/2016						

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, S. *A era do imprevisto: a grande transição do século XXI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

ALICE CES. *Master Class #1- Porquê as Epistemologias do Sul?*. 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ErVGiIUQHjM>>. Acesso em set. 2015.

ANTUNES, R. A classe-que-vive-do-trabalho: a forma de ser da classe trabalhadora hoje.. In: _____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Cortez Editora; Editora da Unicamp, 2010a.v. 1: Fordismo, Toyotismo e Acumulação Flexível

_____. *Adeus ao Trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Cortez Editora; Editora da Unicamp. 2010b. v. 2: As metamorfoses no mundo do trabalho.

ATENÇÃO: Facebook opera com novas regras a partir desta sexta-feira. *GauzhaZH*, 28 jn. 2015. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/tecnologia/noticia/2015/01/atencao-facebook-opera-com-novas-regras-a-partir-desta-sexta-feira-4689448.html>>

BENVENUTO, F. et al. Characterizing user behavior in online social networks. *IMC '09 - Proceedings of the 9th ACM SIGCOMM conference on Internet measurement*. Chicago, nov. 2009. Disponível em: <<https://dl.acm.org/citation.cfm?id=1644900>>.

ANTOUN, H. A luta da multidão e o futuro da democracia na cibercultura. *XI Encontro Anual da Compós*. Rio de Janeiro, 2002.

_____. O poder da comunicação e o jogo das parcerias na cibercultura. *Revista Fronteiras - estudos midiáticos*, São Leopoldo, v. 6, nº 2 – jul./dez. 2004. Disponível em <<http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/6592>>.

APPADURAI, A. *O medo ao pequeno número: ensaio sobre a geografia da raiva*. Trad. Ana Goldberger. São Paulo: Iluminuras; Itaú Cultural, 2009.

AQUINO, M. et al. Adaptação de conteúdos pelo perfil do usuário para personalização de ambientes virtuais com X3D, [s.l.], 2006. Disponível em <<http://www.lbd.dcc.ufmg.br/colecoes/svr/2006/050.pdf>>

ASSUNÇÃO, D. *A precarização tem rosto de mulher: a luta das trabalhadoras e trabalhadores terceirizados da USP*. São Paulo: Edições Islra, 2011.

BACCEGA, M. A. Comunicação/Educação e a construção de nova variável histórica. *Revista Comunicação & Educação*, Ano XVI, nº 3, set./dez. 2009.

BACKSTROM, L. et al. Group formation in large social networks: membership, growth, and evolution, [s.l.], 2006. Disponível em: <<http://www.cs.cornell.edu/~lars/kdd06-comm.pdf>>

BAQUERO, M.; BAQUERO, R. Capital social e empoderamento como construtores de cidadania plena em sociedades em desenvolvimento. In: MARQUES, A.; NOBRE, H. *Comunicação e política: capital social, reconhecimento e deliberação pública*. São Paulo: Summus, 2011.

BARBOSA, Rubens de CAMARGO; PEDRA MINHOTO, Maria Angélica; APARECIDA JACOMINI, Márcia. Carreira e remuneração do magistério no município de São Paulo: análise legislativa em perspectiva histórica. *Educação & Sociedade* [en linea] 2014, 35 [Enero-Marzo]: Fecha de consulta: 2 de septiembre de 2018. Disponible em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87330638013>> ISSN 0101-7330

BASSO, J.; NETO, L. As influências do neoliberalismo na educação brasileira: algumas considerações. *Itinerarius Reflectionis*, [s.l.], v. 10, n. 1, abr. 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/rir/article/view/29044/17224>>. Acesso em: 02 jan. 2018. doi:<https://doi.org/10.5216/rir.v1i16.29044>.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na reprodutibilidade técnica. In: _____. *Magia e técnica, arte e política – ensaios sobre a literatura e história da cultura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

BEZERRA, A. C. ; WALTZ, I. Privacidade, neutralidade e inimizabilidade da internet no Brasil: avanços e deficiências no projeto do Marco Civil. *Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT/Brasil*, [s.l.]v. 16, n. 2, 2014. Disponível em <http://www.seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/2276>.

BEZERRA, P.; VERASTEGUI, R. As esferas pública e privada: reflexões sobre o papel da educação. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 99-112, mai./ago 2017.

BEZERRA, A.; CAPURRO, R.; SCHNEIDER, M. Regimes de verdade e poder: dos tempos modernos à era digital. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v.13, n.2, p. 371-380, nov. 2017. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/4073/3393>.

BIMBER, B.; JORBA, L. The impact of digital media on citizenship from a global perspective. In: ANDUIZA, E.; JENSEN, M. J.; JORBA, L. *Digital media and political engagement worldwide: a comparative study*. Cambridge University Press, 2012.

BLOTTA, V.; CONRADO, B. *Mapeando a vigilância corporativa na internet brasileira: privacidade e transparência no Google e Facebook*. [s.l.], 2015. Disponível em: <https://www.academia.edu/16711497/Mapeando_a_Vigil%C3%A2ncia_Corporativa_na_Internet_Brasileira_privacidade_e_transpar%C3%A2ncia_no_Google_e_Facebook>. Acesso em out. 2015.

BONIFACIO, R.; SCHLEGEL, R. Serviços públicos: o papel do contato direto e do cidadão crítico nas avaliações das instituições. In: MOISES, J. A; MENEGUELLO, R. *A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia*. São Paulo: EDUSP, 2013.

BORDA, O. *Cómo investigar la realidad para transformarla*. [s.l.]. 2009. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/coedicion/fborda/09como.pdf>>.

BORDA, J. T. Protagonismo-mundo no século 21: dialética das ideias globais. In: ORSO, P.; GONÇALVES, S.; MATTOS, V. *Educação e luta de classes*. 2ª ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013. p.15-37.

BOWMAN, S; WILLIS, C. *Nosotros, el medio: cómo las audiencias están modelando el futuro de la noticias y la información*. [s.l.], 2003. Disponível em: http://www.hypertext.net/wemedia/download/we_media_espanol.pdf Acesso em mai. 2014.

BRAGA, S. et al. Eleições online em tempos de ‘big data’: métodos e questões de pesquisa a partir das eleições municipais brasileiras de 2016. *Estudos em Comunicação*, [s. l.], v. 1, nº 25, dez. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. *Pesquisa brasileira de mídia 2014: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira*. Brasília: Secom, 2014. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/download/PesquisaBrasileiradeMidia2014.pdf>>. Acesso em mar. 2014.

BRITO, J. E. Reflexões epistemológicas sobre a ergologia. [s.l.], 2006. Disponível em: <<http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/posteres/GT09-1830--Int.pdf>>. Acesso em nov. 2014.

CAETANO, L. A comunicação pública e a rede: podemos o que queremos ? In: MATOS, H. (org.). *Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas*. Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/ata/pos/quarto.pdf>>.

_____. Epistemologia e práxis: dados primários na pesquisa em comunicação. *Comunicação, Cultura e Mídias Sociais: XIV Congresso Internacional de Comunicação Ibercom 2015*, Anais. 2015. Disponível em: <http://www.assibercom.org/download/Ibercom_2015_Anais_DTI-1.pdf>.

CAILLE, A. Capital social, reconhecimento e dívida. In: MARQUES, A; NOBRE, H. *Comunicação e política: capital social, reconhecimento e deliberação pública*. São Paulo: Summus, 2011.

CAMARGO, R.; MINHOTO, M.; JACOMINI, M. Carreira e remuneração do magistério no município de São Paulo: análise legislativa em perspectiva histórica. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 35, n. 126, p. 215-235, mar. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302014000100013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16 nov. 2017

CAMPAGNUCCI, F. *Silêncio dos professores?* Uma interpretação sociológica sobre a “ausência” da voz docente no jornalismo educacional. 2014. Dissertação (Mestrado em

Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-09122014-112912/pt-br.php>. Acesso em: jan de 2016.

CAMPOS, A.; MEDEIROS, J.; RIBEIRO, M. *Escolas de luta*. São Paulo: Veneta, 2016. col. Baderna.

CAPRA, F. *Apresentação*. In: DUARTE, F.; QANDT, C.; SOUZA, Q. *O tempo das redes*. Editora Perspectiva: São Paulo, 2008.

CARPANEZ, J. Ativismo digital. *UOL*. 2015. Disponível em: <http://tab.uol.com.br/ativismo-digital/>. Acesso em out. 2015.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1: a era da informação: economia, sociedade e cultura.

_____. El poder en la sociedade red. In: _____. *Comunicación y poder*. Madrid: Alianza editorial, 2010. cap. 1, p. 33-86.

_____. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2013.

_____. A internet ameaçada. *Outras Palavras*. Trad. Inês Castilho. 2015. Disponível em: <http://outraspalavras.net/capa/castells-a-internet-ameacada/>

CATANESE, S. et al. Crawling Facebook for social network analysis purposes. *WIMS'11*, Sogndal, Noruega, mai. 2011. Disponível em: <https://arxiv.org/pdf/1105.6307.pdf>.

CHAMPAGNE, P. *La manifestación: la producción del acontecimiento político*. *Intersticios: Revista Sociológica de Pensamiento Crítico*. v. 9, n. 2, 2015.

CITELLI, A. *Educomunicação: Imagens do professor na mídia*. São Paulo: Ed. Paulinas, 2012.

_____. Comunicação e educação: implicações contemporâneas. In: COSTA, M.; CITELLI, A. *Educomunicação: construindo uma nova área do conhecimento*. São Paulo: Paulinas, 2011. Col. educomunicação.

CONTRERAS, J. *Autonomia dos professores*. Trad. Sandra TrabuccoValenzuela; revisão técnica, apresentação e notas a edição brasileira Selma Garrido Pimenta. São Paulo: Cortez, 2002.

CORAZZA, H. Discurso da qualidade da educação e invisibilidade do professor. In: CITELLI, A. *Educomunicação: imagens do professor na mídia*. São Paulo: Ed. Paulinas, 2012.

COSTA, M. Opinião pública, comunicação, liberdade de expressão e censura. In: *Censura em Debate*. São Paulo: ECA/USP, 2014.

_____. No que você está pensando? Redes sociais e sociedade contemporânea. *Revista USP*, n. 92, p. 86-99, fev. 2012. Disponível em:

<<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/34891>>. Acesso em 23 abr. 2016. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i92p86-99>.

_____. Educação e Comunicação: Textos, Imagens e Redes. *Comunicação & Educação*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 7-12, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/73532>>. Acesso em 09 dez. 2016. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v17i2p7-12>.

DEWEY, J. O ato da expressão. In: _____. *Arte como experiência*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

DI FELICE, M. Ser redes: o formismo digital dos movimentos net-ativistas. *Revista MATRIZES*, São Paulo, ano 7, n. 2, p. 49-71, jul./dez. 2013,. Disponível em: <<http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/view/476>>. Acesso em Janeiro de 2016.

_____. Redes sociais digitais, epistemologias reticulares e a crise do antropomorfismo social. *Revista USP*, n. 92, 2012. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/34877>>.

ELLISON, N.; STEINFELD, C.; LAMPE, C. Connection strategies: social capital implications of Facebook-anable communication practices. *New Media & Society* .v. 13, n. 6, pp. 873 – 892. <https://doi.org/10.1177/1461444810385389>

FEITOSA, A. *Organização da informação na Web: das tags a web semântica*. Brasília: Thesaurus, 2006.

FERREIRA, G. Democracia digital e participação política: o acesso e a igualdade na deliberação online. *Media & Jornalismo*, n. 18, v. 10, n.1,p. 46–61,p. 46–61,2011.

FERREIRA, K. *Quando o professor é notícia?*Imagens de professor e imagens do jornalismo.2011. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-03082012-135123/pt-br.php>.

FERREIRA, M. Notas sobre as relações entre identidade e sindicalismo docentes. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 28, n. 99, p. 377-399, ago. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 jan. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302007000200005>.

FERREIRA Jr., A.; BITTAR, M. A ditadura militar e a proletarização dos professores. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 27, n. 97,p. 1159-1179, dez.2006 .Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302006000400005&lng=en&nrm=iso >. Acessoem 14 jan. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302006000400005>.

_____. Movimento de professores e a organização da esquerda na ditadura militar. *Associativismo e sindicalismo docente no Brasil*. Seminário para discussão de pesquisas e constituição de rede de pesquisadores. Rio de Janeiro, 17 e 18 de abril de 2009. Disponível

em:

<<http://m.rephip.unr.edu.ar/bitstream/handle/2133/4011/Amarilio%20Ferreira%20jr..pdf?sequence=3&isAllowed=y>>. Acesso em jan. 2016.

FIGARO, R. Atividade de Comunicação e de Trabalho. *Revista trabalho, Educação e Saúde*. Fiocruz. v6. mar.2008a.

_____. *Relações de comunicação no mundo do trabalho*. São Paulo: Annablume, 2008b.

_____. Comunicação e trabalho: binômio teórico produtivo para pesquisas de recepção. *Mediaciones Sociales. Revista de Ciencias Sociales e Comunicación*, nº 4, 2009.

FLETCHER, D. How Facebook Is Redefining Privacy. *TIME*, v. 175, 31 de maio de 2010. Disponível em: <<http://content.time.com/time/magazine/article/0,9171,1990798,00.html>>.

FLORIDI, L. Big data and their epistemological challenge. *Philosophy & Technology*, v. 25, n. 4. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/235223193_Big_Data_and_Their_Epistemological_Challenge>

FORD, H. Big data and small: collaborations between ethnographers and data scientists. *Big Data & Society*. v. 1, n. 2, 2014. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/2053951714544337>>

FOUCAULT, Michel. *O que é crítica?* 1990. Disponível em: <<http://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/critica.pdf>>

_____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo Martins Fontes, 2007.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

_____. Aula de 8 de fevereiro de 1984 – segunda hora. In: _____. *A coragem da verdade*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: editora WMF Martins Fontes, 2011.

FRASER, N. Reconhecimento sem ética? *Lua Nova*, São Paulo, v. 70, p. 101-138, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n70/a06n70.pdf>>

FREIRE, C. *Método de monitoramento de redes sociais: epistemologia, técnicas e propostas de mineração de banco de dados para conteúdos gerados por fãs de telenovela em redes sociais digitais*. 2015. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação)- Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo.

Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-24112015-160556/publico/ClaudiaPontesFreire.pdf>>.

FREIRE, P. *Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar*. São Paulo, Ed. Olho D'água, 1997. Disponível em: <<http://forumeja.org.br/files/Professorasimtiano.pdf>>.

_____. *Política e educação: ensaios*. 5ª. ed. São Paulo: Cortez, 2001. Coleção Questões da Nossa Época, v. 23. Disponível em: <<http://forumeja.org.br/files/PoliticaeEducacao.pdf>>.

_____. *Ação cultural para a liberdade*. 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1981.

GALTUNG, J. *Violência cultural*. Gernika-Lumo: GernikaGogoratz, 2003.

GIL, P. *Tamo junto - o argumento estudantil e sua gramática em uma arena de conflitos*. 2017. Tese (Doutorado em Interfaces Sociais da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-23052017-155632/>>.

GODOI, G. *Liberdade de expressão: problematizando um direito fundamental*. Anais do XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo: Intercom, 2004. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2004/index.html>>. Acesso em: mai2016.

GRAMSCI, A. Alguns Aspectos teóricos práticos do “economismo”. In: GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Editora Civilização Brasileira, 1984.

GRISOTO, A; GONÇALVES SANT'ANA, R; SANTAREM SEGUNDO, J. A questão da privacidade no contexto da Ciência da Informação: uma análise das Teses e Dissertações do Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação da UNESP campus de Marília. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*, [S.l.], v. 8, n. 2, p. 165-181, jul. 2015. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/14796/11431>>. Acesso em: 03. jul 2016.

HABERMAS, J. *O espaço público 30 anos depois*. [s.l], 1990. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B-yWcDYCKP5sMGUzYjQ3NDMtYTTrjZC00ZjBILWFmZDUtYzJmNGQ1N2QyMGEw/view?ddrp=1&hl=pt_BR>

_____. Três modelos normativos de democracia. *Lua Nova*, São Paulo, n. 36, p. 39-53, 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451995000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 dez.2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451995000200003>.

_____. (2006), Political communication in media society: does democracy still enjoy an epistemic dimension? The impact of normative theory on empirical research. *Communication Theory*, v. 16: p. 411–426. doi:10.1111/j.1468-2885.2006.00280.x

_____. Comunicação política na sociedade mediática: o impacto da teoria normativa na pesquisa empírica. *Líbero*, São Paulo, ano XI, n. 21, p. 9-20, jun. 2008. Disponível em: <https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2016/10/artigo_habermas.pdf>

HANIFAN, L. J. The rural school community center. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 67, p.130-138, set. 1916. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/1013498>>

HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. trad. Adail Ubirajara Sobral Maria Stela Gonçalves. Edições Loyola, 1989.

HEGEL, G. W. F. *O sistema da vida ética*. Edições 70, 1967.

HESMONDHALGH, D.; BAKER, S. *Creative labour: media work in three cultural industries*. New York: Routledge, 2011.

HOHLFELDT, A.; MARTINO, L.; FRANÇA, V. (org.). *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*. 5ª edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2005.

HORKHEIMER, M. Teoria tradicional e teoria crítica. In: *Textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural: 1975.

JENKINS, H. *Cultura da convergência*. São Paulo: Aleph, 2008.

JENSEN, M.; ANDUZIA, E.; JORBA, L. *Digital media and political engagement worldwide: a comparative study*. Cambridge University Press, 2012.

JESUS, A. Facebook muda regras para fazer pesquisas com usuários; entenda. *Techtudo*, 03 out. 2014. Disponível em: <<http://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2014/10/facebook-muda-regras-para-fazer-pesquisas-com-usuarios-entenda.html>>

JORBA, L.; BIBER, B. The impact of digital media on citizen from a global perspective. In: BORBA, L.; JENSEN, M.; ANDUIZA, E. *Digital media and political engagement worldwide: a comparative study*. Cambridge University Press, 2012.

KAWAGUTI, L. Polícia caça grupos que pregam intolerância no Facebook. *BBC Brasil*, 11 ago. 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150804_grupos_intolerancia_lk>. Acesso em out. 2015.

KOZINETS, R. *On Netnography: initial reflections on consumer research investigations of cyberculture*, [s.l.] 1998. Disponível em: <<https://www.semanticscholar.org/paper/On-Netnography-Initial-Reflections-on-Consumer-Res-Kozinets/2b29b0f040660c8032136ac243638b0d0b8630ac>>.

KRAMER, A.; GUILLORY, E.; HANCOCK, J. Experimental evidence of massive-scale emotional contagion through social networks. *PNAS*, v. 111, n. 24, jun. 2014. Disponível em: <<http://www.pnas.org/content/111/24/8788.full>>

KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. Trad. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2013.

KUHNEN, T. A. A ética do cuidado como teoria feminista. *Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas*, Universidade Estadual de Londrina, 27 a 29 de maio de 2014.

MARKHAM, A.; BUCHANAN, E. *Ethical decision-making and internet research: recommendations from the AOIR Ethics Committee*. 2012. Disponível em: <<https://aoir.org/reports/ethics2.pdf>>

LIMA JUNIOR, W. T.. *Neofluxo: jornalismo, base de dados e a construção da esfera pública interconectada*. Intercom 2011. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/navegacaoDetalhe.php?id=39893>

LEONARDI, M. *Tutela e Privacidade na Internet*. São Paulo: Saraiva, 2012a. Disponível em: <http://leonardi.adv.br/wp-content/uploads/2012/01/mltpi.pdf>

LEONARDI, M. Internet e regulação: o bom exemplo do marco civil da internet. *Revista do Advogado*, n. 115, ano XXXII, abr. 2012. Disponível em: <http://leonardi.adv.br/2012/04/internet-e-regulacao-o-bom-exemplo-do-marco-civil-da-internet/>

LE MAREC, J.; MOLINIER, P.; LE FORESTIER, M. Introduction: les communications dans la recherche à un miroir de l'enquête. *Revue scientifique internationale: Sciences de La Société*, n. 92, 2014 (2015).

LE MAREC, J. et al. Articuler graphes et représentations d'utilisateurs d'un réseau social numérique: retour sur une méthodologie d'entretien. *Revue scientifique internationale: Sciences de La Société*, n. 92, 2014 (2015).

Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. *Rev. Bras. Enferm.*, Brasília, v. 25, n. 1-2, p. 158-175, abr. 1972. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71671972000100158&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 dez. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-716719720002000016>.

LOPEZ, J. Proposta geral de comunicação pública. In: DUARTE, J. *Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público*. 3a edição. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

LYOTARD, J. *A condição pós-moderna*. Trad. Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

MACHADO, A. *Máquina e imaginário: o desafio de poéticas tecnológicas*. São Paulo, EdUSP, 1993.

MACHADO, J. *Liberdade de expressão: dimensões constitucionais da esfera pública no sistema social*. 2001. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/handle/10316/410>

MAIA, R. Redes cívicas e internet: do ambiente informativo denso às condições da deliberação pública. In: EISENBERG, J.; CEPIK, M. (org). *Internet e política: teoria e prática da democracia eletrônica*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002.

MAIA, Rousiley. Conversação cotidiana e deliberação. In: GOMES, W.; MAIA, R. *Comunicação e democracia: problemas e perspectivas*. São Paulo, Paulus, 2008.

MALINI, F. A informação como arma política: do confinamento ao descontrolo. In: COCCO, G; GALVÃO A.; SILVA, G. *Capitalismo cognitivo: trabalho, redes e inovação*. DP&A Editora, 2003. coleção espaços do desenvolvimento.

MALINI, F.; CIARELLI, P.; MEDEIROS, J. O sentimento político em redes sociais: big data, algoritmos e as emoções nos tweets sobre o impeachment de Dilma Rousseff. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v.13, n.2, p. 323-342, nov. 2017.

MALVA, R. O papel da cooperação humana no processo de deliberação online. In: MARQUES, A.; NOBRE, H.. *Comunicação e política: capital social, reconhecimento e deliberação pública*. São Paulo: Summus, 2011.

MARCONDES FILHO, Ciro. 1. Teoria da Comunicação – A comunicação humana. In: MARCONDES FILHO, Ciro. *O rosto e a máquina: o fenômeno da comunicação visto pelos ângulos humano, medial e tecnológico*. São Paulo, Paulus, 2013.

MARICATO, E. *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas no Brasil*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

MARTELETO, R. Análise de redes sociais - aplicação nos estudos de transferência da informação. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, abr. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652001000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 nov, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652001000100009>.

MARTIN-BARBERO, J. REY, G. *Los ejercicios del ver: hegemonia audiovisual y ficcion televisiva*. Barcelona: GEDISA Editorial, 1999.

MARQUES, Â. *O processo deliberativo a partir das margens: o Programa Bolsa Família na mídia e na fala das beneficiárias*. Tese (Doutorado em Comunicação Social) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

_____. Os meios de comunicação na esfera pública: novas perspectivas para as articulações entre diferentes arenas e atores. *Líbero*, - Ano XI, nº 21, jun. 2008. Disponível em: <<http://200.144.189.42/ojs/index.php/libero/article/viewFile/5395/4912>>.

_____. *A deliberação pública e suas dimensões sociais políticas e comunicativas*. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2009.

_____. Comunicação, estética e política: a partilha do sensível promovida pelo dissenso e pela comunidade. *Revista Galaxia*, São Paulo, n. 22 p. 25-39, dez. 2011a.

_____. A ausência de reconhecimento social de cidadãos destituídos no Brasil e na França. In: MARQUES, Â; NOBRE, H. *Comunicação e política: capital social, reconhecimento e deliberação pública*. São Paulo: Summus, 2011b.

MARQUES, F. Debates políticos na internet: a perspectiva da conversação civil. *Opinião pública*, Campinas, v. 12, n. 1, p. 164-187, abril/maio, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v12n1/29402.pdf>. Acesso em: mai. 2016.

MATOS, Heloiza Helena Gomes. Tese de doutorado apresentada na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Discurso autoritário no Brasil: 1969-1974 - Manchetes ed jornais e propaganda governamental na televisão.

MATOS, H. Opinião pública e conversação cívica. In: BUITONI, D. et al. *Esfera pública, redes e jornalismo*. Rio De Janeiro: E-papers, 2009a.

_____. *Capital social e comunicação: interfaces e articulações*. São Paulo, Summus, 2009b.

MATTOS, M. A universidade de serviços e operacional nos cenários mundial e brasileiro. In: _____. *A formação teórica em Comunicação Social no ensino de graduação no contexto da universidade operacional: o caso da PUC Minas*. 2002. 409 f. Doutorado -Escola de Comunicação, UFRJ, 2002.

MATTOS, M.; VILLAÇA, R. Aportes para nova visada da metapesquisa em comunicação. *Revista Comunicação & Sociedade*, ano 33, n. 57, p. 199-218, jan./jun. 2012.

MCLUHAN, M. *Meios de comunicação como extensões do homem*. Editora Cultrix: São Paulo, 2005.

MEIRELLES, B. *Segredos de Estado, por que os professores temem falar sobre a escola?* 2009. (Trabalho de Conclusão do Curso de Jornalismo) Documentário. Escola de Comunicação e Arte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MELO, R. Repensando a esfera pública: esboço de uma teoria crítica da democracia. *Lua Nova*, São Paulo, v. 94, p. 11-39, 2015.

MELLO, M. *Alfabetização na imprensa periódica educacional paulista (São Paulo: 1927-1943)*. 2007. 239. f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília. Brasil, 2007.

MELUCCI, A. Um objetivo para movimentos sociais. *Lua Nova*, São Paulo, n.1, 1989. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451989000200004>

MIANI, R. Os pressupostos teóricos da comunicação comunitária e sua condição de alternativa política ao monopólio midiático. *Intexto*, Porto Alegre, UFRGS, v.02, n.25, p. 221-233, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/intexto/article/viewFile/16547/14492>>.

MIGUEL, L.; BIROLI, F. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo, Boitempo, 2014.

MILL, J. S. *Sobre a liberdade*. Trad. Denise Bottmann. Porto Alegre, RS: L&M, 2016.

MILLS, W. Antigas profissões e novas especialidades. In: MILLS, W. *A nova classe média*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Estudo exploratório sobre o professor brasileiro Com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007. Brasília, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13596&Itemid=975> . Acesso em jan. 2015.

MORETTO, M.; MACHADO, J. Riscos e incertezas no uso do Facebook como plataforma de ativismo político. *Cadernos Adenauer*, n. 3, 2015. Disponível em: <<http://www.kas.de/wf/doc/16510-1442-5-30.pdf>>.

MORIN, E. *Ciência com consciência*. Trad. Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Doria. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

MOTTA, V. C.; LEHER, R. Trabalho docente no contexto do retrocesso do retrocesso. *Rev. Trabalho, Política e Sociedade*, v. 2, n. 3, p. 243-258, jul-dez/2017.

MURARO, D. Relações entre a filosofia e a educação de John Dewey e de Paulo Freire. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 38, n. 3, p. 813-829, jul./set. 2013. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/edu_realidade>

NAPOLITANO, C. A Regulação Jurídica da Comunicação Social na Constituição de 1988. *Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. São Paulo: Intercom, 2011. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/index.htm>. Acesso em: mai. 2016.

_____. História e comunicação: o mestre Virgílio Noya Pinto. In: SILVA, C. et al. *Ciências da Comunicação no Brasil 50 anos: Histórias para contar*. São Paulo: Fapesp; Intercom; Unesp; ECA-USP, 2015.v. 2. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/ebooks/arquivos/f295a1fc82979bddecdfc89a1d51a105.pdf>>

NOBRE, M. Participação e deliberação na teoria democrática: uma introdução. In: COELHO, V.; NOBRE, M. (org). *Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. Editora 34, 2004.

NOS ALDAS, E. Repensar e reaprender a comunicação para uma cidadania cosmopolita, In: JALALI, V. (org.) *Estudos para a Paz*, Aracajú: Editora Criação, 2010.

OECD. *Education at a Glance 2011: OECD Indicators*. OECD Publishing. [s.l.]. 2011. Disponível em: <<http://www.oecd.org/education/skills-beyond-school/48631582.pdf>>. Acesso em dez. 2015.

OLIVEIRA, D. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, n. 89, Set./Dez. 2004, pp. 1127-1144. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22614>. Acesso em jan. 2016.

ORSO, P.; GONÇALVES, S.; MATTOS, V. *Educação e luta de classes*. 2ª edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.

PARRA, H. Ciência cidadã: modos de participação e ativismo informacional. In: ALBAGLI, S.; MACIEL, M.; ABDO, A. (org.) *Ciência aberta, questões abertas*. Brasília: IBITC; Rio de Janeiro: UNIRIO, 2015.

PENTEADO, C. Os protestos contra a Copa do mundo em 2014 no Brasil: análise do II Grande Ato Contra a Copa no Facebook. *Em Debate*, Belo Horizonte, v.6, n. 1, p.7-23, mar. 2014. Disponível em: <http://www.opiniaopublica.ufmg.br/emdebate/Mar_14_Dossie_Claudio.pdf>. Acesso em jun. 2014.

PERALVA, A.; FIGEAC, J.; PATON, N. Resta algo de 2013? *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 381-400, nov. 2017. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/article/view/4092>>

PERUZZO, C. Da observação participante à pesquisa ação em comunicação. *XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Belo Horizonte, 2003. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003_COLOQUIO_peruzzo.pdf>.

_____. Movimentos sociais, cidadania e o direito à comunicação comunitária nas políticas públicas. In: MARQUES, A.; NOBRE, H.. *Comunicação e política: capital social, reconhecimento e deliberação pública*. São Paulo: Summus, 2011.

_____. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados. Reelaboraões no setor. *Palabra Clave*, [S.l.], v. 11, n. 2, jul. 2009. ISSN 2027-534X. Disponíbleen: <<http://palabraclave.unisabana.edu.co/index.php/palabraclave/article/view/1503/1744>>. Acesso em jun. 2017.

PETLEY, J. *Censoring the word*. Seagull Books, 2007.

PINTO, V. *Cultura e comunicação: uma perspectiva histórica – I a questão teórica*. Tese (Livre-Docência em História da Cultura e da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983.

PUREZA, J. Estudos sobre a Paz e Cultura da Paz. *Nação e defesa*, Lisboa, nº 95/96, 2ª série, p. 33-42, jul. 2000.

QUANDT, C.; SOUZA, Q. Metodologia de análise de redes sociais. In: DUARTE, F.; QUANDT, C.; SOUZA, Q.; (org.). *O tempo das redes*. São Paulo, Perspectiva, 2008.

RANCIERE, J. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Editora 34, 2000.

RANCIERE, J. *O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual*. Autêntica, 2007.

RAWLS, J. Os princípios da justiça. In: _____. *Por uma teoria da justiça*. Trad. Almiro Pisetta e Lenita M. R. Esteves. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2000. Cap. 2.

RECUERO, R. *Comunidades virtuais em redes sociais na internet: proposta de tipologia baseada no Fotolog.com*. Tese (Doutorado) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, UFRGS, Porto Alegre, 2006.

_____. *Redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina, 2014. col.Cibercultura.

_____. *Discutindo análise de conteúdo como método: o #DiadaConsciênciaNegra no Twitter*. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 56, n. 2, jun. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8641480>>. Acesso em: 22 nov. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.20396/cel.v56i2.8641480>.

RECUERO, R.; BASTOS, M.; ZAGO, G. *Análise de redes para mídia social*. Porto Alegre, Sulinas, 2015.

RENARD, J. Um gênero comunicacional: os boatos e as lendas urbanas. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, n. 32, abr. 2007.

ROCHA, M. *Políticas de valorização do magistério: remuneração, plano de carreira, condições de trabalho - uma análise da experiência de Belo Horizonte*. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-05012010-113240/>>. Acesso em jan. 2016.

ROCHA, A. (org.). Ideologia neoliberal e a universidade. IN: _____. *A ideologia da competência: escritos de Marilena Chauí*. Belo Horizonte: Editora Autêntica; São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2014. V. 3.

ROBINS, G. et al. Recent developments in exponential random graph (p*) models for social networks. *Social networks*, v. 29, n. 2, mai. 2007. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/222685874_Recent_developments_in_exponential_random_graph_p_models_for_social_networks>.

ROITBERG, J.; RAMOSA, L. Formação de coletivos nos espaços virtuais: dos ambientes colaborativos às comunidades sociais em rede. *Ciênc. cogn.*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 02-18, abr. 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-58212010000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 16 nov. 2017.

SAFFIOTI, H. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAMPAIO, R. Quão deliberativas são as discussões na rede? um modelo de apreensão da deliberação online. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 20, n. 42, p. 121-139, jun. 2012.

SANTANA, C.; LIMA, C. O papel das máquinas sociais na formação de opinião em rede. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 307-322, nov. 2017.

SANTANA, R. Participação política online e offline nas eleições presidenciais de 2014 em Salvador. *Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, v. 40, n.n. 3, p.189-208, set./dez. 2017. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/issue/view/148>>.

SANTOS, J. et al. Uma breve reflexão retrospectiva da educação brasileira (1960-2000): implicações contemporâneas. *Anais Eletrônicos. IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil"*. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/7.23.pdf. Acesso em: jan. 2016.

SALHANI, J.; CABRAL, R. *O Jornalismo para a Paz como alternativa à Violência Cultural. Atas do XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste-INTERCOM*, Salto-SP, 17 a 19 jun. 2016.

SARTRE, J-P. *A imaginação*. Trad. Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

SCHEIBE, L. Valorização e formação dos professores para a educação básica: questões desafiadoras para um novo Plano Nacional de Educação. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 112, p. 981-1000, jul.-set. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n112/17>. Acesso em jan. 2016.

SCHUDSON, M. Por que a conversação não é a alma da democracia? *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, n. 14, abr. 2001.

SCHULZ, R. A crise de representação e o espaço da mídia na política. *Cadernos de Ciências Humanas – Especiaria*, [s.l.] v. 9, n.15, p. 199-224, jan./jun., 2006.

SCHLEGEL, R. A educação brasileira e seus retornos políticos decrescentes (capítulo 6). In: MOISES, J.; MENEGUELLO, R. *A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia*. São Paulo: EDUSP, 2013.

SCOTT, J. História das mulheres. In: BURKE, P. (org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

SILVA, C.; ANDRADE, D.; OSTERMANN, A. Análise da Conversa: uma breve introdução. *ReVEL*, [s.l.], vol. 7, n. 13, 2009. [www.revel.inf.br]. Disponível em: http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_13_analise_da_conversa.pdf.

SILVA, J. *Democracia e liberdade de expressão: contribuições para uma interpretação política da liberdade de palavra*. 2009. Tese(Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-07122009-124122>. Acesso em: ago. 2016.

SILVEIRA, S. Redes virais e espectro aberto: descentralização e desconcentração do poder comunicacional. In: _____ et al. *Comunicação digital e a construção dos commons: Redes virais, espectro aberto e as novas possibilidades de regulação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

_____. O conceito de *commons* na cibercultura. *Líbero*, Ano XI, nº 21, jun. 2008. Disponível em: <<http://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/O-conceito-de-commons-na-cibercultura.pdf>>. Acesso em: dez. 2016.

SIMÕES, R. *Relações Públicas: função política*. São Paulo: Summus 1995.

SLEEPER, M. et al. The post wasn't: exploring self-censorship on Facebook. *Proceedings of the 2013 conference on computer supported cooperative work*, San Antonio, fev. 2013. Disponível em: <<http://dl.acm.org/citation.cfm?id=2441865>>.

SODRE, M. *Reinventando a educação: diversidade, descolonização, redes*. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

STEINER, G. *Linguagem e silêncio: ensaios sobre a crise da palavra*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

_____. Em uma pós-cultura. In: _____. *Extraterritorial: a literatura e a revolução da linguagem I*. Trad. Júlio Castanon Guimarães, São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

STEINER, Jurg. *Fundamentos de democracia deliberativa: estudos empíricos e suas implicações normativas*. (tradução livre e colaborativa do Grupo de Pesquisa Comunicação Pública e Comunicação Política, 2012, coordenado pela professora doutora Heloiza Helena Matos e Nobre). Cambridge University Press, 2012.

SOUZA, J. Prefácio. In: MARQUES, Â.; NOBRE, H. *Comunicação e política: capital social, reconhecimento e deliberação pública*. São Paulo: Summus, 2011.

SOUZA, M. A máquina de deprimir professores. In: *Formação de Profissionais e a Criança-Sujeito*, Ano 7. São Paulo, LEPSI IP/FE-USP, 2008. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000032008000100005&lng=en&nrm=abn. Acesso em janeiro de 2016.

TAVARES, A. *Curso de Direito Constitucional*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

TEDESCO, J. *O novo pacto educativo: educação, competitividade e cidadania na sociedade moderna*. Trad. Octacílio Nunes. Editora Ática, 2001.

THE MACHINE is Us/ing Us (Final Version), Direção: Michael Wesch. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NLIgopyXT_g>. Acesso em 18 dez. 2016.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. 18 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TODOROV, T. *Os inimigos íntimos da democracia*. Trad. Joana Angélica d'Ávila Melo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

TRIVINOS, E. Epistemologia em ruínas: a implosão da teoria da comunicação na experiência do cyberspace. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, n. 5, nov. 1996. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/download/2950/2234pg_73-81>.

VIANNA, C. O sexo e o gênero da docência. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 17-18, p. 81-103, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332002000100003&lng=en&nrm=iso>. acesso em 14 jan. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332002000100003>.

VILLAÇA, R.; MATTOS, A. Aportes para nova guisada da metapesquisa em comunicação. *Comunicação & Sociedade*, Ano 33, n. 57, p. 199-218, jan./jun. 2012. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/2583>>.

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (1989): *Manifesto de Sevilla*: documento difundido pela Conferência geral da UNESCO – 25ª sessão, Unidade Cultura de Paz. Paris: 1989.

USLANER, E. A civic engagement in America: why people participate in political and social life. University of Maryland, 2013. Disponível em: <http://www.politicipublice.ro/uploads/civic_engagement_in_america.pdf>.

SCHULTZ, R. A crise de representação e o espaço da mídia na política. *Cadernos de Ciências Humanas - Especiaria*. v. 9, n.15, jan./jun., 2006, p. 199-224 Disponível em: <http://www.uesc.br/revistas/especiarias/ed15/15_10_a_crise_de_representacao.pdf>.

YAVEROĞLU, Ö et al. Revealing the Hidden Language of Complex Networks. *Scientific Reports*, [s.l], 4, 2014. Disponível em: <<http://www.nature.com/articles/srep04547>>. doi:10.1038/srep04547

WIEVIORKA, M.; CALHOUM, C. Penserglobal. *Socio*, nº1, p. 3-38, mar. 2013, <http://socio.hypotheses.org/147>

XIE, Q.; YU, X. Modeling mutual influence between social actions and social ties. *Proceedings of COLING 2014, the 25th International Conference on Computational Linguistics: Technical Papers*. 2014. Disponível em: <<https://aclanthology.info/pdf/C/C14/C14-1081.pdf>>.

ZANQUETA, C. *Astroturfing e o uso das mídias sociais conectadas nas eleições presidenciais de 2010*. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Comunicação Organizacional) - Programa de pós-graduação em comunicação, Faculdade Casper Líbero, São Paulo, 1994.

ZHANG, K.; KIZILCEC, R. Anonymity in social media: effects of content controversiality and social endorsement on sharing behavior. *Proceedings of the Eighth International AAAI Conference on Weblogs and Social Media*.[s.l], 2014. Disponível em: <<https://www.aaai.org/ocs/index.php/ICWSM/ICWSM14/paper/view/8077>>.

ZHANG, W. et al. The revolution will be networked: the influence of social networking sites on political attitudes and behavior. *Social Science Computer Review*. v. 28, n. 1, p. 75-92, 2010.

ZWITTER, A. Big Data Ethics. *Big Data & Society*, 2014 <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/2053951714559253>>.<https://doi.org/10.1177/2053951714559253>.